

Maria Clélia Lustosa Costa

Capítulos de geografia histórica de Fortaleza


Imprensa
Universitária


COLEÇÃO
DE ESTUDOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO


EDIÇÕES
UFC

**Capítulos de
geografía histórica
de Fortaleza**

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Universidade Federal do Ceará – UFC

Reitor
Prof. Henry de Holanda Campos

Vice-Reitor
Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Prof. Almir Bittencourt da Silva

Imprensa Universitária
Diretor
Joaquim Melo de Albuquerque

Conselho Editorial
Presidente
Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros
Prof.^a Angela Maria R. Mota Gutiérrez
Prof. Ítalo Gurgel
Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Maria Clélia Lustosa Costa

Capítulos de geografia histórica de Fortaleza



Fortaleza
2017

Capítulos de geografia histórica de Fortaleza

Copyright © 2017 by Maria Clélia Lustosa Costa

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Adriano Santiago

Normalização bibliográfica

Luciane Silva das Selvas

Programação visual

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação

Sandro Vasconcellos

Capa

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Luciane Silva das Selvas CRB 3/1022

C837c Costa, Maria Clélia Lustosa Costa.
Capítulos de geografia histórica de Fortaleza / Maria Clélia Lustosa Costa -
Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
180 p. : il. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-274-4

1. Geografia urbana. 2. Geografia histórica. 3. Geografia médica I. Título.

CDD 910.91732

Ao Valmir

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
A CIDADE E O PENSAMENTO MÉDICO	13
Uma nova leitura sobre a cidade	14
A concepção ecológica e geográfica da doença	18
Higienismo e as práticas intervencionistas na cidade	22
CÓDIGOS DE POSTURAS E OUTRAS LEIS DISCIPLINANDO A CIDADE E SUAS EDIFICAÇÕES	27
Código de posturas de 1835 e outras leis disciplinando a cidade	28
Código de posturas de 1865	33
Código de posturas de 1870	38
Código de posturas em 1879 e a privatização do serviço de limpeza pública	43
Código Sanitário de 1918: a institucionalização do discurso higienista	45
Afrânio Peixoto: a adoção de modelos e normas europeias no Brasil	49
FORTALEZA: transformações no espaço urbano	53
A natureza e a ocupação do território	54
Sítio urbano: aspecto da vila no começo do século XIX	60
O tenente-coronel de engenharia Silva Paulet e o disciplinamento da vila	64
A hegemonia urbana de Fortaleza e o governo de Alencar	67
A Fortaleza de Boticário Ferreira (1843-1859)	69

Plantas que orientaram a expansão da cidade	74
Fortaleza, final do século XIX	81
SERVIÇOS PÚBLICOS E A EXPANSÃO DA MALHA URBANA	85
As concessões para exploração dos serviços públicos e a expansão da malha urbana	85
Transportes	87
Telefonia	89
Fornecimento de água das fontes do Benfica.....	92
Iluminação pública e privada	92
Dos bondes puxados a burros, aos ônibus	97
Fortaleza na virada do século.....	102
Fortaleza ultrapassa o núcleo central: nascem os bairros	104
URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE FORTALEZENSE	115
Urbanização – crescimento da população urbana	117
Urbanização – mudança de comportamento	120
Urbanização – sinônimo de disciplinamento	124
Urbanização – sinônimo de civilização	126
ABARRACAMENTOS: gestão do ambiente urbano nos períodos de secas e epidemias	141
O cenário: a Fortaleza salubre do século XIX	143
Seca 1877-1879, desestruturação urbana e práticas médicas	145
A epidemia de varíola em Fortaleza.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
BIBLIOGRAFIA.....	167
A AUTORA.....	179

INTRODUÇÃO

Este livro analisa as transformações do espaço urbano ocorridas a partir da metade do século XIX na cidade de Fortaleza – capital do estado do Ceará, no nordeste brasileiro – a partir do discurso médico-higienista. Estas transformações se inserem num contexto internacional de hegemonia do discurso médico que pregava a higienização e a sanitização das cidades. Essas ideias tiveram papel fundamental no processo de formação e ordenação do espaço urbano em Fortaleza, mas também em muitas outras cidades do Brasil e do mundo. Para compreender e explicar a constelação de ideias e práticas foi preciso estudar o papel do médico na elaboração de uma nova forma de pensar a cidade a partir da higiene e da saúde e a aplicação e adaptação dos modelos de higienização e urbanização europeus – principalmente franceses – em Fortaleza, arrolando as ações reativas e preventivas do Estado durante as secas e as epidemias; as políticas de prevenção contra as doenças e as campanhas contra as epidemias.

A geografia histórica e cultural tem contribuído para compreender o papel das ideias e do impacto das mudanças de mentalidade para a geração de novas configurações territoriais e paisagens geográficas. A difusão de teorias médicas, de hábitos, de valores entre a população e os governantes teve efeitos significativos na ordenação das cidades brasileiras, em especial na cidade de Fortaleza. Ao longo do século XIX, as teorias médicas sobre a origem das doenças influenciaram normas e regulamentos de controle do comportamento da população e do espaço urbano. O discurso médico é um dispositivo organizador e disciplinador da sociedade e do espaço urbano. A cidade é representada como o principal foco produtor e disseminador de epidemias. Os médicos elaboram normas disciplinadoras de edificações pú-

blicas (cemitérios, hospitais, matadouros...), traçados de ruas, parques e jardins, aterro de pântanos, canalização de riachos, construção de redes de água e esgoto, buscando manter a salubridade da cidade. Controlado o espaço público, o médico que alcança poder político na sociedade entra no espaço privado do cidadão, ditando regras de comportamento individual e familiar, e de uso de suas habitações, bem como de normas de construção. Tratados de Higiene Pública sugerem normas de construção, repercutindo nos Códigos de Posturas, legislações e nas práticas administrativas. Uma nova concepção de cidade emerge e um novo espaço urbano se estrutura com base no discurso médico neo-hipocrático dominante no século XIX.

No primeiro capítulo, são feitas reflexões sobre a nova concepção de cidade que emerge e de um novo espaço urbano que se estrutura com base no discurso médico neo-hipocrático dominante no século XIX. Os médicos, fundamentados em teorias que localizam a doença no meio ambiente, elaboram um discurso que se propõe a medicalizar o espaço e a sociedade, influenciando as práticas e as políticas urbanas. Tratados de Higiene Pública sugerem normas de construção, repercutindo nos Códigos de Posturas e legislações.

No segundo capítulo são analisados os Códigos de Posturas e outras leis, disciplinando a cidade e suas edificações. A ampliação da malha urbana vai sendo orientada pelas plantas de expansão e pelos Códigos de Posturas. Estes se modificavam em função das novas ideias que são difundidas no mundo ocidental, marcadas pelas teorias médicas e urbanas e pelo contexto social, político, econômico, e também de ordem natural, como os longos períodos de secas. A análise dos Códigos de Posturas da cidade de Fortaleza demonstra a força deste discurso no disciplinamento do modo de vida da população, na organização do espaço urbano e na normatização das edificações.

No terceiro capítulo, demonstro como, a exemplo do que se fez em Paris e no Rio de Janeiro, as políticas de higienização e medicalização foram aplicadas em Fortaleza. Para entender como foi feita a adaptação dessas teses à realidade de Fortaleza, descrevo as características da cidade, consequentes de sua localização no semiárido nordestino. Ressalto a influência das constantes secas no interior do Ceará que,

empurrando a população do interior para a capital, contribuíam para os súbitos picos de adensamento populacional da cidade. A ausência de uma infraestrutura urbana, as consequentes epidemias e altas taxas de mortalidade que esses ajuntamentos provocavam agravavam as condições de higiene e saúde da capital. As autoridades buscaram no discurso e nas práticas higienistas novas formas de gerir e organizar o espaço urbano, tal como demonstram os relatórios dos presidentes de província, dos inspetores de Higiene Pública, dos artigos em revistas acadêmicas, livros e outros documentos do período analisados nesse capítulo. A história de Fortaleza é contada, ressaltando-se as mudanças na paisagem da cidade através do olhar do visitante e do administrador, principalmente a partir da hegemonia urbana da capital no contexto da província.

O quarto capítulo trata da expansão da malha urbana, orientada, de certa forma, pelas plantas contratadas a “urbanistas” pela administração pública e pela implantação de infraestrutura e serviços. A cidade cresce acompanhando as linhas do bonde, favorecendo o surgimento de vários bairros.

No quinto capítulo, analiso o processo de urbanização da sociedade fortalezense a partir de quatro aspectos: urbanização como resultado do crescimento da população; urbanização como modo de vida; urbanização como disciplinamento da sociedade e do espaço; e urbanização como processo civilizatório. Este capítulo explica como a modernização, em geral, e os problemas de higiene, em particular, conduziram a uma urbanização rápida da população, uma mudança de comportamento e a imposição de uma disciplina mais rigorosa, permitindo avançar no « caminho da civilização ».

O sexto capítulo apresenta as ideias e práticas médicas e as ações administrativas adotadas durante a seca de 1877/79 em Fortaleza. A seca de 77, como passou à história, foi acompanhada de uma epidemia de varíola e do aumento da migração da população sertaneja para a capital, sem rede de serviços públicos organizada e capaz de atender a população de retirantes que vinha se alojar nos arredores e nas ruas e praças de Fortaleza. Descreve a ação da administração municipal para implementar as recomendações de seu corpo médico baseadas nos modernos princípios da higienização do espaço urbano e da população com

base nas teorias médicas que influenciaram nas práticas de reorganização urbana em uma situação de calamidade. A cidade é gerida por uma municipalidade que já interiorizara certo número de atitudes modernas, mas continuava sob o império de uma concepção miasmática. O afluxo de migrantes multiplica por seis sua população, que são alojados em abarracamentos situados, principalmente, a sota-vento fora da área construída. Os abarracamentos, que foram chamados de «campos de concentração», eram espaços de amontoamento da população em período de exceção, nos longos períodos de estiagem acompanhados pelas epidemias e miséria, desestruturando, assim, o espaço urbano de Fortaleza.

Este livro resulta de pesquisa realizada para elaboração da tese de doutorado em «Géographie, aménagement, urbanisme», com título «Le discours hygiéniste et la mise en ordre de l'espace urbain de Fortaleza, au Brésil». A tese foi iniciada na Université de Paris IV – Sorbonne, sob orientação do Prof. Paul Claval e defendida na Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle, sob orientação do Prof. Hervé Théry. Durante o período, recebi bolsa do CNPq, fui liberada pela Universidade Federal do Ceará e contei com o apoio de colegas que aprovaram a minha estada na França.

Sou grata aos funcionários das bibliotecas da Academia Cearense de Letras, Madalena Monteiro; do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico – Instituto do Ceará, Marinez Alves Feitosa; e da Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Gertrudes Costa Sales, João Elmadan Rocha e Magnólia Serrão, pela disponibilidade e ajuda nas pesquisas.

Agradeço a Isabel Lustosa pela leitura e revisão do texto da tese. A Fred e Elza Lustosa, Jose Borzacchiello da Silva, Emília Veloso, Maria Geralda de Almeida e Vanda Claudino Sales, companheiros de estudos e jornadas em Paris. A Vera Mamede e Florice pela leitura dos manuscritos.

Valmir Lopes, companheiro de vida e da universidade, crítico atento dos meus artigos, obrigado pelas sugestões e correções.

A CIDADE E O PENSAMENTO MÉDICO¹

Um novo olhar sobre a cidade se desenha no século XIX. O médico, fundamentado em teorias que localizam a doença no meio ambiente, elabora um discurso que se propõe a higienizar, medicalizar o espaço e a sociedade, influenciando as práticas e as políticas urbanas. Tratados de Higiene Pública sugerem normas de construção, repercutindo nos Códigos de Posturas e legislações. Uma nova concepção de cidade emerge e um novo espaço urbano se estrutura com base no discurso médico neo-hipocrático dominante no século XIX.

Este capítulo procura entender a conexão entre a hegemonia do discurso médico e como este influenciou outros discursos sobre o social. A sociedade é uma instância de realidade relativamente integrada, formando uma totalidade. Deste ponto de vista, não é estranho encontrar um discurso social importante sendo produzido num determinado setor extensivo a outros. A lógica integrada da sociedade facilita este tipo de intercâmbio. Entretanto, se a presença de uma matriz de pensamento médico orientando práticas urbanas não surpreende, o dispositivo usado chama atenção. A circulação autorizada que detém o discurso médico nos séculos XVIII e XIX explica-se, em parte, pela natureza da profissão que recebe uma atenção muito grande do poder

¹ Grande parte deste capítulo foi publicado como artigo em *Mercator: Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, n. 2, v. 1, jan./jul. 2002, com o título de : A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano.

público. As escolas de medicina são mais do que lugares de formação de profissionais para atuar no combate às doenças; são verdadeiros celeiros de criação intelectual de elites dirigentes. O saber médico não elabora uma teoria sobre a vida urbana, mas fornece elementos para que se possa pensar o modo de organização ideal das cidades. A tarefa de estabelecer uma ponte entre o discurso normativo médico e as exigências da ordem pública será em parte dos urbanistas. O saber médico fornece os elementos ideológicos que justificam as intervenções e reorganizações urbanas. Os urbanistas operam as transformações.

Uma nova leitura sobre a cidade

O pensamento social do século XVIII e XIX foi influenciado pelo discurso médico. As novas concepções científicas da medicina europeia repercutiram nas ciências sociais. Madel Luz, no livro *Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna* (1987), analisa “a inserção político-institucional da Medicina e da Sociologia, suas profundas repercussões, em termos de teorias e de práticas na cultura e nas instituições sociais”, ressaltando que, no final do século XIX e início do século XX, “certas categorias biossociais da Medicina e da Sociologia contribuíram para instaurar na teoria uma certa racionalidade científica e, na prática, uma certa ordem institucional” (LUZ, 1987, p. 7).

Madel Luz (1987) destaca ainda a influência do médicos Cabanis e Broussais na construção do pensamento sociológico de Auguste Comte. Afirma que Durkheim, criador do modelo funcionalista inspirado na Fisiologia, transpõe para a sociedade o referencial do Normal e do Patológico. Suas ideias são respaldadas em Foucault e Canguillem que, em suas arqueologias do saber médico, demonstram como ocorreu a elaboração de uma nova racionalidade científica juntamente com uma nova estruturação do poder paralelo e influenciado pelo discurso médico.

Dentre as ciências sociais, destaca-se o urbanismo, em que registram-se inúmeras metáforas organicistas. O discurso urbano é impregnado do linguajar médico. Analogias são feitas entre o corpo social e o humano. A cidade é tratada como um organismo vivo,

comparada ao corpo humano, em que cada órgão tem uma função e anatomia peculiar. O planejador urbano tem o papel de diagnosticar os males da cidade e de propor terapias e mesmo cirurgias radicais para extirpar o câncer urbano.

Esta linguagem está presente nos mais antigos trabalhos e teorias sobre o espaço urbano. O espanhol Idelfonso Cerda, considerado o primeiro teórico do urbanismo, em 1859, na *Teoria General de la Urbanisation*, serve-se de uma abordagem biológica e uma metodologia própria dos seres vivos, recorrendo à anatomia e à fisiologia, com o objetivo de “cientifizar” sua teoria. Para a filósofa francesa Françoise Choay (1985), a redução do urbano ao biológico visa à medicalização da cidade doente. O “desfuncionamento” do espaço é o sintoma mais visível da doença social. Diante deste quadro clínico, Cerda elabora uma crítica corretiva, característica da utopia urbana. Opondo-se à imagem negativa da cidade doente, elabora uma imagem positiva da cidade sadia e adaptada dentro da norma médica e do ideal utópico.

Outros exemplos da repercussão do discurso médico na ordem urbana são encontrados, principalmente, entre os pré-urbanistas e os urbanistas progressistas dos séculos XIX e XX. Nos modelos ideais de cidades, perpassa a utopia de uma cidade higiênica (física e moral), salubre, bela, harmônica, equilibrada, racional, eficiente, arborizada, ordenada, planejada, funcional, zoneada etc. em que seja garantido o bem-estar social da população. Algumas propostas de cidades utópicas se destacam: Owen e sua experiência em New Lamark (1816); Fourier propõe o Falanstério (1822); Cabet elabora o projeto de Ícara (1840); médico inglês Richardson propõe Higeia (1876); J. B. Godin constrói o familistério de Guise (1874); Jules Verne escreve sobre Franceville (1879); Tony Garnier pensa sobre a cidade industrial (1917); Georges Benoit-Levy (1904) trata da cidade jardim francesa (diferente da cidade jardim inglesa de Howard); e Le Corbusier discorre sobre a cidade radiosa (1932) (CHOAY, 1997).

Essas reflexões sobre o espaço urbano contribuíram e justificaram projetos de reforma urbana, como a de Paris, comandada pelo Barão Haussmann no período de 1853 a 1869. O modelo de urbanização parisiense influenciou a reforma urbana de várias cidades euro-

peias (Viena, Berlim, Roma, Anvers) e americanas, inclusive o Rio de Janeiro (CHOAY, 1997).

É preciso interpretar o uso de categorias vindas das ciências naturais aplicadas às ciências sociais como uma estratégia de autorização. O pensamento ocidental passa por uma renovação nas teorias naturais, influenciando os novos ramos das ciências que nasceram depois do século XVIII. A proposta de tratar problemas sociais com uma metodologia que vinha dando resultados práticos no controle da natureza foi inspiradora de grande parte dos intelectuais do século das luzes.

O pensamento geográfico brasileiro não está desvinculado do pensamento ocidental. Portanto, não é possível falar da geografia ou do pensamento social brasileiro desvinculado do pensamento europeu. Esse novo olhar no Brasil se dá com a vinda da corte para o Rio de Janeiro, em 1808, fugindo das guerras napoleônicas, marcando o início da época das luzes no Brasil.

Em 1816, desembarca no Rio a missão artística francesa, contratada para atualizar o gosto e a técnica do novo império, colocando “em evidência a contradição entre a Europa que tentam importar e a sociedade plasmada na colonização”, cujo traço fundamental era a escravidão e o bloqueio tecnológico que implicava tal relação social. Esses artistas e técnicos “traziam uma concepção de arte e de organização do espaço que correspondia à Europa da razão burguesa, contemporânea da revolução industrial e do trabalho assalariado livre” (BENCHIMOL, 1992, p. 36).

Ocorre o processo de europeização das cidades, de urbanização da sociedade brasileira, em que os valores e costumes da corte portuguesa se difundem pela sociedade carioca e, gradativamente, por todo o país. É claro que a forma como se dá este processo de assimilação de novos valores, convivendo com padrões tradicionais, gera uma nova realidade, um novo pensamento e, portanto, uma nova ordem urbana. O pensamento europeu se desdobra no Brasil e um dos caminhos é através do discurso médico que tenta não só explicar e tratar os males do organismo, mas também os da sociedade.

É possível reconstruir a relação entre as ciências sociais, a geografia e o pensamento médico brasileiro, através das obras de Nina

Rodrigues e seus tratados de antropologia física, Afrânio Peixoto (*Clima e Saúde: introdução bio-geográfica à civilização brasileira*, 1938), Samuel Pessoa (*Ensaio médico-sociais*, 1978) e Josué de Castro (*Geografia da Fome*, 1946).

No Ceará, destacamos o médico e historiador Barão de Studart, autor de *Geografia do Ceará* (1924) e de *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*, (1909), e o farmacêutico Rodolfo Teófilo que escreveu *A fome* (1890), *História da seca no Ceará 1877-1880* (1884) e *Seccas no Ceará* (1901). Esses pensadores e outros médicos cearenses foram influenciados pelos tratados de Higiene Pública, pelas Geografias e Climatologias Médicas de higienistas europeus, tais como de Clermond Lombard (1877), Becquerel (1877), Rochard (1888), Arnould (1897), que relacionavam as condições ambientais com o estado de salubridade dos lugares e saúde da população e que propunham normas de construção e de ordenamento do crescimento urbano.

O pensamento médico europeu, que se difundiu pelo mundo ocidental, mudou a forma de pensar a cidade na Europa e no Brasil. A organização do espaço urbano transforma-se em função do discurso médico-higienista. Portanto, esta análise situa o momento em que os médicos, com base em novas teorias, passam a centrar sua atenção na cidade.

Entretanto, o discurso médico como elemento ideológico não é capaz de agir como força material na remodelação do modo de pensar a organização urbana por si mesmo. Não entramos aqui na fundamentação da natureza do próprio saber médico que se apoia em novas forças sociais emergentes na sociedade burguesa. O médico como agente social que influencia um novo olhar sobre questões sociais é, por sua vez, expoente de um novo modo burguês de pensar a sociedade. A consciência médica apenas está mais preparada para pensar as grandes transformações por que passava a sociedade ocidental (COSTA, 2002).

Estabelecer uma relação entre o saber médico e um novo modo de organização da vida espacial das cidades não é tarefa fácil, pois não se trata de demonstrar a imbricação de conteúdo entre o que pensam os médicos e o que fazem os planejadores urbanos. A aproximação somente pode ser feita sob o ponto de vista de certos temas. Logo, a relação que se pretende fazer diz respeito à proximidade temática e à

possível determinação da ordem do saber médico sobre a forma de pensar o urbano.

A concepção ecológica e geográfica da doença

Antes de tudo, é importante ressaltar que o discurso médico é marcado por uma concepção ecológica e geográfica da doença. Cinco séculos antes de Cristo, o grego Hipócrates relacionava a origem das doenças com o meio ambiente. O tratado hipocrático *Água, ares e lugares* ressaltava a relação dos constituintes atmosféricos, da variação das estações e da localização da cidade na determinação de doenças.

No século XVIII, as teorias hipocráticas voltam a dominar e novamente o meio reaparece como fator fundamental para explicar muitas das epidemias. É o chamado neo-hipocratismo. Estabelece-se uma relação entre o homem doente, a natureza e a sociedade. Esta medicina localiza a doença não no indivíduo, mas no ambiente, no meio físico que o envolve. É o que o filósofo francês Michel Foucault (1984, p. 92) chamou de “medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência” e não uma “medicina dos homens, corpos e organismos”. Desenvolvem-se várias teorias buscando localizar as causas das doenças no meio e compreender o impacto do meio na saúde da população, o que gerou grandes polêmicas científicas e políticas.

Algumas crenças, doutrinas, teorias destacam-se, nesse retorno ao hipocratismo, o que vai gerar inúmeras propostas de intervenção e transformação do meio doentio. A *teoria telúrica* considerava que as doenças eram produzidas por emanções malignas do solo. Já os seguidores da *medicina das constituições* acreditavam que existia uma constituição epidêmica, uma constituição médica da doença e que era determinada por um conjunto de fenômenos naturais (qualidade do solo, clima, estação do ano, chuva, seca, centros pestilentos, penúria resultante do meio natural) (URTEAGA, 1980). Considerando a natureza a responsável pelas doenças, os médicos vão propor o afastamento ou a intervenção nos ambientes considerados doentios, indicar os locais ade-

quados para implantação das cidades e mesmo aconselhar a migração temporária no período das estações consideradas mais doentias.

Alguns médicos consideravam que a alusão à *constituição médica* não era suficiente para explicar a natureza das causas das enfermidades epidêmicas. Acreditavam que a doença seria produzida por *miasmas*, que resultariam das emanações nocivas, que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. A atmosfera podia ser infectada por emanações resultantes da alteração e da decomposição de substâncias orgânicas, vegetais, animais ou humanas. Segundo a *teoria miasmática*, o meio físico e social, a natureza e a concentração de homens eram produtores de miasmas. Pântanos e alagados deveriam ser aterrados, o lixo e as edificações insalubres expulsas e a sujeira eliminada (CHERNORVITZ, 1890, p. 421).

A corrupção do ar também podia ser combatida através de sua renovação e circulação. Os médicos consideravam que tudo que estivesse parado, estagnado poderia ser um elemento perigoso à saúde pública, um produtor de miasmas. Diante da convicção de que a infecção e a contaminação se produziam pelo ar muito mais do que pela água, a ventilação constituiu-se no principal eixo da estratégia higienista, pois se acreditava que ela restaurava a elasticidade e a qualidade antisséptica do ar (CORBIN, 1986, p. 111).

Para aperfeiçoar o trabalho da ventilação e conter o fluxo das emanações sociais procede-se a um novo recorte do espaço dos equipamentos urbanos. Normas que concernem principalmente a respeito da largura das ruas e da altura das casas são estabelecidas a fim de favorecer a circulação do ar (CORBIN, 1986, p. 117). Vastas praças contendo fontes foram construídas e as cidades rasgadas por largas ruas, avenidas e bulevares. A arquitetura é marcada pela abertura de grandes janelas e portas.

Na epidemia de 1832, que atingiu a Europa, levantou-se a hipótese de que a água era responsável pela disseminação da cólera. A água, o lixo, os dejetos, a sujeira também tinham que circular, pois “a circulação era a condição principal da higiene pública; a estagnação, que facilitava a exalação dos miasmas, era o risco essencial” (RONCAYOLO, 1989, p. 661). A drenagem dos alagados pestilentos, das ruas e a lim-

peza dos calçamentos significavam interromper a estagnação pútrida genealógica e preservar o futuro da cidade. “Os reformadores desejavam, em seu projeto, evacuar ao mesmo tempo os dejetos e os vagabundos, o mau cheiro da imundície e da infecção social” (CORBIN, 1986, p. 108).

A *teoria miasmática* exigia a adoção de medidas de saneamento, uma higiene total, uma limpeza profunda do meio físico e social, pois onde reinasse a sujeira, a concentração e o amontoamento criava-se um ambiente propício à formação de miasmas e de doenças, fatores decisivos na mortalidade e morbidade dos habitantes. O espaço urbano foi considerado como o meio mais perigoso para a população. Cemitérios, matadouros, hospitais, cadeias, fábricas, lixões etc. foram transferidos para a periferia da cidade. Construíram-se redes de água e esgoto e passaram a fazer um controle das fontes, dos rios e dos chafarizes.

A *teoria contagiosa*, que disputa com a teoria miasmática/infeciosa a explicação da doença, considerava o *contagium* ou vírus como “um princípio de transmissão mórbida que se reproduzia no organismo humano e podia passar de um a outro”. Inicialmente, só era considerado o contágio direto. Depois passou-se a admitir os processos de contágio indireto através do ar, vestimentas e outros objetos. Para combater as doenças contagiosas era necessário vacinação, desinfecção das edificações, isolamento do doente, além de medidas preventivas de quarentenas, cordões de isolamento que prejudicavam as relações comerciais (LÉONARD, 1986, p. 57).

Paralelamente a estas disputas científicas, interpretações da enfermidade como fenômeno social alcançam uma ampla difusão no século XIX. A pobreza, o excesso de trabalho, a má alimentação, a falta de moral, a vizinhança de ambientes insalubres e outros fatores de tipo econômico-social foram considerados de grande relevância para explicar o impacto de determinadas enfermidades. Depois de esquadrihado o espaço físico, foi a vez do espaço social. A doença podia ser resultado tanto do meio físico quanto do meio social. Surge a *teoria social da doença* (URTEAGA, 1980, p. 6).

Estudos realizados durante a epidemia de cólera de 1832 estabeleceram uma relação quase constante entre a gravidade dos sintomas e

a exiguidade das habitações. As devastações mais mortíferas ocorriam nos bairros mais densos e “entulhados”. O relatório evoca a existência de laços entre lugares e classes miseráveis. Segundo médicos e sociólogos, existia uma população que favorecia a epidemia: “aquela que apodrece na lama fétida” (CORBIN, 1986, p. 183).

Os médicos e higienistas, preocupados com a atmosfera viciada das habitações insalubres, clamam sobre a necessidade de dar ar aos pobres. A “higiene doméstica”, que tende a transformar-se em “higiene das famílias”, engendra uma forma de habitar derivada da medicalização do espaço privado. O espaço de moradia é dissociado do espaço do trabalho. Destina-se uma casa para cada família. A arquitetura privada esforça-se para promover “a especialização dos lugares e a designação de suas funções” (CORBIN, 1986, p. 198).

Foucault chama esta corrente da medicina social de *medicina dos pobres, medicina da força de trabalho*. A difusão desta corrente se dá, principalmente, na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, quando o pobre perde a sua função social e se torna perigoso, tanto por ser considerado um foco disseminador de doenças como por tornar-se força política capaz de se revoltar. Na segunda metade do século XIX, o parlamento inglês vota a *Lei dos Pobres*, assegurando a saúde e ao mesmo tempo o controle médico do pobre (FOUCAULT, 1984, p. 95). Foi permitida a intervenção no espaço privado, principalmente na casa do pobre. Este, além de submeter-se às normas de comportamento e sujeitar-se a inspeções, devia respeitar regras de construção estabelecidas em leis.

No final do século XIX ocorre uma reorientação da medicina com a emergência da bacteriologia, transformando-se as formas de combate a doenças contagiosas e miasmáticas. “A higiene tradicional, baseada no supraindividual (meio ambiente, marco social etc) dá lugar à nova medicina científica que se centrará no indivíduo e nos fenômenos internos do organismo” (URTEAGA, 1980, p. 21).

Fundamentados nestas teorias, a partir do final do século XVIII, os médicos passam a realizar levantamentos das características físicas, sociais, econômicas e culturais dos lugares. Eram as chamadas *topografias médicas*, que contribuíram para diagnosticar os males e loca-

lizar as doenças no espaço. Através delas, podia-se indicar os lugares sãos e enfermos, as zonas em que era possível habitar e aquelas que se deveriam evitar. As topografias das cidades desenham os princípios gerais do urbanismo organizado.

Estas topografias constataram que o meio urbano era o mais insalubre para a população, o foco disseminador das epidemias, fato que já havia sido denunciado por médicos, escritores e políticos iluministas. A cidade foi considerada a maior concentradora de problemas, de população, de doentes, de casos de mortalidade etc. A cidade passa a ser símbolo de miséria, doença, perversão dos costumes, desigualdade e decadência (RONCAYOLO, 1989).

A evolução de algumas teorias e o relato de disputas científicas demonstram o despreparo do pensamento social para entender o que se passava nas cidades do século XIX. Estes profissionais tomavam de empréstimo as categorias originadas das ciências naturais e biológicas, pois os problemas que se apresentavam ao pensamento e se abriam como problema social eram ainda novos. O deslocamento do olhar médico para estes problemas fica evidente pelo uso de empréstimo de certas categorias para pensar o que se passava no universo da vida urbana. A novidade dos problemas urbanos para o pensamento ocidental do século XVIII estava no modo como eram tratados, ou seja, submetendo-os a um enquadramento mental e operacional da medicina em voga na época.

Higienismo e as práticas intervencionistas na cidade

As transformações econômicas e sociais produzidas pelo modo de produção capitalista provocaram uma reestruturação do espaço europeu, favorecendo a concentração da população nas cidades e gerando sérios problemas urbanos. O crescimento e adensamento populacional, as revoltas urbanas, a miséria, as epidemias, a violência, os confrontos entre burgueses e operários ricos e pobres tornam-se mais frequentes. A cidade doente do século XVIII dá lugar a toda sorte de pânico e mitos, colocando sobre vigilância médica todo um conjunto de *amenagement*, de construções e de instituições. Desenvolve-se uma

atitude de medo, uma angústia diante da cidade. Nasce o que Foucault chamou de medo urbano:

[...] medo da cidade, angústia da cidade que vai se caracterizar por vários elementos; medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar... Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma, à medida em que se desenvolve o tecido urbano (FOUCAULT, 1984, p. 87).

Os médicos higienistas que criticavam a falta de salubridade nas cidades acusavam como responsáveis as condições de vida e trabalho, o amontoamento da população, a desordem do espaço urbano e apontavam e localizavam os focos produtores de miasmas os espaços que deveriam sofrer intervenções.

A localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seu sistema de esgotos e de evacuação das águas utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população, constituem fatores que desempenham um papel decisivo na mortalidade e morbidade dos habitantes. A cidade, com suas principais variáveis espaciais, aparece como um objeto a medicalizar (FOUCAULT, 1984, p. 201).

Depois de diagnosticado o mal, de localizada a doença no espaço, o médico vai tornar o ambiente salubre, através da medicalização, da higienização da sociedade e do espaço. Para Foucault:

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos (FOUCAULT, 1984, p. 93).

Através da higiene pública se faz “o controle político-científico” do meio, modificando-o para torná-lo salubre. A higiene, portanto, é a “técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde” (FOUCAULT, 1984, p. 93).

A *higiene pública* é fundada como disciplina de intervenção. A medicina higienista do século XIX, visando ao controle do meio e do espaço, aponta para uma proposta intervencionista. Ela se propõe a recuperar a salubridade do ambiente a partir da medicalização dos espaços doentes. Os médicos, depois de espacializar a doença e localizar os ambientes insalubres (hospitais, prisões, matadouros, cemitérios, quartéis, barcos, instalações portuárias, casa do pobre etc), isolam no sistema urbano as regiões a medicalizar de urgência e que devem constituir pontos de aplicação de um exercício do poder médico. Elaboram, também, medidas de tipo higiênico-social que possam contribuir para a melhoria da saúde e das condições de existência da população. Propõem o ordenamento do espaço urbano e a intervenção no meio doente, ou seja, fazem propostas de medicalização da cidade. Medicalizar a cidade, higienizar significa controlar, intervir nos ambientes suscetíveis a prejudicar a saúde.

Esta preocupação em medicalizar a cidade e seus habitantes é observada na *Enciclopédia de Higiene e Medicina Pública*, dirigida pelo Dr. Jules Rochard e publicada em 1897. O terceiro volume, voltado à Higiene Urbana, faz recomendações sobre a construção de cidades e detalha a abertura, conservação e pavimentação de ruas (dimensão, largura, inclinação, orientações, revestimento, limpeza e circulação). Ao tratar da cidade subterrânea, discute normas para a drenagem do subsolo, o uso das fontes e águas subterrâneas, orienta o traçado, forma, dimensão e manutenção dos esgotos e o tratamento e destino dos resíduos. Na construção das habitações (privadas e coletivas) preocupa-se com a localização, escolha e preparação do solo, seleção do material (fundações, paredes, piso e teto) e com a forma, disposição e dimensões dos compartimentos (quartos, salas, cozinha, banheiros, corredores etc). Além disso, também faz proposta para os estabelecimentos públicos, como teatro, hospitais, prisões, matadouros, feiras, mercados, banhos e banheiros públicos.

Fundamentado na concepção geográfica de doença, o discurso médico-higienista, dominante no século XIX, contribuiu para um novo pensamento sobre a cidade e a sociedade urbana. A medicina social urbana centrou sua análise sobre as coisas, as condições de vida e de meio de existência da população, relacionando homem doente, natureza e sociedade. O meio (natural e social) foi considerado como fator fundamental para explicar a grande mortalidade urbana.

O discurso médico, com base em teorias neo-hipocráticas, contribuiu para grandes reflexões sobre a cidade doentia e favoreceu a elaboração de projetos de reforma urbana e de leis que disciplinaram a expansão urbana. Códigos de postura e códigos sanitários, marcados por uma nova concepção de cidade salubre e higiênica, ordenaram as construções e o traçado urbano, disciplinaram a vida da população e contribuíram para a urbanização da sociedade. As práticas urbanas foram marcadas pelas novas concepções de saúde/doença dominante no século XIX.

Uma teoria analítica que começou tomando como base a analogia entre o corpo humano e suas funções para se pensar o funcionamento do corpo da cidade, evolui para uma categorização mais “precisa” do diagnóstico dos males que afligiam a cidade até a proposição de intervenções urbanas. As etapas pelas quais passou o pensamento social sobre a cidade e seus males não é uma exclusividade do pensar o urbano. Prender-se às categorias autorizadas e mais importantes de uma outra disciplina é um recurso recorrente nas ciências. Tomar a medicina como ciência paradigmática talvez se explique pela enorme contribuição técnica que estava produzindo para a sociedade. É preciso lembrar que a vida tornara-se, apenas no século XIX, objeto de investigação autônoma dentro das ciências e isto a colocava como uma ciência de ponta.

Os problemas sociais oriundos das transformações econômicas produzidas pelo modo de produção capitalista ainda estavam no começo, mas já demonstravam fortes indícios do que viria pela frente. Fenômeno urbano novo, categorias oriundas de outro campo de saber, mas autorizado, permitia operar sobre uma realidade emergente. Em nome deste discurso médico e da defesa da vida corporal individuais

foram controlados e submetidos a uma rígida racionalidade médica, e isto era apenas um prenúncio do que se viria realizar nas monumentais intervenções urbanas da segunda metade do século XIX. Já não eram mais os médicos que orientavam os urbanistas e remodeladores urbanos, mas seus sucessores, os engenheiros sanitaristas.

CÓDIGOS DE POSTURAS E OUTRAS LEIS DISCIPLINANDO A CIDADE E SUAS EDIFICAÇÕES

A normatização dos espaços urbanos e das edificações era uma das preocupações não só da legislação europeia, mas também da brasileira. Tratados de higiene pública, códigos de posturas e relatórios de administradores determinavam o controle das fontes de abastecimento de água (cacimbas e chafarizes), a fiscalização do uso dos rios, das lagoas e dos açudes, o aterro de pântanos; a limpeza urbana, o destino do lixo e esgotos; a construção de parques e jardins; o alinhamento, o alargamento e a arborização de ruas; e a construção de edificações. Tudo isto visando garantir a qualidade de vida da população através do controle do meio natural, ou seja, dos elementos da natureza (ar, água e solo) e do meio construído pelo homem.

Como nas outras cidades brasileiras, a legislação urbana de Fortaleza tinha forte influência da Corte Imperial. As câmaras municipais das províncias adotavam integralmente ou adaptavam a realidade local às posturas urbanas do Rio de Janeiro. Liberal de Castro (1994) afirma que “o dimensionamento dos elementos arquitetônicos tinha correlação direta com as posturas da corte datadas de 1838 e lá ainda em vigor no terceiro quartel dos oitocentos”.

As normas gerais que norteavam a matéria, na verdade aca-
tavam, na sua origem, o pensamento dos engenheiros militares

egressos da Academia Imperial, formados à luz dos ensinamentos expostos por Durand na École Polytechnique de Paris e complementados no campo estético, por aplicações expedidas por princípios divulgados pelos tratados do maneirismo italiano, particularmente o Vignola (CASTRO, 1994, p. 62).

Esse capítulo aborda a impregnação do discurso médico-higienista na legislação urbana. Mostra, a partir da análise dos Códigos de Posturas de Fortaleza, que o discurso dominante no século XIX disciplinou não apenas o espaço coletivo, os espaços de circulação, mas também o espaço privado, a forma das habitações. As intervenções urbanas propostas e postas em prática no século XIX transformaram o espaço da capital do Ceará.

Código de posturas de 1835 e outras leis disciplinando a cidade

Em 1835, a Assembleia Legislativa Provincial aprovou o primeiro Código de Posturas de Fortaleza. Este Código tratava do alinhamento e da limpeza das ruas; da construção e conservação das casas; da criação de animais domésticos; do uso das aguadas; da venda de carnes e outros alimentos; da vacinação da população; da salubridade urbana e do comportamento dos moradores dentro da capital e povoações do município (CAMPOS, 1988).

De acordo com os artigos 3 e 4 do Código, a conservação das edificações da cidade, bem como sua reparação quando ameaçadas de ruína, eram deveres dos proprietários. As casas deveriam anualmente ter as fachadas rebocadas, caiadas ou pintadas, após o período das chuvas, a partir do mês de agosto. Os moradores da cidade, fossem eles proprietários ou rendeiros, eram proibidos de “lançar na rua, e recinto d’ella animaes mortos, ou outras immundices, que causam mau cheiro” (art. 7), trazendo limpas “as frentes de suas cazas, becos, e fundos de quintaes, por onde haja trânsito público” (art. 5). Tinham a obrigação de conservar as calçadas “sempre prontas, sem falta de tijolos”. Em todo terreno aforado, que não fosse construído, o proprietário deveria, pelo

menos, levantar o muro da frente e calçadas, conservadas “sem falta de tijolos” (art. 64) (CAMPOS, 1988).

O controle da qualidade da água de consumo doméstico era objeto do artigo 16, que proibia as pessoas de se lavarem no tanque das bicas do chafariz, dentro das cacimbas ou em outras “fontes em que o povo toma água”. Caberia à Câmara, através do inspetor, conservá-las “no maior aceio, e limpeza”, como também punir aqueles que desrespeitassem as normas ou colocasse “qualquer imundice dentro das cacimbas da serventia pública”, multando-os ou prendendo-os por alguns dias (art. 17).

A situação precária dos banhos públicos exigiu sua regulamentação, sendo determinado o horário noturno e o uso de um tanque próprio para o asseio. Neste período, a Câmara estava construindo outro tanque com “commodidades para se lavar meia dúzia de pessoas ao menos” (art. 17). O presidente Bittancourt, através da Lei nº 328, de 19.8.1844, ampliou as normas de uso das águas e dos banhos públicos. Proibiu a lavagem de roupa ou de qualquer objeto que concorresse “para putrefação das águas, nos lugares que não tem esgotadouros que offereçam uma corrente perenne” (art. 71) (CAMPOS, 1988).

As plantações e as construções nas margens das aguadas geravam a formação de eflúvios paludosos, provocando estagnação e degradação das fontes. Esta constatação levou à proibição das cercas e plantações em roda das aguadas públicas, bem como edificação de casas, quando a distância das mesmas às margens das ditas aguadas não excedesse a sessenta palmos (art. 72, lei nº 328, de 19.8.1844).

Visando proteger e vigiar as fontes, em 1861, os zeladores das aguadas faziam a ronda a cavalo, de cinco até às nove horas da manhã, e de quatro da tarde às nove da noite, com ordens de impedir que se fizessem nelas “danos e porcarias”. Cabia-lhes também tomar providências para impedir disputas e rixas entre os moradores, por ocasião do abastecimento, devendo organizar o atendimento por ordem de chegada dos usuários (CAMPOS, 1988, p. 84).

O papel do arruador foi reforçado no Código de 1835. De acordo com o artigo primeiro, qualquer pessoa que quisesse levantar casas ou outro edifício deveria solicitar a licença à Câmara, “a fim de serem ali-

nhadas na forma da planta adoptada, pelo Arruador da Câmara”. O desrespeito a este artigo implicava uma multa de 6.000 réis, além da destruição da obra. Daí em diante, a questão do alinhamento das ruas passou a ser uma constante em todos os códigos de posturas. Esta medida saneadora, ruas retas e sem empecilhos, garantiria a livre circulação do ar.

O presidente Alencar aprovou a Lei nº 36, de 5.10.1837, que permitiu a desapropriação por utilidade municipal e provincial, instrumentalizando a administração na ordenação do crescimento da cidade. Esta lei se baseava no artigo 10 do 3º parágrafo do Ato Adicional à Constituição e poderia ser aplicada no caso de:

1. Defesa ou segurança;
2. Salubridade, ou prestação de socorros públicos em tempo de fome, peste, ou presença de alguma outra extraordinária calamidade;
3. Abertura, ou melhoramento de estradas, canaes, portos, aguadas, pastos, construções de pontes, ranchos, ou servidões e commodidades necessárias ou ao uzo d’este objectos;
4. Abertura, ou melhoramento de ruas, praças, decoração, monumentos, aquedutos, fontes, e logradouros públicos;
5. Instituições de Caridade, ou instrucção, edificação de Cadeias, Casas de Correção, e qualquer outro estabelecimento, ou edificio para uzo público, fábricas, matas e servidões para elles (CAMPOS, 1988, p. 50).

Com frequência, utilizou-se esta lei para justificar a destruição de edificações insalubres e abertura de ruas e praças e assim garantir insolação necessária às habitações e facilitar a circulação do ar, de pessoas e mercadorias. Com base nesta lei, a Câmara Municipal, visando facilitar o acesso ao mar aos habitantes do Oiteiro, determinou a abertura das ruas da Alfândega Nova e da Alfândega Velha. Para isto, se propôs a indenizar previamente os proprietários do valor das benfeitorias que se encontrasse em terrenos ocupados pelas sobreditas travessas e ruas.

A Lei nº 43, de 1837, determinou o alinhamento da rua Amélia e que os proprietários da rua Formosa prolongassem “os fundos de suas

respectivas propriedades”, de modo a concorrer para a formação do casario (CAMPOS, 1988, p. 54).

As posturas de 1835 tinham uma preocupação na ordenação do espaço público, não havendo ainda interferência no espaço privado. Posteriormente, outras leis e códigos vão determinar as normas de construção.

As casas de palha e as chamadas casas insalubres não poderiam permanecer na cidade disciplinada pela lei, pois seus moradores não tinham condições financeiras e mesmo culturais para adaptar-se a estas normas. Mantinham hábitos rurais, como atividade agrícola e criação de animais domésticos. De acordo com a lei, era proibido animais soltos na rua e a criação de porcos e, se houvesse dentro da cidade, deveria ser feita em chiqueiro e “que não cause mau cheiro a vizinhança” (art. 56).

A arquiteta Raquel Rolnik no livro *A cidade e a lei*, ao analisar a realidade de São Paulo, no século XIX, aponta para a necessidade de distinguir “a cidade dura, feita de materiais caros e duráveis, à qual correspondem direito e privilégios, e a cidade móvel, precária, edificada com materiais baratos, à qual não corresponde prescrição nem direito algum” (ROLNIK, 1997, p. 28).

As edificações precárias “enfeavam” a cidade, o que levou a Câmara, em 1822, a determinar a retirada das casas de palha para, em seu lugar, edificar outras de alvenaria. Esta determinação voltou a figurar na Lei nº 135, de 1º.9.1838, publicada pelo presidente Manoel Felizardo de Souza e Mello.

As casas de palha, que se acharem encravadas em terrenos afogados por outros, quando não se convencionem os donos dessas mesmas casas com os foreiros, serão avaliadas por árbitros na forma das leis em vigor para serem demolidas, pagando-as o foreiro pela avaliação (artigo 68) (CAMPOS, 1988, p. 77).

Nos códigos de posturas seguintes, como o de 1870, tratamento especial continuou sendo dado às casas de taipa ou palha. O artigo 3 determinava “um alinhamento especial afastado um metro do estabelecido para as demais edificações”.

A legislação contribui para a delimitação de um território social ao expulsar para fora das áreas alinhadas a população que não tinha condições de construir suas moradias em material permanente. Rolnik (1997, p. 47), referindo-se a São Paulo, afirma que a lei, ao mesmo tempo em que “alinhavou os territórios da riqueza, delimitou também aqueles onde deveria se instalar a pobreza”. Destinou “as lonjuras”, as bordas da zona urbana, ou mesmo a zona rural para alojar os pobres e protegeu os bairros exclusivos dos ricos. Processo idêntico ocorreu em Fortaleza.

Os administradores visavam não apenas à estética e à circulação do ar, mas também à manutenção da cidade limpa. O presidente José Maria da Silva Bittancourt, pela Lei nº 308, de 24.7.1844, determinou que: “Toda a pessoa livre, ou escrava, que lançar lixo ou outra qualquer imundície nos largos, ruas travessas, ou becos desta cidade, será multada em mil réis, ou vinte e quatro horas de prisão” (art. 72).

A Lei nº 1.007, de 11.9.1846, detalhava as normas de construção. As dimensões² de portas e janelas e a altura das casas denotavam uma atenção para com a ventilação e iluminação das habitações, tema de reflexão dos higienistas do século XIX.

[...] as casas térreas que se construírem dentro dos limites da cidade terão pelo menos 20 palmos de altura na frente, entre as soleiras das portas e a base da cornija. As portas, quando de verga direita ou de verga semicircular ou gótica fingida, terão no mínimo 13 palmos de altura e cinco e meio de largura, e as janelas oito, e quando de verga semicircular ou gótica aberta, terão as portas 12 palmos de altura até a imposta do arco. Os claros e cunhais terão pelo menos sete palmos de altura, e a cornija e acrotérios (parapeitos) a quarta parte da altura da frente (artigo 6) (CAMPOS, 1988, p.86).

Maiores exigências com o exterior encontravam-se nas normas para construção de moradias em avenidas, ruas largas e importantes.

² Todas estas medidas eram dadas em palmos, pois o sistema métrico decimal passa a ser adotado na província do Ceará, em 1862.

Para a estética da época, a beleza das edificações estava em casas altas, com grandes portas e janelas.

As casas que se construírem nas duas avenidas de cem palmos terão vinte e dois palmos de altura na frente, entre a soleira das portas e a base da cornija. Terão todas, cornija e acrotérios, cuja altura corresponderá a uma quarta parte de altura da frente. As portas, quando de verga direita ou de verga semicircular ou gótica fechada, terão 14 palmos de altura e 6 de largura, e quando de verga semicircular ou gótica aberta, terão as portas doze e meio palmos de altura até a imposta do arco, e as janelas oito palmos. Os claros e cunhais terão pelo menos a largura das portas e janelas; o espelho terá 8 palmos de altura e as soleiras das portas serão assentadas a um palmo acima do nível das calçadas. Os contraventores serão multados em dez mil reis, além de ser demolida a parte da casa que se não conformar com a presente postura (artigo 7) (CAMPOS, 1988, p. 86).

Código de posturas de 1865

A economia cearense passou por um período dos mais promissores, a partir de 1845, com a ocorrência de boas estações chuvosas e a elevação do preço do algodão no mercado internacional. Estes fatos favoreceram os investimentos na cidade de Fortaleza, refletindo-se na paisagem urbana e na organização do espaço. A abertura de ruas e a edificação de novos prédios públicos e particulares exigiram maior controle da Câmara Municipal.

Na administração do governador bacharel Francisco Ignácio Homem de Mello, foi aprovado o Código de Posturas decorrente da Resolução de nº 1.162, de 3.8.1865. Este código, além de disciplinar o espaço público (alinhamento, limpeza, destino do lixo e das matérias fecais etc.), como o fez o código de 1835, regulamentou as edificações, quanto a dimensões (portas, janelas, calçadas), materiais de construção, localização de atividades insalubres etc. Esta resolução, de características mais técnicas, explicitou as medidas que deveriam ser cumpridas pelos construtores no levantamento de prédios (CAMPOS, 1988, p. 92).

As posturas de 1865 foram bem mais amplas, pois, além de controlar as fontes de água³ (art. 57) e os banhos⁴ (art. 139), como faziam as leis anteriores, regulamentou também o destino das águas usadas, esgotos, cloacas, monturos, lixo e outros dejetos. Proibiu o esgotamento ou despejo “d’águas immundas nas ruas, pelos canos, ou lançadas das casas” (art. 36) e a manutenção de “cloacas e monturos nos quintaes das casas desta cidade” (art. 54); determinou um local específico para o despejo de lixo doméstico (art. 56) e das matérias fecais, que deveriam ser feitos “em vasilhas tapadas, das 9 horas da noute em diante”, nos lugares que forem designados pela Câmara (art. 55); obrigou os moradores a manter limpas as frentes de suas casas até ao meio da rua e os da rua do Mercado também tinha o dever de “limpar o riacho que corre pelos quintaes de suas casas quando forem avisados pelo Fiscal” (art. 59). O lixo seria depositado “em tulhas, para ser conduzido aos depósitos” (art. 33). Além de realizar a limpeza, os habitantes estavam proibidos de colocar lixo e outras imundices nas ruas e praças (art. 34).

Nas áreas não edificadas, ou onde o arruamento não estava completo, os proprietários eram “obrigados a trazer os seus terrenos limpos de mato, ou lixo, ou de quaisquer outros entulhos” (art. 32). Também estava na responsabilidade dos moradores o combate e a extinção de formigueiros.

A preservação das calçadas e dos calçamentos das ruas da cidade era outra preocupação desse código. Portanto, era proibido o “trânsito de carroças e carros de qualquer natureza pelo meio das praças públicas cujos lados estiverem calçados” (art. 24); e “andar-se a cavallo pelas calçadas ou passeios das casas, ou conserval-os sobre ditos passeios” (art. 21).

A irregularidade das calçadas das casas de Fortaleza provocava muitos acidentes. O 7º artigo determinava que os proprietários respeitassem “o mesmo nivelamento do calçamento, sem rampa ou batente de

³ Art. 57 – É prohibido lançar-se immundicies, ou entulhos nos tanques, poços e aguadas públicas.

⁴ Art. 139 – Ninguém poderá banhar-se de dia em lugar, onde a moralidade pública seja offendida.

uma casa para outra”. Era também obrigação dos proprietários a numeração das casas (art. 5).

As frentes das casas seriam guarnecidas de azulejo ou de cal, “coloridas menos de preto”. Os canos de despejo de águas pluviais ficariam embutidos na parede e passariam por baixo das calçadas. Estas teriam 2m de largura e se elevariam a mais de 22 centímetros do nível da rua, seguindo o mesmo nivelamento do calçamento (art. 2).

Qualquer edificação dentro da cidade deveria ser previamente alinhada pelo arquiteto da Câmara. A determinação da altura das edificações, as dimensões de portas e janelas demonstravam as preocupações com insolação e ventilação mencionadas na tese do Dr. Gabriel Raposo Câmara e nos tratados de higiene pública. Estas dimensões eram dadas em metros e centímetros, de acordo com o sistema métrico decimal que, desde 1862, foi adotado na província do Ceará, substituindo o antigo sistema de pesos e medidas (art. 110).

O artigo 2 influenciava o aspecto externo da edificação. As casas teriam “4m84 d’altura, desde a soleira até a base da cornija; portas de 3m08 de altura, janelas de 2m20, tendo umas e outras 1m30 de largura”. As vergas seriam góticas ou semicirculares, abertas ou fechadas, e “os claros” teriam de 88 centímetros a 1m32 de largura, “medindo estas a quarta parte da altura da frente” (art. 2).

Por esta resolução proibia-se a construção de “sótãos, trapeiras ou águas-furtadas sobre a parte dos telhados das casas térreas, cujas águas despejarem nas ruas” (art. 8).

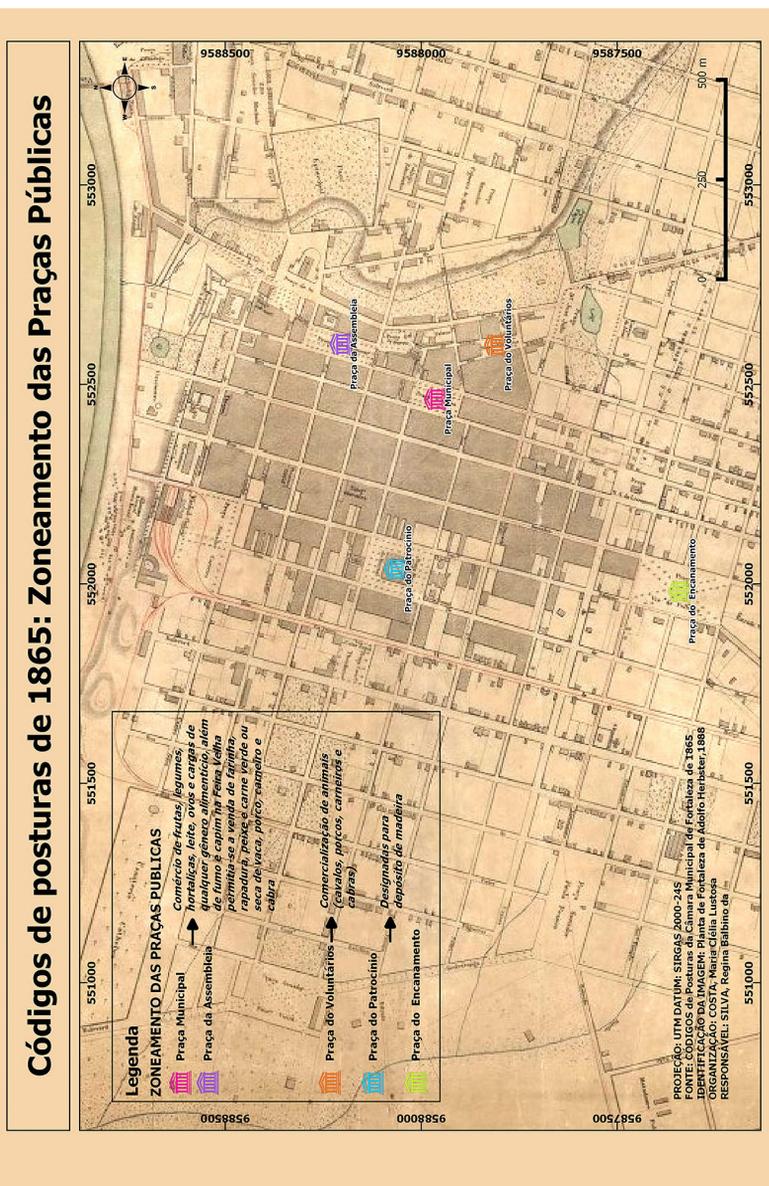
O material de construção também foi normatizado. Os “fazedores de telha e tijolo” tinham que aferir anualmente suas grades pelo padrão da Câmara (art. 126).

Essa lei promoveu certo zoneamento das praças públicas ao determinar o tipo de atividade permitida em cada uma delas (Figura 1). Nas praças Municipal e da Assembleia seriam comercializadas frutas, legumes, hortaliças, leite, ovos e cargas de qualquer gênero alimentício, além de fumo e capim; na Feira Velha, permitia-se a venda de farinha, rapadura, peixe e carne verde ou seca de vaca, porco, carneiro e cabra; a Praça dos Voluntários destinava-se à comercialização de animais (cavalos, porcos, carneiros e cabras); as praças do Patrocínio e do Enca-

namento estavam designadas para depósito de madeira. Os animais (cavalos, burros ou bois) não podiam ser recolhidos no mercado da Feira Velha, devendo os seus proprietários conservá-los na rua do Mercado, ou em outro lugar que lhes conviesse, desde que não fosse proibido por lei (artigos 88 a 102).

Os locais destinados às atividades mais insalubres como curtumes, salgadeiras, açougues e fábricas de qualquer natureza exigiam uma prévia licença da Câmara, que designava áreas longe do centro para sua instalação. Os depósitos de borracha ou couros crus ficavam em armazéns na rua da Praia; os fornos de cozer ou torrar tabaco, fábricas de destilar aguardente, de sabão, azeite ou quaisquer outras, “em que se trabalhe com ingredientes que exalem vapores que corrompem a atmosfera”, só eram permitidas nos arrabaldes ou subúrbios. A Câmara determinava também que os armazéns e depósitos de couros curtidos, carne e peixe salgados e outros gêneros, que pudessem “infeccionar a athmosphera”, deveriam ser arejados e conservados com limpeza (art. 42 ao 48).

Figura 1 – Mapa de Fortaleza, com zoneamento das praças de de acordo com o Código de Posturas de 1965



Fonte: Código de Posturas de 1865.
 Identificação Imagem: Planta de Fortaleza de Adolpho Herbster de 1888.
 Elaborado por SILVIA, Regina Balbino.

Outras atividades que pudessem incomodar a vizinhança também eram interditas, como guardar depósito de sebo em rama, ou caldeiras para derretê-los, no interior das casas das ruas da cidade (art. 43). Os ferreiros, caldeireiros, fundidores e latoeiros eram obrigados a dar saídas ao fumo das forjas por canos ou chaminés que se alteavam sobre os edifícios vizinhos, “tanto quanto seja necessário para que a vizinhança não seja incomodada” (art. 45).

O matadouro, denominado de Matadouro da Jacarecanga, localizado na saída da cidade, na estrada de Soure, além da Jacarecanga, foi outra atividade considerada produtora de miasmas, que se submeteu às inúmeras normas que foram detalhadas nas leis seguintes (art. 60).

Todos estes produtores de miasmas eram regulados e expulsos da área central, juntamente com a população pobre que não tinha condições de construir casas de materiais duráveis: tijolos e telhas. Rolnik afirma que a sucessão de leis adotadas em São Paulo construiu o outro lado da geografia social e outra linha imaginária definiu os muros da cidade:

[...] para dentro, o comércio, as fábricas não incômodas e a moradia da elite; para fora, a habitação popular e tudo que cheira mal, polui e contamina (matadouro, fábricas, químicas, asilo de loucos, hospitais de isolamento etc.) (ROLNIK, 1997, 48).

Como em São Paulo, a obediência às normas de higiene era fundamental para garantir a salubridade de uma zona privilegiada da cidade de Fortaleza.

Código de posturas de 1870

Em 1870, outro código de posturas (Resolução nº 1.365 de 20.11.1870) foi proposto pela Câmara Municipal da capital, sendo aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial na administração do presidente João Antônio de Araújo Freitas Henrique. Este era uma decorrência do anterior, de 1865, e, em termos de procedimentos técnicos e arquitetônicos, adotava as medidas que vigoravam no país. O Código

de 1870 inovou com a divisão em títulos⁵, merecendo destaque os dedicados à edificação e à salubridade.

O título “De edificação” determina direção, largura, alinhamento e nivelamento de ruas e travessas da cidade e povoações, de acordo com as indicações na planta da cidade. Como na lei anterior, indicava as dimensões (altura, portas, janelas, calçadas, soleiras, cornijas, platibandas etc.) a serem seguidas pelos construtores.

Regras mais definidas disciplinavam a cidade e povoações. De acordo com o artigo primeiro, as ruas e travessas deveriam ter “a direção e largura indicadas na planta respectiva, ou determinadas pela Câmara, observando-se o mais perfeito alinhamento e conveniente nivelamento”. Na área compreendida pela planta da cidade exigia-se a construção de cercas e o alinhamento de todas as edificações. Para as casas de palha e cercas ordenava-se, além disto, um afastamento especial de um metro para os demais edifícios. As casas de alvenaria também seriam niveladas (art. 2 e 3).

Para facilitar o escoamento das águas, as calçadas acompanhariam o declive dos calçamentos, de modo que não houvesse “rampa ou degrau de uma para outra casa, nem proeminência para acomodar canos de esgotos” (art. 8). Como no Código de 1865, os proprietários de terrenos nas ruas eram obrigados a construir as frentes e os respectivos passeios, no prazo de um ano (art. 10). As calçadas das casas ou das frentes de casas ainda não construídas deveriam ser de pedras ou tijolos vermelhos e conservadas em perfeito estado pelos proprietários (art. 11 e 12). Os alicerces seriam de “tijolos ou pedra com argamassa de cal e areia, traçada na proporção estabelecida pela repartição das obras públicas” (art. 12).

⁵ No Título I, os capítulos 1 e 2 tratavam da edificação e regularidade da edificação e o 4 de desobstrução e limpeza das ruas e praças, e visavam impedir “tudo quanto possa alterar o asseio e salubridade pública”. O Título II, voltado especificamente para salubridade, continha diversos capítulos e artigos que regulamentavam feiras e vendas de gado, matadouro e curral, mercado público, barracão de peixe e vendas de diversos gêneros, açudes, riachos, fontes, distribuição de água potável, casas, quintais, ruas e esgotamentos. O capítulo V do Título II legislava sobre a salubridade de açudes, riachos, fontes ou aguadas e a distribuição de água potável de consumo que, desde 1867, ficou sob o controle da Companhia do Bem-fica. Essa concessão posteriormente foi transferida a empresa inglesa The Ceará Water Company Ltd.

No mês de junho, quando findavam as chuvas, os proprietários eram obrigados a cair as frentes de suas casas, “ainda mesmo coloridas ou guarneçadas” (art. 15).

A salubridade das casas, quintais, ruas e esgotamentos foi objeto de regulamentação do capítulo IV. O artigo 47 proibia a criação de porcos dentro da cidade, cloacas e monturos nos quintais, e limpeza ou despejo de matérias fecais a não ser da Praia do Porto das Jangadas para baixo e da Ponte do Desembarque para cima, o que demonstra a desvalorização da praia; e “fazer a mesma limpeza em vasilhas descobertas, ou antes, das 10 horas da noite”. Ressalte-se que neste período, a zona litorânea ainda era desvalorizada,⁶ sendo utilizada apenas para atividades pesqueiras e portuárias, com armazéns e moradias de pescadores. A determinação da praia como local de recepção dos dejetos humanos transforma-a numa “vasta sentina, da qual ninguém pode approximar-se impunemente”. Ao longo da praia, sobretudo do Hospital de Misericórdia para o norte, as marés altas formavam uma “orla de excrementos humanos”, exalando “odores pestíferos” que eram sentidos no plano mais alto do Passeio Público (BRASIL, 1896, p. 49-50).

O artigo 21 desta lei trata da desobstrução e limpeza das ruas e praças. O artigo 15 proíbe “ter porta, rótula postigo, vidraça ou balcão, que abra para as ruas nas casas térreas, assim como ter objecto depositado a porta das casas, de modo que impeça o transitio”. Assemelha-se a determinação da legislação paulista que, para facilitar a circulação e evitar acidentes, determina a retirada de saliências que obstruíssem o tráfego. Eram proibidos os postigos, cancelas, portas e janelas que abrissem para rua no piso inferior do sobrado, bem como degraus nas ditas frentes sobre o passeios (ROLNIK, 1997, p. 33).

Como nas leis anteriores, regulava o hábito de lançar dos sobrados ou casas térreas, para as ruas, “água ainda mesmo limpa”, até as 10 horas da noite (art. 37). O artigo 21 proibia “conservar entulhos, lixo

⁶ A valorização do litoral cearense só vai ocorrer no início do século XX com a construção de casas de veraneio, principalmente para pessoas com problemas de saúde, pois se acreditava que os ares marinhos eram bons para a sua recuperação. Estas ideias que passam a vingar no Ceará refletem a mudança de mentalidade que estava ocorrendo em outros países (DANTAS, 2002).

etc. nos terrenos compreendidos na planta da cidade ainda mesmo nas ruas e praças projectadas, uma vez demarcadas pela Câmara”; “deitar nas ruas e praças cisco, entulhos, vidros, palhas, animaes mortos, e tudo quanto possa alterar o asseio e salubridade pública”; e “despejar ou lançar das casas nas ruas, por qualquer modo, águas immundas”. Este código foi publicado após as epidemias de cólera (1862 e 1864) e febre amarela (1851-1855) e dos frequentes surtos de varíola, única doença no período a ter como medida preventiva a vacina. Algumas destas doenças tornaram-se endêmicas na província, o que levou a determinação de um local específico para a lavagem de roupas de “pessoas acometidas de moléstias contagiosas”. Estas deveriam ser lavadas somente na foz do riacho Jacarecanga (art. 47), localizado a sota-vento e distante da área de concentração populacional.

Esta lei está acompanhada pelo Regulamento dos Empregados da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza, em que se destacavam as incumbências do arquiteto. Algumas delas, no passado, eram de responsabilidade do arruador ou do médico da pobreza:

§. 1 – Alinhar as ruas, praças, casas, cercas, estradas e qualquer obra de architectura, dar os seus nivelamentos e planos de desaguamento, attestando os actos, que praticar, quando lhe for ordenado por despacho da Câmara...;

§. 5 – Observar se são guardadas as disposições das posturas, relativas à edificação, reparo, construcção, reconstrucção e calçamento, fabrico de materiaes...;

§. 8 – Verificar si os chafarizes, reservatórios, tanques, carroças, canos e válvulas, empregados pela companhia d’agua do Bemfica ...

§. 9 – Providenciar sobre a conservação do calçamento da cidade, estradas a cargo da Câmara, fazendo-o igualmente a respeito dos estabelecimentos, edificios e propriedades da Câmara (CEARÁ, 1870).

O médico teve reduzidos os seus encargos, concentrando-se quase que exclusivamente em atividades ligadas à saúde pública, pois algumas, como fiscalizar a água fornecida pela companhia de água do Benfica, passaram para a responsabilidade do arquiteto. Além da obri-

gação de comparecer às sessões da Câmara, quando convidado, e de atender às solicitações do fiscal, de outros empregados ou particulares, dando parecer por escrito, ele permanecia com a responsabilidade de medicar os doentes pobres e os presos da cadeia da capital, vacinar as pessoas, solicitar da Câmara o fornecimento de lâminas com pus vacínico e elaborar relatório sobre o estado sanitário do município, expressando as causas das alterações (art. 13).

A legislação urbana produzia efeito na capital da província. O inspetor de Saúde Pública do Ceará, Dr. José Lourenço de Castro Silva, em Relatório de 6.5.1873, orgulhava-se por Fortaleza ser “uma das poucas e mais bellas cidades de todo o império; com arruamento sem tortuosidade; largo bastante, bem calçado e limpo”. A edificação tinha melhorado, pois, segundo o inspetor, eram adotados os “preceitos da architettura moderna”. As casas estavam sendo construídas “segundo os são preceitos, as ruas bem largas e direitas, prestando ao bom estado de salubridade e belleza que gosa esta cidade” (RELATÓRIO, 1873).

Dois anos mais tarde, o novo inspetor da Saúde Pública, Dr. Antonio Domingos da Silva, contrapondo-se a esta visão de salubridade da área central da cidade, apontava para a falta de higiene a localização insalubre e as más condições de moradia da população que vivia nos arredores do centro.

O esquecimento da boa hygiene parte principalmente das classes pobres que, sobre não procurarem em tempo o auxílio da medicina, quando atacados, não se garantem das intempéries, e moram em cазebres de palha, mal cobertos, em que facilmente penetram o ar frio da noite e da chuva, ou em pequenas casas melhor construídas, porém tão baixas que lhes faltam às condições próprias para o arejamento e a ventilação; juntando-se a estas circunstancias, já de si decisivas, o pouco aceio, a accumulção de matérias excrementícias e esterquilínios nos quintaes, e a carência das mais communs necessidades da vida (RELATÓRIO, 20.6.1875).

A legislação, marcada pelo discurso médico-higienista, regulava a localização e construção de edificações e a limpeza pública. Além dessas, outras medidas foram adotadas, objetivando garantir a

salubridade da capital. Pântanos e alagados foram aterrados; ruas calçadas; praças arborizadas; hospitais, cemitério e cadeia construídos a sota-vento da cidade e a população disciplinada em suas atividades e no seu cotidiano.

Código de posturas em 1879 e a privatização do serviço de limpeza pública

Nova alteração do Código de Postura ocorre com a Resolução nº 1.818 de 1º de fevereiro de 1879, durante a administração do Dr. José Júlio d'Albuquerque Barros, no auge da grande seca 1877-1879. Apesar de medidas especiais tomadas pela administração, como vacinação e isolamento da população de retirantes em abarracamentos, a cidade não se livrou da epidemia de varíola que grassou em todo o império.

Esta lei assemelhava-se aos códigos anteriores (1865 e 1870). A inovação estava na regulação do serviço de limpeza pública, atividade que anteriormente era realizada pelos próprios moradores e que passou a ser explorada por empresa privada. Outro serviço público que exigiu maior controle foi o de distribuição de água para o consumo da capital. Durante esta seca passou por muitas dificuldades, pois as fontes secaram, levando a empresa Ceará Water Co. à falência.

O serviço da limpeza da cidade é tratado no título 2º – *Da salubridade*. Competia à empresa o serviço de limpeza de todas as praças, praias, coxias e córregos situados dentro do perímetro e divisas de cada distrito. Esse serviço consistia na remoção de matérias orgânicas e inorgânicas, “susceptíveis de se corromperem e de viciarem o ambiente pela exalação de miasmas ou de incommodarem as pessoas”, e de tudo o que impedisse o trânsito público como pedras, tijolos, animais mortos, restos vegetais etc. (art. 22). As matérias não susceptíveis de corrupção poderiam ser enterradas em lugares designados pela Câmara.

Segundo a legislação, as ruas seriam varridas pelo menos duas vezes por semana, as praças, diariamente, e o lixo removido imediatamente para lugar designado pela Câmara. Nas ruas que não fossem calçadas, além da remoção do lixo e limpeza, o empresário mandaria arrancar, a cada três meses, toda a vegetação que sobre ela nascesse, a

exceção da parte destinada ao passeio (dois metros) que era de responsabilidade dos respectivos proprietários (art. 24 e 25).

A cidade foi dividida em quatro distritos ou seções, segundo as linhas traçadas pela Câmara na respectiva planta, e o serviço fiscalizado pela Comissão de Salubridade Pública. O pagamento feito em prestações mensais baseava-se em “attestados dos fiscaes” que declaravam a realização de todas as disposições do contrato, “mencionando as multas incorridas e a deduzir do pagamento” (art. 38).

Neste capítulo, destaca-se a preocupação com a fiscalização das moradias em período de epidemia, passando por cima do direito de propriedade. O artigo 75 refletia estas preocupações e determinava que, em casos de epidemia, “os moradores das cazas permitirão a entrada da comissão, que a Câmara nomear para visitar os quintaes e verificar o estado de asseio; pela negativa soffrerá o infractor a multa...; e neste caso, a comissão recorrerá à autoridade competente, afim de effectuar-se a visita pelos meios legítimos”.

Eram muitas as reclamações sobre a qualidade da água⁷ neste período de escassez, exigindo um maior controle do poder público. O artigo 80 determinava a Câmara Municipal nomear uma comissão para examinar o estado das fontes, tanques ou depósitos e dos chafarizes pertencentes à companhia contratada do abastecimento de água. Se fosse verificada a falta de asseio ou o mau estado da água, a Câmara daria um prazo para limpeza da fonte, tanques ou depósitos e o esgotamento dos chafarizes, o que seria fiscalizado por empregado municipal (art. 81).

No período em que a varíola fazia tantas vítimas na capital da província, era destaque a vacinação sobre a qual trata o Capítulo 2º deste trabalho. O artigo 41 determinava que todas as pessoas, pais, tutores, curadores, amos e senhores levassem à Câmara Municipal, “para ahi serem vaccinadas as creanças até 3 mezes de nascidas, e os adultos logo que os tenham em seu poder, salvo para uns e outros o caso de moléstia que a isso se opponha”. A vacina, que chegou ao Ceará em 1804,

⁷ A distribuição de água potável para o consumo da capital será detalhada no 10º capítulo.

era recomendada no Código de Postura de 1835. As legislações seguintes reafirmaram esta medida preventiva.

A análise do Código de 1879 permite perceber a emergência, numa época de excepcionalidade climática, de uma estrutura legal. Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é a presença mais intensa de estruturas intermediárias entre o poder público e a população. Uma inovação foi a organização de empresas privadas explorando serviços que até então eram atribuições individuais de cada morador da cidade.

No final do século XIX, a higiene preceituava que se conservasse certa área de terreno desocupada, a fim de que as casas recebessem “maior quantidade de ar e de luz, elementos necessários para a vida”. No entanto, essa norma não era respeitada em Fortaleza. Segundo o engenheiro Lassance Cunha, na maioria dos casos os quintais de residências particulares eram verdadeiros focos de infecção, em que se acumulavam “depósitos de materias fecaes, águas pútridas e finalmente tudo quanto há de immundo”. O processo químico da fermentação produzia “gazes mephyticos, predominando o sulphyrato d’amoníaco e o ácido sulphydrico”, gerando um ambiente doentio (BRASIL, 1896, p. 23).

Código Sanitário de 1918: a institucionalização do discurso higienista

As teorias médicas, que influenciaram as práticas urbanas e provocaram a elaboração de leis, estão presentes nas legislações. Urteaga (1980), ao estudar as topografias médicas na Espanha, demonstrou que, apesar das descobertas de Pasteur, estes levantamentos só atingiram o auge no início do século XX.

No século XX, as teorias bacteriológicas dominaram a cena, mas as práticas higienistas já estavam incorporadas ao cotidiano da população nas escolas e na legislação urbana e sanitária. Para Bruno Latour (1986), o surgimento da microbiologia fortaleceu o movimento higienista, que necessitava de descobertas científicas para convencer o poder público a investir em infraestrutura de saneamento. Os grandes problemas dos higienistas foram retraduzidos e esvaziados pelos pasto-

rianos – o amontoamento, a quarentena, as imundícies, os dejetos, a sujeira. Os médicos exigiam dos poderes públicos, tanto quanto possível, a pronta evacuação das imundícies, a pureza da água, a salubridade das habitações e a defesa da saúde pública contra as doenças infecciosas e cobravam dos engenheiros e dos administradores conhecimento sobre infecção, desinfecção, contágio e epidemia. Latour (1986) afirma que a higiene tornou-se mais simples e arquitetada.

Na França, a adoção da lei sanitária de 1902 é a consagração dos princípios higienistas. Ela reconheceu um vasto campo de intervenção, incorporou outros profissionais (inspetores do trabalho, químicos, biólogos, geômetras, engenheiros e arquitetos) e combinou critérios médicos com as normas topográficas e volumétricas de construção (GAUDIN, 1985, p. 79).

A palavra de ordem da higiene pública não era mais desinfecção, e sim salubridade. A Lei 1902 previu os meios de impedir a propagação dos germes patogênicos através do melhoramento do terreno. Considerou dever do Estado o saneamento dos meios onde viviam os cidadãos e das localidades “malsaines”. Esta lei-quadro serviu para difundir os princípios pastorianos em matéria de higiene (CARVAIS, 1986).

O Regulamento da Directoria Geral de Hygiene do Ceará, aprovado pelo decreto legislativo nº 1.643, de 8.11.1918, de certa forma foi a aplicação dos tratados de higiene pública europeus. Ele sintetizou as ideias higienistas do século XIX e reproduziu as normas adotadas pela legislação francesa de 1902.

Este regulamento estabeleceu as regras de inspeção sanitária das habitações, estabelecimentos, lugares e logradouros. A preocupação com a saúde pública superou os interesses particulares. A lei permitiu o livre ingresso de inspetores públicos em propriedades privadas. O artigo 298 do Decreto-Lei nº 1643, apresentava as atividades a serem desempenhadas pelos inspetores sanitários:

A polícia sanitária será exercida pelos inspetores sanitários, que terão sempre livre ingresso em visitas sistemáticas a todas as habitações particulares ou coletivas, estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos cultivados ou não, logares e logradouros públicos, onde, além de atender as suas condições higienicas,

asseio, conservação do estado de saúde dos moradores, verificarão mais o estado dos reservatórios de água potável e seu abastecimento, a integridade e funcionamento das instalações sanitárias, banheiros tanques, lagos, esgotos, boeiros, etc., bem como o asseio, conservação e condições higienicas das áreas, quintaes, pateos, cocheiras, estrebarias, estábulos, galinheiros, etc., sempre coadjuvados pelos pessoal que trabalhar sob sua jurisdição e que executará as providências de caráter urgente. (DECRETO-LEI, n.1643 de 8/11/1918).

O inspetor sanitário deveria visitar todas as casas novas ou reparadas, de aluguel e vagar para verificar se apresentavam as condições indispensáveis de higiene e asseio para serem habitadas. Caso não tivessem estas condições, o inspetor determinaria a execução dos melhoramentos e, só após, seria dado o habite-se, que permitiria a sua ocupação. Se nestas habitações tivesse ocorrido algum caso de moléstia infecciosa, o inspetor sanitário determinaria as necessárias desinfecções de acordo com a natureza da doença (art. 303 e 306).

Esta legislação proibia a habitação em casas ou cômodos nas chamadas travessas, que não tivessem área livre ou quintal e instalação sanitária, e em porões e sótãos que não tivessem iluminação e arejamento suficiente (art. 311 e 314).

No caso de construção ou reconstrução, as plantas deveriam submeter-se ao exame das autoridades sanitárias, que se orientariam pelas normas vigentes. Antes de iniciar a construção de qualquer habitação, dentro do perímetro urbano, o solo deveria ser saneado e o terreno preparado convenientemente para facilitar o esgotamento das águas (art. 326 e 328).

O soalho do primeiro pavimento deveria ficar afastado do solo de pelo menos cinquenta centímetros e de todos os pavimentos térreos, porões habitáveis ou não, áreas, pátios, terraços etc., que teriam revestimento impermeável (lençol de asfalto sobre concreto, ladrilho ou mosaico) (art. 331 e 333).

Além disto, observar-se-ia a localização e presença de uma superfície livre, a fim de que o imóvel fosse arejado e bem iluminado (art. 329). A lei exigia que todos os compartimentos do imóvel

tivessem sempre aberturas, portas ou janelas para o exterior, ou claraboias, de modo que recebessem luz e ar direto (art. 334). Vislumbrava a preocupação com a aeração e circulação de ar, pois exigia que todos os aposentos tivessem, no mínimo, trinta metros cúbicos de capacidade e que fosse de três metros e cinquenta centímetros o pé direito (art. 335).

As cozinhas seriam abundantemente providas de ar e luz e instaladas longe dos aposentos de dormir, não devendo se comunicar com as latrinas (art. 336). Estas seriam bem iluminadas e ventiladas por meio de janelas de dimensões proporcionais a sua área e ter, pelo menos, uma face voltada para o exterior. A caixa de lavagem, de jacto provocado, seria coberta de madeira de modo a impedir a entrada de mosquitos. O piso e as paredes, na sua face interna até a altura de um metro e cinquenta centímetros, seriam revestidos de camada lisa e impermeável (art. 324 e 371). As cozinhas, as copas, os banheiros e as latrinas não poderiam servir de aposento de dormir (art. 338).

O regulamento orientava também o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário e a canalização das águas pluviais. Dedicava vários artigos às habitações coletivas, “casas que abrigarem ou servirem de dormitório, ainda que temporário, a várias famílias ou a muitas pessoas de famílias diferentes”. O número de moradores deveria ser proporcional às dimensões do prédio, à natureza do estabelecimento, ao número de latrinas, de banheiros e de lavabos.

O edifício para hotel ou casa de pensão seria bem ventilado e iluminado, principalmente nos aposentos de dormir onde cada hóspede deveria dispor, no mínimo, de vinte metros cúbicos de ar (art. 354). Todos estes estabelecimentos teriam um livro de Registro Sanitário, fiscalizado pelo inspetor da Directoria de Hygiene.

Este regulamento sintetizava as preocupações e o pensamento médico-higienista do século XIX. Uma análise detalhada demonstra que muitas das determinações presentes neste documento eram recomendações recorrentes dos tratados de higiene pública europeus e das teses das faculdades de Medicina. E, para concluir, podemos afirmar que a Regulamentação Sanitária da Inspetoria de Higiene Pública do Ceará foi a consagração das ideias higienistas no Ceará.

Afrânio Peixoto: a adoção de modelos e normas europeias no Brasil

A adoção das normas de construções, com base em referencial estrangeiro, sem tradução para a realidade brasileira, expressava-se na paisagem urbana da primeira metade do século XX. Entretanto, pensadores brasileiros reagiram contra estes modelos elaborados para outra realidade cultural e climática. Destacam-se as críticas do médico Afrânio Peixoto, no livro *Clima e Saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*, publicado em 1938, aos tipos de edificações realizadas em “país civilizado, de clima quente” como o Brasil.

O Brasil é o único país grande, de civilização ocidental, situado nos trópicos... Tem, pois, direito a pensar e de achar soluções suas, para os próprios problemas: soluções brasileiras. É hoje o único país “colonial”, ou de matérias primas, que não tem metrópole a protegê-lo: tem, portanto, dever de cuidar de si, procurando as soluções econômicas próprias para os particulares interesses brasileiros. Na meditação e nas ações decorrentes destes postulados, que impõe o clima, e a topografia e a gente, e a educação, e os interesses, derivados desse clima, está a felicidade e até está a própria sobrevivência nacional [...] (PEIXOTO, 1938, p. 11-12).

Censurava as habitações construídas imitando modelos europeus sem “pensar no clima e no meio social para o qual se constroe” e os mestres de obra e engenheiros, “sem tento nem gosto, que de livros europeus ou de suas viagens, transportam casas extranhas para o nosso clima”. Para Peixoto, a casa, destinada ao abrigo, deveria “ser disposta segundo o regime meteorológico do meio e os costumes dos que a devem habitar” (PEIXOTO, 1938, p. 237-238).

As nossas modernas construções são ainda inferiores, como arquitectura, ao tipo colonial, que era, ao menos cômodo e não presumido, sem nenhuma: imitam casas alemãs pesadonas, chalés suíços com tectos de escorrer neve, cúpulas, cerâmicas, arrebiques mouricos, sem fidelidade, sem aplicação ao conjunto. ... Aqui, basta um passeio na Avenida Central: casas feias fugidas

de Bremen, de Hamburgo; casas “persas”, de vários andares... colunas embrechanadas... Um horror, de mau gosto imitado[...] (PEIXOTO, 1938, p. 238).

As novas técnicas de construção, com o uso do vidro, do ferro e do cimento armado, foram incorporadas por arquitetos e engenheiros brasileiros, permitindo a edificação de casas “modernas” semelhantes às de Paris ou Nova York. Peixoto recriminava o uso do vidro, “onde a luz sobra” e a edificação de minúsculos apartamentos nos “furacéus de edifícios com andares superpostos”, em um país “onde o terreno não míngua” (PEIXOTO, 1938, p. 239).

Não sei como, no Brasil, a imitação não aqueceu as casas... Em todo caso, conheço muita chaminé... decorativa. A casa, o estabelecimento onde dormimos, comemos, estamos, trabalhamos, bem merece que os façamos segundo as nossas vantagens e as imposições do meio... O conforto ou a felicidade não será a reação louca, ou sem tento, ao clima, mas o condicionamento ao clima, ou do próprio clima, “efectivo” (PEIXOTO, 1938, p. 247-248).

Afrânio Peixoto recriminava a adoção de elevador pé direito nas normas de construção em um país “sem focos de aquecimento, sem inverno, sem portas e janelas que fechem bem”. Questionava o uso dos mesmos critérios de cubo de ar adotados nos países europeus. Criticava o médico Barata Ribeiro, prefeito do Rio de Janeiro, que impôs pés direitos de cinco metros, o que encarecia o custo das construções...

Onde se poderiam fazer dois andares, um apenas, custo duplo e capacidade de habitantes metade, aluguéis caros, escadas infinitas. Não havia lustre nem cortinas que chegassem para iluminar e guarnecer estes salões[...] (PEIXOTO, 1938, p. 241).

Protestava também contra a determinação de excessivo número de portas e janelas, visando facilitar a aeração e a insolação, deixando as salas e outros compartimentos sem apoio para camas e armários. O excesso de iluminação chegava a prejudicar a visão dos moradores de cidades como Fortaleza.

Nas escolas públicas havia o mesmo reclamo, por ar e luz: as crianças tinham olhinhos apertados pela luz demasiada e ventania ou abafamento, segundo as janelas se abriam ou fechavam[...] (PEIXOTO, 1938, p. 242).

O pensamento médico influenciou a legislação urbana, mas, em algumas vezes, ela foi simplesmente incorporada sem adaptação à realidade dos países de cultura e clima diversos, provocando exageros e efeitos contrários à saúde pública. Em Fortaleza encontramos algumas edificações que foram copiadas de modelos europeus, como a antiga Escola Normal Justiniano Serpa (1923), semelhante a uma escola suíça, e um sobrado no bairro Benfica, hoje ocupado pela Casa de Cultura Germânica, com elevada inclinação do telhado, próprio para países que nevam.

O próximo capítulo apresenta a cidade de Fortaleza, descreve a sua estrutura mutante através da evolução histórica, destacando os aspectos mais significativos no imaginário da população e dos dirigentes para a salubridade ou insalubridade dos moradores. Ressalta as transformações sociais e econômicas que favoreceram a drenagem das riquezas e da população para a capital, a ampliação da malha urbana e os problemas urbanos com impacto nas condições de vida do fortalezense.

FORTALEZA: transformações no espaço urbano⁸

Fortaleza, até o início do século XIX, era um povoado sem nenhuma importância econômica, mas a presença da fortaleza garantia apoio aos barcos que navegavam entre o Maranhão e o Piauí e ali aportavam para se abastecer. Adquire o status e as características de cidade, no século XIX, após a separação da província de Pernambuco e, principalmente, com a inserção do Ceará na divisão internacional do trabalho, como exportador de algodão. O crescimento econômico da província e a política do Império, de fortalecimento das capitais das províncias, atraíram moradores, investimentos foram realizados em edificações e infraestrutura e serviços foram implantados em Fortaleza.

Este capítulo tem como objetivo discutir as transformações no espaço urbano de Fortaleza durante o século XIX, em virtude da dinâmica econômica e da ação do poder público, direcionando a expansão da vila e depois da cidade.

Fortaleza, como muitas outras cidades, tem no quadro natural sua limitação, que cresce acompanhando a margem esquerda do rio Pajeú. Além dessas condições naturais, para a compreensão da formação de Fortaleza, é fundamental analisar o papel dos diferentes agentes produ-

⁸ Grande parte deste capítulo foi publicado como artigo com o título de « Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX, na Revista do Instituto do Ceará, v.128, p.81-111 - 111, 2014.

tores do espaço, principalmente o Estado, que investiu na construção de edificações públicas, estradas, ferrovias, legislou e aprovou Códigos de Posturas e concedeu a exploração dos serviços públicos (iluminação, distribuição de água, transporte, comunicações) a empresários nacionais e estrangeiros, como a Ceará Water Company, Ceará Gas Company e a Ceará Harbour Corporation. Os exportadores e importadores, fazendeiros, industriais, comerciantes, prestadores de serviços que organizavam e coletavam a produção, beneficiavam a matéria prima e distribuíam os produtos locais e importados, contribuindo na organização do espaço urbano de Fortaleza. A população, de acordo com suas condições financeiras, edificava suas habitações. Aqueles com melhor renda moravam no Centro e nos bairros que vão surgindo no final do século XIX, quando as linhas de bonde são implantadas. A população mais carente autoconstruía suas choupanas com material local nas chamadas “areias”, nos arredores da área mais urbanizada.

Inicialmente apresentaremos o processo de ocupação do território da atual Fortaleza e as dificuldades enfrentadas na formação da vila, em virtude das condições naturais. Posteriormente, o artigo trata da tentativa de disciplinar o espaço da cidade, desde a chegada do primeiro arruador (1800), passando pela planta em traçado de xadrez do coronel engenheiro Antônio José da Silva Paulet (1812) e a aprovação do primeiro Código de Posturas, em 1835, até os levantamentos e as plantas de expansão de Fortaleza elaboradas por Adolfo Herbster (1859, 1875 e 1888).

A natureza e a ocupação do território

A história urbana de Fortaleza não é somente a descrição de um pequeno núcleo de povoamento que vai progressivamente tornando mais complexas as suas relações, mas também o predomínio das implacáveis forças naturais que vão perdendo importância, de acordo com o avanço do conhecimento científico (COSTA, 2014).

No século XVII, o território da futura cidade de Fortaleza foi ocupado com objetivo militar, de entreposto comercial entre as capitânicas do Norte. O pequeno povoado tinha como função apoiar a pas-

sagem para os que vinham do Pará ou Maranhão em direção a Pernambuco. A cidade, nascida entre outros núcleos urbanos já desenvolvidos, terá que esperar mais de um século para se tornar um aglomerado populacional importante.

Um forte, um riacho e poucos moradores, esta é a imagem da antiga vila de Fortaleza, conhecida e descrita pelos viajantes. A luta de seus moradores e governantes serão inicialmente contra as condições naturais, principalmente a seca. Como em todo aglomerado humano, a determinação primeira será natural. É o quadro natural em sua determinação que modelará as ações necessárias e depois possíveis dos habitantes. Os séculos seguintes darão prova da dependência dos habitantes de Fortaleza ao quadro natural. Passa então a predominar a lógica da organização social e, principalmente, do poder político como fator organizador da cidade.

O Ceará não apresentava os atrativos naturais da zona da mata do nordeste oriental. A ausência de produtos de interesse dos colonizadores e a natureza marcada pela semiaridez dificultaram a ocupação da capitania do Ceará. A primeira tentativa de apropriação do território, onde hoje está situada a cidade de Fortaleza, ocorreu com a chegada da expedição de Pero Coelho de Souza, em 1603. Depois de muitas lutas com indígenas e franceses, Pero Coelho de Souza fundou, às margens do rio Ceará, a povoação de Nova Lisboa, mas “acossado pelo silvícola inimigo e pela trágica seca de 1605-1607” e tendo perdido parte de sua família, ele foi obrigado a retirar-se para o Jaguaribe e, depois, para o Rio Grande (GIRÃO, 1984).

A posse efetiva da terra só se deu a partir de Martim Soares Moreno⁹ que, chegando em 1611, construiu, na Barra do Ceará, o Forte São Sebastião (Figuras 2 e 3).

Soares Moreno exalta, em sua “Relação do Ceará”, datada de 1618, – o mais antigo documento descritivo da região circunvizinha do rio Ceará, então conhecida como Siará – a excelente qualidade da terra

⁹ Martim Soares Moreno inspirou o escritor cearense José de Alencar na criação do personagem de Martim, o “guerreiro branco”, do romance *Iracema*, obra famosa da literatura brasileira do século XIX.

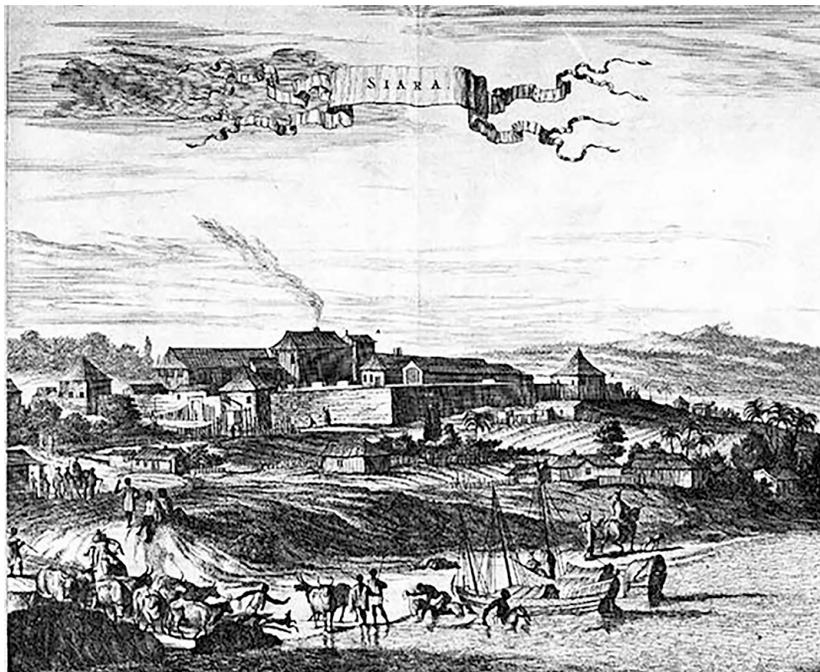
e pede apoio para a criação de um aldeamento na região que servisse “para estalagem dos que forem e vierem do Maranhão e do Pará a Pernambuco” (CASTRO, 1982, p. 35).

Figura 2 – Forte de São Sebastião. Desenho de Frans Post



Fonte: Barleus, 1647.

Figura 3 – Forte de São Sebastião: Desenho de Frans Post



Fonte: Montanus, 1671.

De sua base às margens do rio Ceará, Soares Moreno partiu para observar a presença dos franceses no Maranhão, mas teve seu barco desgarrado para as Antilhas. De volta ao Ceará, em 1621, com o título de capitão-mor, permaneceu na capitania até 1631, quando novamente partiu, desta vez definitivamente, para combater os invasores holandeses em Pernambuco. Com o afastamento de Soares Moreno, arruinou-se o Forte São Sebastião e, em 1637, a região passou a ser controlada pelos holandeses. Liderada por Matias Beck, uma expedição holandesa desembarcou na baía do Mucuripe, em 1649, na esperança de encontrar prata na Serra de Maranguape. Constatando a ausência de água doce no Mucuripe, os holandeses estabeleceram, em 1649, na margem esquerda do rio Pajeú, sobre a colina de Marajaitiba – o que lhes propiciava uma visão geral da baía – o forte de Schoonenborch e

ali permaneceram por sete anos, até sua expulsão definitiva do Brasil, em 1654¹⁰ (MENEZES, 1897, p. 42).

Com a capitulação dos holandeses, os portugueses retomaram o controle da região. Deram ao forte holandês o nome de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção e se fixaram definitivamente nas margens do rio Pajeú, pois o sítio onde anteriormente se haviam estabelecido, às margens do rio Ceará, apresentava alguns inconvenientes, como a insalubridade e o assoreamento no leito fluvial que lhes dificultava o acesso.¹¹ A vila de Fortaleza estava situada “a mais de légua ao oeste da ponta do Mucuripe, e de dois da barra do rio Ceará”, em região considerada salubre por Thomas Pompeu de Souza Brasil (1896). As características naturais do sítio onde foi localizada a vila foram descritas por Brasil:

A extensa área do littoral se alonga por 3 a 4 kilometros para o interior, compõem-se na sua quase totalidade de terreno siliicioso, grés, decomposição de quartz, com profundidade de alguns metros, repousando, ora sobre a rocha primitiva, ora sobre delgada camada de marga ou argila. A inclinação geral para o mar com as pequenas depressões para leste, oeste e norte, seguindo o leito do riacho Pajehú, Jacarecanga e praia, servem de escoadouro as águas pluviaes. Em um outro trecho, accidentes do solo permittiram a acumulação dos detrictos que formam estreita camada de alluvião. A não ser a orla marítima, na qual os comoros de aréa, impedindo o escoamento das águas pluviaes e retendo grande marés, originaram anteriormente lagamares, maceiós, pequenos pântanos, em parte dessecados, e o vale su-

¹⁰ Em 1630, os holandeses invadiram Pernambuco e sua passagem pelo Recife propiciou discutida contribuição para a nossa história. A principal personalidade holandesa desse processo foi o Conde João Maurício de Nassau Siegen que chegou a Recife em 1637. Autêntico espírito da Renascença, Nassau trouxe consigo dois grandes pintores, Frans Post e Albert Eckout, além de cartógrafos e cientistas. Depois de sua partida, em 1644, deu-se a derrocada do domínio holandês no Nordeste e, em fevereiro de 1649, depois da derrota na Batalha dos Guararapes, os holandeses enfrentaram duros problemas até serem expulsos do Brasil, em 1654.

¹¹ Em documento datado de 1814, o governador Barba Alardo de Menezes (1808-1810) explica que a transferência da vila se dera em função da insalubridade da Barra do Ceará (CASTRO, 1987, p. 42).

perior do riacho do Pajehú, nenhum outra fonte de insalubridade natural existe na Fortaleza (BRASIL, 1896, p. 8-9).

Apesar da temperatura semelhante à de outras cidades litorâneas do semiárido brasileiro, o calor de Fortaleza era amenizado pelos ventos alísios. O Barão de Studart compara o clima da capital do Ceará com outras cidades da região:

Em Fortaleza (3°43'38" Lat. S, 4°39'23" Long. E, Rio), a média da temperatura annual é de 26°6', a das máximas 30°4' e das mínimas 23°31', a média da pressão barométrica 762,4, da chuva 998 mm, da humidade relativa 72,6, da tensão do vapor d'água 20,3... Belém, Natal e Recife dão médias de 26°21, 26°5 e 26°3 respectivamente, mas nenhuma dessas capitães tem como Fortaleza o calor amenizado pela constante viração (STUDART, 1910, p. 24).

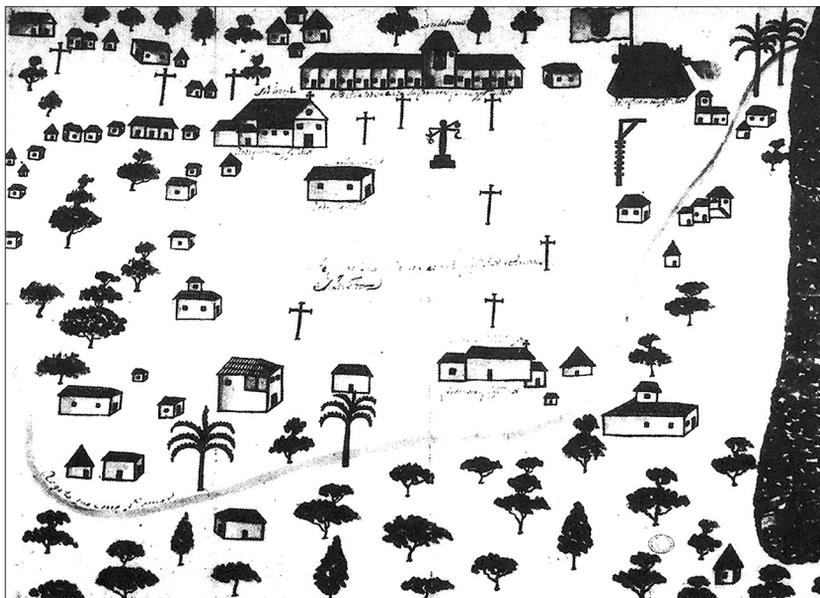
Em 13 de abril de 1726, a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção (Figura 4) foi elevada à categoria de vila pelo governo metropolitano. Durante todo o século XVIII, mesmo sendo a vila morada dos capitães-mores da capitania, Fortaleza continuou um povoado pobre, abandonado e insignificante, mantendo função puramente administrativa e não se destacando pelas atividades econômicas, pois estava isolada dos principais centros populacionais do Ceará.

Numa classificação estabelecida por Maria Salete de Souza (1975), no século XVIII, as vilas de maior importância do Ceará estavam no interior, Sobral e Crato, à exceção de Aracati, no litoral leste. Em seguida estava o Quixeramobim no sertão central. Em terceiro lugar estavam as vilas de Fortaleza, Granja e Aquiraz (SILVA, 1992).

O primeiro presidente da capitania autônoma, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao chegar a Fortaleza, espantou-se com a pobreza da capital onde havia “uma falta absoluta de todas as cousas de primeira necessidade”. E comparou-a à vila de Aracati de “numerosa população, comércio bem estabelecido”, acrescentando que: “A civilidade, a polidez de seus habitantes fazem esta Vila [o Aracati] assás recomendável, juntando a isso uma agradável e regular arquitetura nas suas casas, e no

grande número delas os donos possuem avultados cabedais”. Enquanto a vila de Fortaleza era “um montão de areia profundo apresentando do lado pequenas casas térreas, encontrando nesta classe a muito velha e arruinada casa dos governadores” (Ofício de 1º. 1.1800).

Figura 4 – Carta de Fortaleza em 1726, mandada executar por Manuel Francês



Fonte: Castro, 1982.

Sítio urbano: aspecto da vila no começo do século XIX

O vento que vinha de longe, na tarefa de dar à costa do Ceará a forma retilínea que um dia tomará, alinhando-se por ele, incumbiu-se de aterrar os lagamares do perímetro da futura cidade, lançando sobre eles uma quantidade enorme de areias e fazendo-os perder o seu primitivo caráter de marinhas. A esse poderoso instrumento das transformações da terra, deve Fortaleza o assento que lhe coube (BRÍGIDO, 1979, p. 32).

No começo do século XIX, Fortaleza ainda crescia lentamente, à margem esquerda do Pajeú, acompanhando as tortuosidades deste rio,

principal fonte de abastecimento de água. O riacho do Pajeú dividia as terras imediatas à Fortaleza de N. Senhora da Assunção em duas zonas distintas. Na margem direita, a elevação do Outeiro da Prainha alargava-se até a descida para o mar, cujas águas lambiam suas encostas. Ali foi construído o seminário episcopal que ficou conhecido como Seminário da Prainha. A margem esquerda, com seu terreno ondulado pelas dunas formadas pela força do vento, era cortada por um tributário do Pajeú: o córrego do Garrote, que formava a lagoa do Garrote. As duas elevações separadas pela depressão onde corriam os córregos ficaram conhecidas como: colina do Teatro Taliense, ao sul, na rua Formosa, e colina da Misericórdia ou Marajaitiba, ao norte, onde se erguia o forte e foram estabelecidas a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública. Em torno dessas duas principais colinas, erguiam-se outras cinco pequenas, formando um total de sete. Dentre elas, destaque merece pela importância posterior para a cidade, a elevação da Aldeota, antiga povoação de índios (GIRÃO, 1979, p. 35).

O comerciante inglês Henry Koster fixou-se em Pernambuco no começo do século XIX a ver se o clima quente e seco do Nordeste o ajudava a tratar uma tuberculose incipiente. Em *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1942), publicado em 1816, em Londres, Koster descreve Fortaleza entre o final do ano de 1809 e começo de 1810:

Não há rio nem cais e as praias são más e de acesso difícil. As vagas são violentas e o recife oferece proteção diminuta aos navios, viajando ou ancorados perto da costa (...) A vila, edificada sobre terreno arenoso, (...) situava-se numa colina ao pé da fortaleza que lhe deu o nome e, tanto a Fortaleza quanto o paiol de pólvora erguiam-se sobre uma montanha de areia. Não obstante a má impressão geral, pela pobreza do solo em que esta Vila está situada, confesso ter ela boa aparência, embora escassamente possa este ser o estado real dessa terra (KOSTER, 1942, p. 165).

A vila de Fortaleza apresentava formato quadrangular com quatro ruas partindo da Praça do Conselho (atual Praça da Sé), onde ficavam o pelourinho e a Igreja da Matriz. De acordo com Malmmann, as quatro ruas mencionadas por Koster eram a antiga rua da Cadeia ou do Quartel;

a rua da Boa Vista, atual rua Floriano Peixoto; a rua dos Mercadores, na margem oriental do riacho do Pajeú e a rua da Fortaleza, depois denominada rua da Misericórdia. Havia também outra rua, a das Flores, “bem longa, do lado norte desse quadro, correndo paralelamente, mas sem conexão” e que passava defronte à Matriz (KOSTER, 1942, p.167).

Figura 5 – A vila de Fortaleza em 1811. Aquarela de Francisco Antônio Marques de Giraldes



Fonte: Reis Filho, 2000.

Na planta de Fortaleza, elaborada por Silva Paulet, em 1813, pode-se visualizar a vila visitada por Koster. Observa-se um aglomerado de casas na altura da ponta da Prainha, próximo ao ancoradouro. A maior concentração de edificações está à esquerda do riacho Pajeú, espalhando-se para o interior, na direção sul da lagoa do Garrote. Já estão presentes os caminhos, que orientaram inicialmente o crescimento de Fortaleza, dispostos de modo mais geral, em forma radioconcêntrica: Estradas de Jacarecanga, de Soure, de Arronches, do Aquiraz, da

Precabura, e a Picada de Macoripe. Posteriormente, a vila cresceria, obedecendo ao traçado em xadrez, que seria proposto por Paulet.

Os edifícios públicos – Palácio do Governador, Casa da Câmara, Cadeia, Alfândega e a Tesouraria – eram pequenos e baixos, “mas limpos e caiados e perfeitamente adaptados aos fins a que se propunham”, diz Koster (1942). Estava em construção a igreja matriz que tinha “por invocação São José de Ribamar”. O Palácio do Governo era a única habitação da cidade assoalhada. Koster, que foi recepcionado pelo presidente da capitania, Luiz Barba Alardo de Menezes (1808-1811), observou que eram excelentes as casas de governo, dos camaristas e da inspeção do algodão, e bom o quartel de infantaria, onde se localizava a Capela de Nossa Senhora d’Assumpção, “com bastante perigo o hospital militar” (1897, p. 42). O governador concordava que a localização de alguns equipamentos públicos era imprópria. A Casa da Junta da Real Fazenda, Contadoria e Real Erário que ficavam “por cima da cadeia e calabouço, com tanta impropriedade, risco e incommodo dos officios das ditas”, o que levou a que os “claviculários” solicitassem sua mudança (MENEZES, 1897, p. 41).

O autor da descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará, incorretamente atribuída a Silva Paulet, criticou o mau uso e a decadência da Casa da Câmara.

Há uma caza de câmara arruinada: não tem cadeia, e servem-se as autoridades civis de uma cadeia militar; o que dá motivo a uma infinidade de contradições e etiquetas, que se não podem emendar, em muito detrimento da expedição das dependências criminaes (PAULET, 1898, p. 16).

O mesmo autor também ressaltou a pobreza do comércio de Fortaleza: “A villa é pobre, seo commercio de pouco vulto, ainda que o porto é soffrivel, (...) o commercio é muito menor do que o de Aracati”. (PAULET, 1898, p. 16). Impressão que levava poucos anos antes o inglês Koster:

A dificuldade de transportes terrestres, particularmente nessa região, a falta de um porto e as terríveis secas afastam algumas

ousadas esperanças no desenvolvimento de sua prosperidade. O comércio do Ceará é limitado e, provavelmente, não tomará grandes impulsos (KOSTER, 1942, p. 164).

Apesar de pobre, a vila de Fortaleza cresceu sob a égide do vento, da luz, do clima quente, porém pouco úmido, e dos espaços largos que a cercaram, associados a uma condição natural de salubridade.

O tenente-coronel de engenharia Silva Paulet e o disciplinamento da vila

A carta real de 17 de janeiro de 1799 emancipou o Ceará da Capitania de Pernambuco. Este fato, que resultou na permissão de comércio direto com o reino, contribuiu para o crescimento da Capital. O primeiro governador da capitania, Bernardo Manuel de Vasconcelos, registrou: “progressos do dito comércio têm resultado um bom número de casas de que a mesma vila se vê acrescentada chegando ao todo dezesseis, todas térreas, as quais acabadas até julho e estariam antes se houvesse artífices suficientes para este fim” (GIRÃO, 1979, p. 67).

A abertura dos portos, em 1808, possibilitou o incremento do comércio direto da Capitania com alguns portos da Europa, o que até então era intermediado por Pernambuco. Em 1809, saíram pelo porto de Fortaleza 3.386 sacas de algodão com 11.271 arrobas, com destino a Pernambuco e Inglaterra (STUDART, 1896, p. 488). Em maio de 1811, o irlandês William Wara fundou a primeira casa estrangeira de comércio direto com a Europa, ampliando-se o volume exportado, que atingiu uma média de 16 a 17 mil arrobas por ano (STUDART, 1896, p. 489).

Luiz Barba Alardo de Menezes (1808-1811), terceiro governador da Capitania, impulsionou a agricultura e fundou uma fábrica de louça vidrada (1809), em Fortaleza. Preocupado com o abastecimento da população local, em 15.6.1809 determinou a construção de um mercado público, em que estava definido: “vendam aos sábados todos os víveres de primeira necessidade e se faça annualmente uma feira franca”. A primeira feira semanal de Fortaleza ocorreu em 1^o. 7.1809 (STUDART, 1896, p. 483).

Neste novo cenário teve início a preocupação do poder público em organizar e direcionar o crescimento de Fortaleza. Um marco na ordem urbana foi a contratação de Manuel Ferreira da Silva para o cargo de arruador, em 1º de julho de 1800, com o objetivo de dar às ruas certa orientação e regularidade e disciplinar o traçado da vila de Fortaleza. Essa mesma administração ordenou também a construção de um açougue, em 1802 (MALMMANN, 1931).

Em decreto datado de 6.2.1808, o ouvidor Francisco Affonso Ferreira, com o objetivo de conter a ocupação rarefeita da vila e a má distribuição da população, determinou que a Câmara de Fortaleza proibisse a edificação de casas no fim da rua que seguia para a Estrada de Messejana “afim de que os povos com esta proibição se desponhão a fazel-o no centro da villa e no terreno da casa da pólvora” (STUDART, 1896, p. 480). O levantamento da *Décima Urbana*¹², de 1808, revelou a existência de 150 prédios para uma população de aproximadamente 1.000 habitantes, segundo avaliação de Ribeiro (1955, p. 3). Na vila havia três igrejas: a da Matriz, a capela da Fortaleza da Assunção e a ermida do Rosário.

Constatada a necessidade de se construir edificações públicas e elaborar normas para a expansão da vila (Figura 6), o governador da Capitania do Ceará de 1812 a 1820, coronel Manuel Inácio de Sampaio, trouxe como seu ajudante de ordens o português, tenente-coronel e engenheiro Antônio José da Silva Paulet. Sampaio iniciou a organização administrativa da Capitania instalando a Alfândega (1º.7.1812), reparição destinada à arrecadação dos impostos de entrada e saída de gêneros, implantando o Correio (1º.5.1812) e promovendo a reconstrução da Fortaleza da Assunção de pedra e alvenaria, bem como a construção de edifícios públicos, dentre eles o mercado (1815 – 1818), obras todas

¹² “Décima Urbana” ou “Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos” era um imposto arrecadado pela Superintendência da Décima, órgão criado pelo alvará de 27/6/1808. No início, este imposto era cobrado apenas no município do Rio de Janeiro, mas logo depois foi estendido às “cidades, vilas e lugares notáveis situados à beira-mar”. A Décima Urbana converteu-se, muito mais tarde, no Imposto Predial e Territorial Urbano, que subsiste até hoje. (LEIS DO BRASIL, 1808, 1830 e 1831). Disponível em : <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/Historia/.htm>

Silva Paulet elaborou o primeiro plano de expansão da vila, que se tornou a matriz básica da forma urbana da cidade de Fortaleza. Inspirado no traçado em xadrez, desprezou o sentido de seu crescimento natural, que tendia a acompanhar as tortuosidades do Pajeú. Daí em diante, as novas edificações passaram a ser guiadas pelo traçado urbano de ruas paralelas (xadrez), interrompendo, assim, “o seguimento natural de ruas do núcleo primitivo” (SABOYA RIBEIRO, 1955, p. 226).

Para Liberal de Castro, apesar da reduzida área ocupada pelo plano de Paulet, este orientou o crescimento da malha urbana:

Constava de duas ou três ruas perpendiculares à linha de continuação da divisa do terreno do quartel da Fortaleza, portanto paralelas e dispostas na direção norte-sul, além de cortadas ortogonalmente por “travessa” (CASTRO, 1994, p. 50).

Fortaleza nasceu, realmente, de um traçado sobre um papel. O plano de expansão orientou as ações do poder público local e só assim foi possível que o traçado de linhas fixado no projeto servisse de modelo à dinâmica de uma cidade real. Em 1823, alguns meses após a Independência, o imperador Pedro I elevou por decreto todas as vilas que fossem capitais de província à categoria de cidade.¹⁴ Assim, Fortaleza, vila desde 1726, tornou-se cidade, com a denominação de Fortaleza de Nova Bragança.

A hegemonia urbana de Fortaleza e o governo de Alencar

Desde o final do século XVIII o algodão do Ceará fazia parte da agenda de produtos exportados pelo Brasil. A vila, aos poucos, foi sendo dotada de infraestrutura e serviços para atender às transações comerciais diretas com Lisboa, iniciadas em 1804. Durante o século XIX, com o avanço da indústria têxtil na Europa, aumentou consideravel-

¹⁴ No momento da Independência do Brasil, em 1822, Fortaleza contava com 45 ruas espaçosas, 2 travessas, 4 bulevares, 16 praças, 3.855 casas compreendendo as estradas empedradas do Visconde de Cauhipe e da Pacatuba, 10 igrejas e 24 edifícios públicos (STUDART, 1896).

mente a demanda pelo produto. A partir de meados do século XIX, a queda na produção de outros fornecedores e a Guerra da Secessão (1861-1864), nos Estados Unidos, poderoso concorrente, contribuíram para expandir significativamente a indústria algodoeira cearense e para dinamizar o comércio de sua capital.

O processo de hegemonia urbana de Fortaleza se iniciou, portanto, na primeira metade do século XIX e se completou na segunda metade. A centralização do poder político e administrativo iniciada no Primeiro Reinado e que marcou todo o período imperial privilegiou as capitais das províncias (LEMENHE, 1991). Este fato e a concentração de um volume maior da produção para o comércio externo favoreceram o crescimento econômico de Fortaleza e contribuíram para que a maior parte de investimentos governamentais em edificações, infraestrutura e serviços se fixasse na capital.

Na primeira gestão do cearense José Martiniano de Alencar, entre 1834 e 1837, quando implantou a Assembleia Legislativa (1835), o progresso econômico e político-administrativo do Ceará ganhou forte impulso. Em 1835, foi criado o Banco Provincial do Ceará, com capitais privados (extinto em 1851). Alencar estimulou a construção de açudes de pedra e cal; importou o primeiro engenho a vapor da província e incentivou o cultivo e a fabricação do chá, café e açúcar. A fim de suprir a falta de braços para a lavoura, organizou uma Companhia de Trabalhadores cujos salários seriam pagos pelos próprios agricultores e mandou buscar colonos estrangeiros – trabalhadores agrícolas e especializados nos ofícios de ferreiro, pedreiro, carpina e factura de estradas. Também solicitou ao governo imperial o envio de cinco “professores dignos deste nome” para residir nas cinco primeiras localidades da província, isto é, Fortaleza, Aracati, Icó, Crato e Sobral (NOGUEIRA, 1889).

A administração de Alencar foi muito benéfica para o progresso de Fortaleza. Ele dotou a capital com iluminação a azeite; fez o reservatório do Pajeú; construiu chafarizes, uma aguada pública para as lavadeiras de roupa, uma ponte de pedra e cal sobre o riacho do Pajeú, facilitando o acesso ao bairro da Prainha, onde se encontrava a Alfândega; abriu poços (Cacimba do Povo, próximo ao Colégio das Órfãs); mandou construir estradas “da capital para Mecejana e d’ahi para Aracati, Icó e

Crato; e ainda da capital para Soure, Maranguape, Baturité, e Sobral” e fazer estudos para o melhoramento do porto (NOGUEIRA, 1889).

Alencar determinou a plantação de árvores de ambos os lados das estradas para sombreá-las e que nenhuma tivesse menos de 32 a 40 palmos de largura, aproximadamente 7 e 8 metros (NOGUEIRA, 1889). Estas estradas, ligando as regiões produtoras de algodão e de culturas de subsistência, facilitaram o deslocamento da produção para a capital, colaborando para o desenvolvimento do seu comércio. Visando orientar o crescimento da cidade e dar instrumentos à administração para agir legalmente e com desembaraço, Alencar aprovou a Lei nº 36 de 5.10.1837, que permitia a desapropriação por utilidade municipal e provincial (CAMPOS, 1988, p. 50).

O botânico Freire Alemão,¹⁵ em 3 de maio de 1859, descreve em diário as conversas com o Sr. Franklin de Lima,¹⁶ e ressalta o papel do futuro senador Alencar para o desenvolvimento da província.

[...] a cidade era insignificante, sem estabelecimento, mas que na administração do senador Alencar tudo prosperou muito, principalmente com o estabelecimento dum banco provincial; que antes dele não havia dinheiro, era tudo miséria; que com a criação do banco apareceram edifícios e muito prosperou a cidade. Foi Alencar que deu impulso à cultura da cana e fabrico do açúcar etc.! (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 206-207).

A Fortaleza de Boticário Ferreira (1843-1859)

O período entre as secas de 1845 e 1877 é considerado pelos historiadores como um dos mais ricos para a economia cearense, pois foi de bons “invernos” e com o algodão alcançando preços elevados no mercado internacional (GUABIRABA, 1989). Aumentaram-se as

¹⁵ O médico Freire Alemão foi responsável pelo setor de Botânica da Comissão Científica de Exploração das províncias do Norte, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que chegou a Fortaleza em 1859.

¹⁶ Franklin de Lima foi responsável pela introdução do teatro em Fortaleza e da contratação do primeiro músico, em 1834, para ensinar piano às filhas.

trocas. O comércio diversificou-se com o desenvolvimento da cultura de café e da exportação da borracha de maniçoba. O excedente da produção de açúcar e da cultura de subsistência era vendido para outras províncias. O forte desenvolvimento econômico experimentado pelo Ceará contribuiu para atrair novos moradores e ampliar o número de empregos e de serviços urbanos na Capital.

A proximidade das zonas agrícolas mais produtivas e das rotas comerciais e marítimas e o comércio importador e exportador favoreceram a drenagem dos excedentes da província para a capital, o que favoreceu a sua expansão. O crescimento econômico refletiu-se na paisagem urbana e na organização do espaço, que exigiu um maior controle. A cidade foi crescendo, seguindo, em parte, a legislação. Em 1848, a população de 8.900 habitantes estava distribuída em 1.418 casas, das quais 571 de tijolo e telha. Naquele ano foi inaugurada a iluminação pública a azeite de peixe, que foi substituída pelo gás carbônico, em 1866 (RIBEIRO, 1955, p. 226). Antônio Rodrigues Ferreira foi o presidente da Câmara entre os anos de 1842 e 1859 e teve um papel importante na organização espacial da cidade. O Boticário Ferreira, como era mais conhecido, procurou seguir à risca as diretrizes de Silva Paulet: providenciou o aumento e a abertura de ruas, modificando o traçado defeituoso e ampliando o traçado em xadrez projetado por Paulet; demoliu casebres, vielas e becos escusos, como o do Cotovelo, encravado na futura Praça Municipal, e desapropriou os chamados quartos da Agostinha, onde foi construída a Assembleia Provincial; desobstruiu, alinhou, arborizou e aformoseou as praças Municipal (Feira Nova) e da Carolina, mandando cavar nelas dois cacimbões revestidos de pedra de Lisboa para fornecer água à população; promoveu um novo alinhamento na Praça do Garrote (atual Praça dos Voluntários da Pátria), abrindo passagem para a atual avenida Visconde do Rio Branco e retirou “as casas de palha que existiam entre a Sé e o Palacete do Dr. José Sabóia, próximo ao palácio Episcopal” (NOGUEIRA, 1887).

As mudanças no aspecto geral da cidade podem ser constatadas nas descrições de Fortaleza feitas por estrangeiros que a visitaram na segunda metade do século XIX. Alexandre de Belmar, em sua *Voyage*

aux Provinces Brésiliennes du Pará et des Amazones em 1860, précédé d'un rapide coup d'oeil sur le littoral du Brésil, publicado em Londres em 1861, assim descreve a cidade:

Fortaleza é uma cidade nova, de aspecto europeu, cujas ruas, alinhadas a cordão, são embelecidas com alguns edifícios de notável elegância, no número dos quais convém colocar o palácio do governo, um belo quartel e, sobretudo a igreja catedral. Sua população é de cerca de 25 mil almas. Encontra-se aí um Liceu, uma Junta de Comércio, hospital e, nos arrabaldes, cerca de 1500 casas de palha, que servem de abrigo à classe pobre (BELMAR, 1898, p. 20).

O suíço Agassiz deixou suas impressões sobre Fortaleza no livro *Viagem ao Brasil* (1865-1866):

Amo a physionomia do Ceará. Amo suas ruas largas, asseiadadas, bem calçadas, resplandescentes de todas as cores, porque as casas que as bordam são pintadas de tons os mais variados. (...). O Ceará não tem esse ar triste, sonolento de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade (AGASSIZ, 1938, p. 532).

As várias descrições de Fortaleza feitas por viajantes, historiadores, presidentes de província e escritores ressaltavam a salubridade da cidade em diferentes momentos. Agassiz (1938, p. 532) destacava sua localização salubre:

Na frente da pequena cidade, corre uma extensa praia, e o barulho do mar, batendo forte nos recifes, chega até o quarteirão central. Assim, colocada entre a montanha e o mar, Ceará deve ser uma cidade salubre; é, com efeito, a reputação que gosa.

Em 1859, a frente marítima de Fortaleza foi retratada pelo pintor José dos Reis Carvalho (Figura 7), membro da Comissão Científica, formada de membros da Academia de Ciência do Império. Segundo

Gonçalves Dias (1863),¹⁷ responsável pelo levantamento etnológico, os estabelecimentos públicos, que não eram poucos, “são grandiosos relativamente e têm uma arquitetura simples e elegante” adequada às suas funções. Destaca o Palácio do Governo, “vasto e singelo, com sobrado pela frente e fundos térreos”, quartéis para as tropas e para a Polícia, Tesouraria, Liceu, Casa de Educandos, Igreja Matriz, Cadeia, Cemitério etc. (DIAS, 1863, apud BRAGA, 1962, p. 227).

Figura 7 – A cidade de Fortaleza. Desenho de José dos Reis Carvalho – Comissão Científica de Exploração (1859)



Fonte: Castro, 2009.

No que esta pequena cidade leva vantagem ao monstruoso Rio de Janeiro é que seus estabelecimentos públicos, que não são poucos, são grandiosos relativamente, têm uma arquitetura simples e elegante; e mais que tudo são feitos de propósito e acomodados ao seu destino (DIAS, 1863 apud BRAGA, 1962, p. 227).

O desenvolvimento de Fortaleza continua durante a década seguinte. Em 1863, segundo a descrição do Senador Pompeu, tinha oito praças providas de cacimbas públicas, três delas muito arborizadas. Sua população alcançava 16.000 habitantes, “contando com os subúrbios ocupados por casa de palha”. Edificada quase “a borda do mar” tinha oito

¹⁷ Antônio Gonçalves Dias, poeta romântico brasileiro (Caxias, MA, 1823 - no mar, perto de Guimarães, MA, 1864), foi considerado o criador da imagem romântica e épica do índio brasileiro. Obras principais: *Primeiros cantos* (1847); *D. Leonor de Mendonça* (drama, 1847); *Segundos cantos* (1848); *Últimos cantos* (1851); *Os timbiras* (1857); *Dicionário da língua tupi* (1858); *Vocabulário da língua geral usada no alto Amazonas* (1859); *O Brasil e a Oceania* (1910).

extensas ruas muito direitas, espaçosas e calçadas, onde se distribuíam 960 casas de tijolo e, entre estas, uns 80 sobrados. Fora do alinhamento “equilibravam-se sobre as dunas” mais de 7.200 casas de palha.

Os edifícios mais notáveis são: o palácio do governo, o hospital da Misericórdia, os quartéis militares de primeira linha e polícia, a casa dos educandos artífices, a cadeia, o paço da municipalidade, a cathedral, as duas thesourarias, a alfândega, o armazém da pólvora, o cemitério &. Seu porto, formado por um arrecife, e que vae areiando consideravelmente, tem uma ponte ou trapiche de desembarque, e na ponta do Mucuripe um pharol de luz fixa (BRASIL, 1863/1997, p. 23).

Em 1867, ao sul do córrego do Garrote, num divisor de água que hoje tem como ápice topográfico a atual Praça Clovis Beviláqua, foram instalados os reservatórios da Ceará Water Works Co. nos quais a água era impulsionada para os chafarizes pela lei da gravidade. No sopé do morro do Croatá, foram construídas, em 1873, as instalações da estrada de ferro e, ao sul, na margem direita do riacho do Garrote, no alto do Pimenta, também chamado de alto da Boa Vista, foi construída a igreja-jinha de Nossa Senhora das Dores, no mesmo lugar onde se ergueu mais tarde a Igreja do Coração do Jesus (GIRÃO, 1979).

William Seully, autor do livro *Brazil: its Provinces and Chief Cities; the manners and customs of the People; Agricultural, commercial and other Statistics*, publicado em Londres, em 1866, destaca as ruas largas e cuidadosamente calçadas. “Uma das suas sete praças é bem plantada e a cidade contém uma fonte e três reservatórios d’água” (STUDART, 1896, p. 354).

O censo de 1º de agosto de 1872 revelou que o município possuía 42.458 habitantes, dos quais menos da metade morava na área urbana. A população do Ceará era de 721.686 pessoas (CASTRO, 1982).

Plantas¹⁸ que orientaram a expansão da cidade

A forma urbana de Fortaleza resultou da ação de diversos agentes que elaboravam plantas de expansão da cidade. De modo geral, aqueles que modelaram a paisagem da cidade tiveram o apoio dos que comandavam a execução de obras e dos administradores e legisladores que aprovavam os códigos de posturas e outras leis. Não podemos esquecer, como afirma Claval (1981, p. 294), que “a organização do espaço urbano não é fruto apenas de uma única vontade que tudo planeja e atribui a cada um o seu lugar”.¹⁹

As formas urbanas são sempre o fruto de múltiplas iniciativas individuais. Elas nascem sempre de uma organização coletiva; a arte urbana torna-se, então, a realização de uma elite distinguida por seus conhecimentos e por sua cultura: são eles que controlam a construção e impõem às cidades seus traços (CLAVAL, 1981, p. 294).²⁰

Nos países de origem colonial, como o Brasil, segundo Claval (1981), as formas urbanas criadas pelo colonizador se impõem às populações muito mais do que aquelas criadas por elas mesmas. Em muitos casos ocorreram modificações ou reinterpretações dos projetos pelos agentes locais. “O estudo da forma revela a diversidade dos planos, a proliferação de tipos de construção e a multiplicidade das tradições populares”²¹ (CLAVAL, 1981, p. 514).

¹⁸ Essas plantas, ora em exame, compreendem: 1. Levantamentos da situação existente (Herbster, 1859 e 1888); 2. Levantamento das partes construídas e propostas não executadas (Farias, 1850; Medeiros, 1856); 3. Planos de expansão urbana (HERBSTER 1861/63 e 1875) (CASTRO, 2011).

¹⁹ “...l’organisation de l’espace urbain n’est jamais le fruit d’une seule volonté qui planifie tout et attribue à chacun a sa place” (CLAVAL, 1981, p. 294).

²⁰ “Les formes urbaines ne sont pas toujours le fruit d’une multitude d’initiatives individuelles. Elles naissent souvent d’un aménagement collectif; l’art urbain deviant alors le fait d’une élite de gens distingués par leurs connaissances et par leur culture: c’est eux qui contrôlent la construction et imposent aux cités leurs traits” (CLAVAL, 1981, p. 294).

²¹ “L’étude de forme revele la diversité des plans, le foisonnement des types de construction et la multiplicité des traditions populaires” (CLAVAL, 1981, p. 514).

No caso de Fortaleza, a análise das quatro plantas elaboradas durante a década de 1850 revela que a cidade foi se definindo pelo traçado em tabuleiro de xadrez, projetado pelo tenente-coronel dos engenheiros, português Silva Paulet.

O arruador-cordeador do município, Antônio Simões Ferreira, organizou duas plantas a pedido da Câmara: a primeira planta foi levantada em 1850 (Figura 8) e a segunda em 1852.

Figura 8 – Planta de Fortaleza (1850) elaborada pelo arruador-cordeador da municipalidade Antônio Simões Farias



Fonte: Castro, 2005.

O arquiteto Liberal de Castro analisa a de 1850 e destaca os limites da cidade: ao norte, rua Nova da Fortaleza (depois da Misericórdia, e hoje, João Moreira), a oeste a rua Amélia (Senador Pompeu), ao sul a rua Pedro I, a sudeste estão a lagoa do Garrote (futuro Parque da Liberdade) e o açude do Pajeú, hoje aterrado, (esquina da Visconde do Rio Branco com Pinto Madeira). O riacho Pajeú apresentava-se como uma barreira física à expansão para o leste e a chamada Praia tinha uma ocupação irregular, “quase espontânea”. Dentre os marcos urbanos mais significativos estavam: a fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, a matriz de São José, o quartel da tropa de linha, o pequeno prédio da Tesouraria Provincial, o largo do paiol (terreno baldio, local do futuro Passeio Público), a praça Municipal, a praça Carolina, onde se vê o mercado público, com pátio interno. No lado leste estão a igreja da Conceição da Prainha e um cemitério, que logo foi interditado, por sua localização imprópria. Já estava prevista uma gleba para a construção do Colégio das Educandas, realizada em 1855 (CASTRO, 2005).

Padre Manuel do Rego de Medeiros, a partir do levantamento cadastral, elabora a planta de 1856. Esta é uma boa representação cartográfica, em termos de detalhamento da área arruada, da que seria a Fortaleza do Boticário Ferreira. A planta do padre Manuel Rego apresenta ruas bem alinhadas, praças bem delimitadas e vários edifícios públicos.²²

O historiador Barão de Studart atualiza os nomes das ruas dessa planta (Figura 9) para o ano de 1906. Muitos deles permanecem até hoje:

²² Nessa planta há vários locais e edificações fáceis de identificar: o cemitério de S. Casemiro, a Cadeia (Centro de Turismo), o Hospital de Caridade (Santa Casa de Misericórdia), o quartel (fortaleza), Tesouraria central, Tesouraria Provincial e as várias praças - Praça da Amélia (da Estação), Largo do Hospital de Caridade (Passeio Público), Praça do Patrocínio (José de Alencar), Praça Nova (do Carmo), Largo da Matriz (Praça da Sé), Praça Municipal (Ferreira), Largo do Garrote (Praça dos Voluntários, Polícia). Mais afastado, ultrapassando o rio Pajeú já existia a capela da Conceição, que deu lugar ao Seminário da Prainha e o Cemitério da Praia, que, após um único sepultamento, foi interditado, pois a sua localização a barlavento foi considerada perigosa para a cidade.

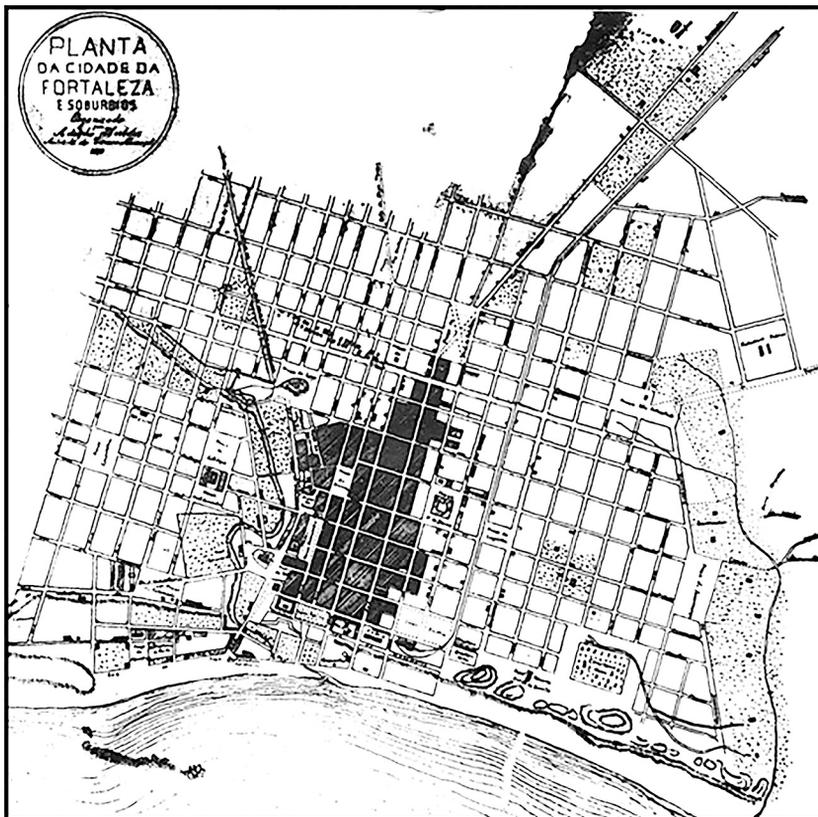
Nella figuram as ruas da Lagoinha (Tristão Gonçalves), do Patrocínio (General Sampaio), Amélia (Senador Pompeu), Formosa, da Palma (Major Facundo) com o seu prolongamento – rua do Fogo, ruas da Alegria, da Pitombeira e das Bellas que constituem hoje a rua Floriano Peixoto, rua Larga que é a actual Cel. Bezerril, rua do Rosário ainda hoje com o mesmo nome, rua dos Mercadores, chismada depois com o nome de Conde d’Eu e hoje Senna Madureira, rua da Matriz, rua do Norte, rua do Oiteiro, rua da Ponte, rua dos Chafaris e rua d’Alfandega (STUDART, 1906, p. 111).

A planta da cidade (Figura 10), datada de abril de 1859, foi levantada por Adolfo Herbster: “Planta Exacta da Capital de Fortaleza”. O engenheiro fora contratado pela Câmara Municipal para planejar e controlar a expansão de Fortaleza e teria grande papel no aspecto com que a cidade chegou ao século XX.

Em 1868, foi publicada, no Atlas do Império do Brasil, do maranhense Candido Mendes de Almeida, editado “Planta topographica da cidade da Fortaleza, Capital do Ceará, levantada e organizada em 1863 pelo engenheiro da província e architecto da câmara municipal Adolfo Herbster” (manuscrito). Esta planta, de acordo com Castro (1994, p. 85), atendia a uma demanda da Câmara, de elaboração de um plano de expansão para “resolver problemas surgidos com o crescimento fortalezense”. Ressalta-se, ainda, a presença do cemitério São Casemiro e o anexo dos Ingleses.

Em 1875, Herbster elaborou a “Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios” (Figura 11), influenciado pelo urbanismo do Barão Haussmann, reformador de Paris (1853-1870). Nela, Herbster projetou uma sequência de “ruas largas”, limitando o núcleo urbano da cidade, e que receberia os nomes de Boulevard do Imperador (Avenida do Imperador), Boulevard da Conceição (Avenida D. Manuel) e Boulevard do Livramento (Avenida Duque de Caxias). O plano, de traçado expansionista, levava o sistema xadrez muito além da parte construída, estendendo a cidade para leste, até a rua da Aldeota (hoje Nogueira Acioli); para sul, até a rua dos Coelho (Domingos Olímpio), e para oeste até as Praças Gustavo Barroso e Paula Pessoa. O alinhamento de algumas ruas exigiu a eliminação de alguns arruados (COSTA, 1988).

Figura 11– Planta topographica da cidade de Fortaleza e seus subúrbios (1875) por Adolphe Herbster



Fonte: Castro, 2009.

Em 1888, a terceira planta de Fortaleza (Figura 12), levantada pelo engenheiro, ampliava e consolidava ainda mais o enxadrezamento e a remodelação da cidade. A proposta de Herbster foi tão significativa para Fortaleza que até hoje o centro principal da cidade está ainda circunscrito aos limites das avenidas por ele traçadas. O censo de 1887, feito pela Chefia de Polícia, encontrou 19.281 habitantes na área urbanizada. Segundo Malmmann (1931), a cidade se concentraria na área delimitada pelos três bulevares traçados por Herbster, onde habitava a maior parte da população, que estava distribuída em 72 sobrados, 4.447 casas térreas e 1.278 choupanas e os 36 edifícios públicos.

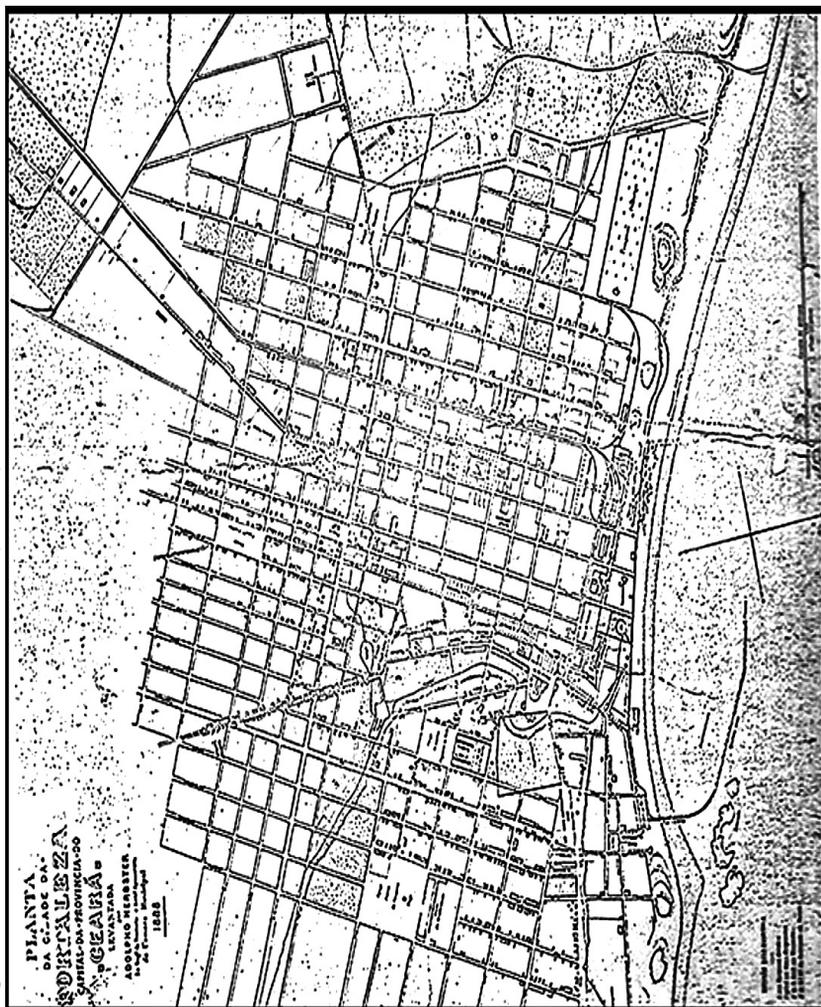
A implantação de infraestrutura e serviços em áreas de adensamento e de população de maior poder aquisitivo foi o fator preponderante no direcionamento da expansão de Fortaleza e da valorização da terra. Cresce a população, aumenta a cidade, assim como os problemas de ordem sanitária. Enquanto os serviços de iluminação a gás (1867), telefonia (1891), sistema de transporte urbano (1880) foram os primeiros a serem implantados, a rede geral de água e esgoto, fundamental para garantir a salubridade urbana, somente é inaugurada em 1927, contemplando o Centro e os bairros de população de maior renda (COSTA, 2005).

Fortaleza, final do século XIX

Desde a chegada, a marca que a seca imprimiu a região torna-se sensível. Um longa linha de dunas, fulvas e nuas, brilhando sob o sol, borda o mar resplandesciente. A pequena « cité » de Fortaleza se esconde detras, cercada de um oásis de coqueiros; nos arredores da cidade, construída à moda europeia, um povoado de casas primitivas se abriga entre palmeiras (DENIS, 1909, p. 271).²³

²³ Dès l'arrivée, la marque que la sécheresse a imprimée au pays devient sensible. Une longue ligne de dunes, fauves et nues, éclatantes sous le soleil, borde la mer resplendissante. La petite cité de Fortaleza se cache derrière, entouré d'une oasis de cocotiers : autour de la ville, bâtie à l'euro péenne, un peuple de cases primitives s'abrite entre les palmiers (DENIS, 1909, p. 271).

Figura 12 – Planta da cidade de Fortaleza (1888) por Adolphe Herbster



Fonte: Castro, 1982.

A paisagem da Fortaleza, descrita pelo francês Pierre Denis, no início do século XX, expressa as condições naturais que marcaram a sua edificação, como também a presença europeia em seu traçado e arquitetura. Ele descreve uma pequena cidade escondida por trás de coqueirais. Cidade pequena, acanhada, com casas primitivas construídas entre coqueiros, mas, ressalta o autor, construída à moda europeia.

Procuramos descrever nesse texto a evolução urbana dessa pequena cidade ao longo do século XIX, dando ênfase aos seus planos de expansão elaborados ao longo deste século e o papel das grandes obras realizadas nos longos períodos de estiagens, quando recursos públicos eram destinados à província para socorrer os migrantes em troca de trabalho. Sua localização, isolada das áreas economicamente produtivas até o início do século XIX, teve por muito tempo como principais funções a de centro administrativo da Capitania e ponto de apoio para o abastecimento dos navios que se deslocavam entre Recife e São Luís do Maranhão. Este fato explicava a pobreza da vila que só altera a dinâmica econômica após a separação da Capitania de Pernambuco (1799), com a produção do algodão e sua exportação pelo porto de Fortaleza e com a política do Império de fortalecimento das capitais das províncias. A construção da ferrovia, no final do século XIX, consolidará ainda mais o papel da capital na rede urbana cearense. O crescimento econômico favorece os investimentos em Fortaleza e a atração de migrantes, principalmente nos longos períodos de estiagem. A seca é um elemento importante para se compreender a evolução urbana pela situação de centralidade urbana que a capital passou a ocupar na rede urbana do Ceará.

Quando reconstruímos a história urbana de Fortaleza, é impressionante a presença dos planos de ordenamento de uso e ocupação do seu espaço. De vila pobre do final do século XVIII, Fortaleza tem sua primeira tentativa de organização formal, em 1800, com a contratação de um arruador, visando dar orientação e regularidade às ruas e disciplinar o traçado da vila de Fortaleza.

Constata-se que a organização espacial de Fortaleza, ao longo de todo o século XIX, foi, em grande parte, de responsabilidade da posição da sede do poder político, secundado pela centralização das riquezas produzidas por outras cidades do interior da província. Essa condição de

capital será de fundamental importância para se entender a lenta expansão da cidade, sempre sujeita às condições econômicas da própria província. O traçado urbano e a forma de ocupação do espaço de Fortaleza, desde o início da sua transformação em capital da Capitania, são reflexos de desejo de seus governantes preocupados com seu ordenamento.

SERVIÇOS PÚBLICOS E A EXPANSÃO DA MALHA URBANA

As concessões para exploração dos serviços públicos e a expansão da malha urbana

O período fecundo da economia cearense, favorecido pela ausência de secas duradouras (1845 a 1877) e pelos altos preços do algodão no mercado mundial, propiciou o aumento das exportações (GUABIRABA, 1989). O crescimento econômico se refletiu nos investimentos em infraestrutura e serviços e na expansão da malha urbana fortalezense.

O governo imperial aprovou os estatutos da caixa filial do Banco do Brasil em Fortaleza, em junho de 1860. Sucursais de companhias europeias se instalaram na capital. A expansão das trocas nacionais e internacionais na província podia ser avaliada pelo número de casas comerciais implantadas à época. Em 1862, existiam 353 estabelecimentos, sendo que destes, 84 eram de proprietários estrangeiros. Sete casas comerciais mantinham comércio direto com praças estrangeiras (BRASIL, 1863/1997, p. 414).

Estes dados demonstram o fortalecimento do comércio interno e a existência de um mercado para produtos importados. Isto se deveu à expansão da faixa de consumidores, graças à “ampliação da capacidade de acumulação dos maiores comerciantes, associada à expansão do pequeno comércio e dos serviços públicos, gerais e provinciais”, gera-

dores de emprego e renda, e à migração para a capital de proprietários rurais e seus dependentes (LEMENHE, 1991, p. 123). O papel de centro de atração da população rural acentuou-se na seca de 1877-1879, quando os proprietários rurais passaram a diversificar seus investimentos em atividades menos dependentes da ação climática. Consolidou-se a hegemonia de Fortaleza no contexto cearense iniciada na administração do presidente José Martiniano de Alencar.

A atividade industrial era inexpressiva, portanto sem grande significado econômico para a província. A partir dos anos de 1880, com a normalização da produção americana de algodão, após a guerra civil, surgiram pequenos estabelecimentos, indústrias de beneficiamento de algodão, fábricas de tecidos grosseiros para a população pobre e para o ensacamento de matérias-primas (PORTO, 1993). Em 1895, duas fábricas de fiação e tecido (fundadas em 1883 e 1889), uma de meia e tecidos de malha (1894) e uma de curtume (1894), destacavam-se por seus mecanismos e motores a vapor (BEZERRA DE MENEZES, 1992).

A exemplo de outras cidades brasileiras, empresas estrangeiras e nacionais se interessaram pela exploração de alguns serviços urbanos através de concessões que eram dadas pelo poder público. A implantação destes serviços, considerados modernizadores da sociedade urbana, contribuiu para melhorar a qualidade de vida local e direcionar a expansão da cidade. Fortaleza cresceu acompanhando as linhas de bondes à tração animal, que favoreceram à formação de vários bairros. Este serviço e outros, como os de abastecimento de água, iluminação pública e residencial, e telefonia valorizaram a terra urbana (COSTA, 2005).

Estas mudanças resultaram da incorporação dos frutos da revolução científica e tecnológica que modernizou a produção industrial e agrícola, os transportes e as comunicações em quase todo o planeta. Claval (1981, p. 205) ressalta que a forma “da cidade varia de acordo com os lugares e as épocas, dependem do desenvolvimento das técnicas de construção, dos transportes e das redes de fornecimento de água e energia”.²⁴

²⁴ A forma concreta “de la ville varie selon les lieux et les époques dépend largement des techniques mises en oeuvre dans les transports, les réseaux d'alimentation en eau et en énergie, et la construction”. Claval (1981, p. 205).

Transportes

Em meados do século XIX, o sistema de transporte era precário e particular. As mercadorias eram transportadas em carroças puxadas por animais (cavalos, jumentos, burros e bois). A circulação destes meios de transporte era regulada pelos Códigos de Posturas, sendo alguns proibidos em ruas com calçamentos, como os carros de boi. Freire Alemão observou que usavam o lombo destes animais para transportar as pessoas e a carga. Admirou-se com o boi de carga, “com cangalha como as dos cavalos, e os condutores em cima”.

Os carros (de boi) são toscos, grandes e mui pesados; as rodas tem altura despropositadas, dizem que para facilitar o movimento; não são chapeadas, e são mui maciças.

[...] carros menores com rodas todas de ferro – talvez, vindos dos Estados Unidos. Tem aro largo, e os raios de simples varões de ferro roliços, em grande número e fixados no cubo em duas ordens alternadamente com espaço de um palmo mais ou menos (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 205).

Os cavalos eram pequenos e não andavam ferrados. Os de carga eram refugos dos animais de montaria. As mulas eram poucas, mas estavam começando a criá-las nos sertões. Os jumentos chegavam da Europa. As cangalhas eram toscas e nuas: uma armação de pau e enchimentos ou suadouros de palha. “Os condutores desses animais, qualquer que seja o modo da carga andam sempre encarapitados em cima da cangalha; ainda carregando tabuado” (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 205).

As distâncias eram pequenas e a maioria da população andava a pé. Os de maior posse transportavam-se em cavalo ou charretes. Havia na cidade “dois ou três carrinhos ou caleças mui ligeiros e elegantes, à maneira americana” e algumas “liteiras carregadas por dois homens” (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 205).

O sistema de transporte influencia a forma urbana e as dimensões das ruas e cidades do século XIX. Claval mostrou que as soluções eram simples, mas os problemas que eles impunham à organização do espaço eram consideráveis. Com o predomínio dos pedestres, a ex-

pansão da cidade estava limitada, pois era difícil de viver a mais de três a quatro quilômetros do centro. A largura da rua deveria atender ao escoamento dos pedestres sem problemas, pois a topografia geralmente não oferecia muitas dificuldades (CLAVAL, 1981).

O desenvolvimento técnico e científico propiciou que homens e atividades se localizassem fora do Centro, permitindo rápida ampliação da malha urbana. A modernização do sistema de transportes e comunicações estendeu o raio de influência da capital.

A criação de linhas de navios a vapor ligando Fortaleza diretamente à capital do país, a outras províncias e à Europa, e a inauguração da primeira linha de trem agilizaram e reduziram os custos do deslocamento da produção agrícola cearense. A comunicação por telégrafo com o Rio de Janeiro se iniciou em 1881. Em 1882, a empresa American Telegraph and Cable C^o. Ltd instala o Cabo Submarino, ligando Fortaleza com o sul do país e o Maranhão. Estes serviços impulsionaram o desenvolvimento da capital na segunda metade do século XIX (PORTO, 1993).

O poder público, preocupado em manter em elevação o nível das exportações, dá especial atenção à instalação de ferrovias e de companhias de navegação, responsáveis pelo escoamento da produção cearense, no final do século (1870-1909). Nos anos de 1860, três companhias de navegação por cabotagem atracavam em portos cearenses: a Companhia Maranhense de Navegação a Vapor, que aportava nas cidades de Amaração, Granja, Acaraú e Fortaleza; a Companhia Pernambucana, nos portos de Aracati, Fortaleza, Acaraú e Granja; e a Companhia Brasileira, apenas no porto da capital (GUABIRABA, 1989).

Para o desembarque das mercadorias no porto eram utilizadas as jangadas, manobradas por pescadores, pois, na praia, “o rolo do mar” não permitia o uso de botes ou escaleres. A Alfândega tinha “uma lancha ou saveiro para desembarque das mercadorias, que vem a sua ponte” (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 206).

Internamente, a produção cearense passou a ser transportada pela ferrovia no último quartel do século XIX, quando foram instaladas as primeiras estradas de ferro, agilizando e reduzindo os custos do deslocamento. A Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité, fundada em

25.7.1870 por empresários cearenses, começou a funcionar em 1872.²⁵ Em 3 de agosto de 1873, a locomotiva “Fortaleza” fazia sua estreia diante de oito mil fortalezenses.

A empresa foi encampada pelo governo federal em 1878. Em 1910, foi novamente arrendada a empresa The South American Railway Construction Company Limited. O governo federal, em 1915, rescindiu o contrato com esta empresa, reassumindo a administração das duas ferrovias (Sobral e Baturité) (OLIVEIRA, 1994).

O ramal sul da rede ferroviária chegou a Baturité em 1876 e ao Cariri em 1926. O ramal norte atingiu Sobral somente em 1934. Neste período, a zona norte, graças ao seu prestígio político e econômico, já tinha em funcionamento uma estrada de ferro ligando Sobral ao porto de Camocim, por onde se faziam as exportações desta região. A estrada de Ferro Sobral-Camocim foi iniciada em 1879 e concluída em 1882.

A expansão da rede de transportes ferroviários, posteriormente reforçada pelas rodovias, ampliou o raio de influência de Fortaleza, que centralizava as atividades administrativas, políticas e econômicas do Ceará, enfraquecendo os centros interioranos (AMORA; COSTA, 2007). O mapa da rede ferroviária com datas da implantação das estações de trem no interior cearense mostra o momento em que estes centros ampliaram a ligação e a dependência da capital.

A implantação destes e de outros serviços públicos melhorou as condições de vida urbana e ofereceu mais conforto aos habitantes, atraindo população e investimentos.

Telefonia

Fortaleza falou pela primeira vez ao telefone no dia 11 de fevereiro de 1883. Do centro telefônico na Casa Confúcio,²⁶ de Confúcio

²⁵ A companhia era composta por Tomas Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu), Gonçalo Batista Vieira (depois Barão de Aquiraz), Cel. Joaquim da Cunha Freire (mais tarde Barão de Ibiapaba), negociante Henrique Bloklehurst e engenheiro Jose Pompeu de Albuquerque Cavalcante (MENEZES, 1938, p. 25).

²⁶ O cearense Confúcio Pamplona, que esteve 17 vezes na Europa, foi proprietário da empresa telefônica. Este comerciante introduziu também, em Fortaleza, outras

Pamplona (Praça do Ferreira), a comunicação foi feita com outro aparelho instalado na praia, na casa de Jose Joaquim Farias, no largo da Alfândega. A *Gazeta do Norte* classificou-o de “aparelho mais moderno e que funcionava com uma perfeição admirável”. Menezes (1938, p. 34), em *Coisas que o tempo levou...*, fala do alvoroço da população naquela manhã domingueira e descreve o aparelho telefônico: “de construção bem primitiva, com seu formato descomunal, pregado à parede, causou a admiração de todos. O som das campainhas e a nitidez da voz distante constituíram o assunto predominante das palestras”.

O Conselho da Intendência Municipal, em 6.10.1890, aprovou contrato com o Sr. Arnulpho Pamplona concedendo-lhe o privilégio de construir e explorar, “por si ou empresa que organizasse linhas telephonicas dentro dos limites de Fortaleza, num período de 25 annos, findo o qual passariam a ser propriedade do Município todas as linhas, apparelhos e installações, sem ônus de qualquer espécie” (MONTE, 1927, apud MACIEL, 1928, p. 53-54). O serviço telefônico de Fortaleza foi inaugurado em 10 de setembro de 1891. O contrato determinava também que a tabela das taxas pelos serviços oferecidos deveriam ser submetida à aprovação do Conselho da Intendência Municipal e seria estabelecido o serviço telefônico gratuito nas repartições e edifícios municipais.

A empresa foi, a princípio, explorada pela firma Pamplona Irmãos & Cia., passando para seus credores, em 1899, que constituíram uma sociedade anônima. Em 1907, foi prorrogado o prazo por mais 25 anos, sendo proposta a reforma das antigas instalações. Novos serviços são inaugurados, em 1909, e então substituídos todos os aparelhos e instalações da central e renovada a rede nas suas imediações. Em 1914, a empresa já tinha modificado todas as redes e adotado postes tubulares de aço, fios, cruzetas e isoladores novos.²⁷ Em 1921, a empresa passou a ser

novidades, como a primeira varanda de ferro, em sua residência, na Praça do Ferreira, o que provocou a cassação de sua licença pela intendência, “sob a alegação irrisória e curiosíssima de que os cegos que andasse pelas calçadas poderiam esbarrar e feri-se naquele gradeado de ferro” (MENEZES, 1938, p. 35).

²⁷ Em 1916, foram substituídas as mesas de ligação pelas da Western Electric, self restoring,

propriedade da firma Pontes, Medeiros & Cia (MONTE, 1927, apud MACIEL, 1928). Inovações tecnológicas foram realizadas, mas o serviço apresentava algumas falhas, tais como o cruzamento das linhas, as queimas de fusíveis e aparelhos. Outro inconveniente era a demora das ligações pedidas à Central.

A concessão dada por 25 anos, em 1890, terminaria em 1915, com reversão de todo o material para o município. Para o prefeito Godofredo Maciel (1924-1928), o serviço telefônico era péssimo. Se a concessão não tivesse sido renovada, por “favoritismo, ou coisa equivalente”, o município poderia estar desfrutando essa fonte de receita há onze anos. Em 1907, foi prorrogado por mais 25 anos a concessão, dilatando-lhe o termo para 1932. Critica o prefeito: “se até lá não for mais uma vez prorrogado, consoante a velha praxe” (MACIEL, 1926, p. 6).

Isto de fato aconteceu. A Assembleia Legislativa, através da Lei 2.507, de 2.9.1927, autorizou a Câmara Municipal de Fortaleza a modificar o contrato da empresa telefônica, aumentando o prazo de concessão, com a condição de que inovações fossem realizadas e expandida a rede²⁸ (MACIEL, 1927, p. 121).

Em 1895, no início da concessão do serviço telefônico, Fortaleza contava com 195 aparelhos conectados por 200 linhas aéreas. Durante o ano de 1927, a empresa telefônica, que empregava 17 homens, registrou 1.850.000 ligações, realizadas através dos 478 aparelhos, sendo 426 particulares, 51 de repartições públicas e um a serviço da empresa. Existiam 418,4km de linhas, sendo 395,6km aéreas e 22,8km subterrâneas.

que eram o último tipo para instalação de *magnete*. Em 1922, a empresa adquiriu um *magnete motor generator set*, que permitiu que fossem feitas as chamadas e respostas, na Central, onde raramente se usava o *magnete* de manivela. Também foram substituídos os aparelhos dos assinantes que eram do tipo transmissor *solid-back* e receptor bi-polar da Western ou da Kellog Switachboard.

²⁸ O contrato determinava a adoção de sistema de bateria central ou outro igual ou superior; substituição das instalações internas e externas, inclusive a dos aparelhos da central e dos assinantes; substituição da totalidade da rede telefônica por outra constituída por cabos aéreos e subterrâneo; e o aumento da capacidade da estação central.

Fornecimento de água das fontes do Benfica

Outra concessão merece destaque por ter sido uma das primeiras: a de exploração do fornecimento de água pela empresa The Ceará Water Company Ltd. Em 1867, começou a funcionar o serviço de canalização de água. A água foi encanada do sítio Benfica para quatro chafarizes nas principais praças: Voluntários, da Municipalidade (Ferreira), da Assembleia e da Misericórdia (Passeio Público).

Várias vezes este serviço foi questionado pela qualidade dos serviços e pelos custos impostos à população que tinha este bem fornecido gratuitamente. A exploração deste serviço por empresa privada durou um curto período, pois a grande seca de 1877-1879 provocou o esgotamento das fontes do Benfica. O fornecimento de água foi suspenso e a concessão cancelada (NOBRE, 1981).

Posteriormente, outros estudos e contratos foram feitos para instalação dos serviços de água e esgoto, mas não chegaram a ser viabilizados. Em 1910, foi aberta concorrência pública, sendo vencedor o Dr. João Felipe Pereira, que iniciou os trabalhos em 1911, durante o governo de Nogueira Accioly. Algumas dificuldades, como a queda da oligarquia Accioly e as secas de 1915 e 1919 levaram ao retardamento da obra, que foi concluída na administração municipal de Godofredo Maciel. Os serviços de abastecimento de água e esgotos foram inaugurados, em 1926, pelo governador José Moreira da Rocha (1924-1928) (NOBRE, 1981).

Iluminação pública e privada

“Da escuridão da noite se valem os malvados para perpetrarem crimes”, com este argumento, em abril de 1834, o presidente da província, Inácio Correa de Vasconcelos, solicitou ao ministro do império, Chicharro da Gama, que concedesse aos habitantes de Fortaleza o benefício da iluminação pública. Só doze anos depois, em 1848, a cidade ganhou uma iluminação à base de óleo de peixe (Figura 13), contratada a Vitoriano Augusto Borges, que deveria instalar 44 lampiões dos quais apenas 25 foram colo-

cados . Cada lampião tinha uma “caixinha de azeite de peixe com torcida de algodão”. João Nogueira assim descreve os lampiões.

Tinham quatro faces, mais estreitas em baixo do que em cima, fundo e tampa de metal. Ficavam suspensos de umas armações de ferro, lembrando uma forca, cravadas nas esquinas em posição tal que pudessem iluminar tanto as ruas como as travessas. Pendiam de uma corda que, passando por duas roldanas, uma das quais na extremidade da armação, permitia descender até à altura necessária a que se pudessem limpar, acender etc (NOGUEIRA, 1954, p. 22).

Figura 13 – Carta de distribuição dos lampiões à base de óleo de peixe

PLANTA DA CIDADE DE FORTALEZA, LEVADA À TAVOLA NO ANO DE 1856, PELO PADRE MEDEIROS — GVARACÍ DE LAVOR=CORIOU.



Fonte: Henrique (2007).

A empresa deveria mantê-los “limpos e brilhantes” e acesos das seis horas da tarde até o dia amanhecer, ou até a lua surgir. Como diz João Nogueira, este contrato da “nossa iluminação com a lua”, perdurou até 1935, quando findou o contrato com a Ceará Gás.

A iluminação a gás da capital foi contratada a 16 de janeiro de 1864 com Joaquim da Cunha Freire e Thomaz Rich Brand. A concessão de exploração deste serviço por 59 anos foi transferida, com autorização da presidência da província, à companhia inglesa The Ceará Gás Company Limited, incorporada em 1865, em Londres, onde estava localizada sua sede (STUDART, 1896, p. 196).

Os lampiões a azeite de peixe foram sucedidos por outros de combustíveis à base de gás carbônico, em 1866. De início, foram atendidas algumas ruas, o Club Cearense e outros edifícios. Os combustores distribuídos em ziguezague, distando cerca de trinta metros um do outro, eram numerados e ficavam a uma altura de 2,40m, sobre uma coluna de ferro fundido (NOGUEIRA, 1954).

Otacílio de Azevedo (1896-1978), em suas reminiscências no livro *Fortaleza Descalça* (1992), assim descreve a rede de distribuição de gás na cidade do tempo dos lampiões a gás.

O gás era conduzido as casas através de finos canos de chumbo. Os combustores das ruas, alimentados pelo gás, apresentavam uma bela luz esverdeada. Eram, de início, de mangas inteiriças e arredondadas, com uma espécie de tampa-chaminé; foram, posteriormente, substituídos por outros, formados de lampiões de quatro faces. Eram acendidos por baixo, com o auxílio de uma vara com a ponta inflamada. Nos grandes salões dos clubes e nas casas ricas, eram belíssimos e artísticos candelabros de cristal, de onde pendia os mais variados pingentes (AZEVEDO, 1992, p. 49-50).

Em 1895, Fortaleza contava com 1607 combustores, considerados por Bezerra de Menezes como “a iluminação nesse gênero a mais elegante do país”.

[...] todos (combustões) fincados no solo à beira dos passeios, com mangas de vidro pequenas, simples, em forma de campâ-

nula, já pela proximidade entre os mesmos, correspondendo à intensidade de luz de cada um a um foco de 10 velas estearinas (BEZERRA DE MENEZES, 1992, p. 38).

O prefeito Godofredo Maciel questionou a renovação do contrato com a empresa por mais 35 anos, prorrogando a concessão para 1958. Em 1911, este foi renovado com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de iluminação, ou seja, com “condição de ser substituído o systema de luz por outro mais perfeito”, o que já era obrigatório pelo antigo contrato (cláusula 30) (MACIEL, 1928). Com a primeira grande guerra, o fornecimento de carvão de pedra torna-se deficiente, obrigando a redução para metade dos combustores da cidade. Mas somente em 1935, depois de 68 anos, termina a era de gás carbônico.

Em 1913, passou a funcionar em Fortaleza, a The Ceará Tramway Ligth & Power Company Ltd., que instalou, na cidade, a primeira rede de distribuição de eletricidade, como suporte para os bondes elétricos. O gás carbônico vai sendo substituído nas residências pela eletricidade, mas a iluminação pública permaneceu a gás. A Ceará Light, em 1912, construiu uma usina de força a vapor (termoelétrica) no terceiro plano do Passeio Público, em frente à rua da Praia, nas proximidades da foz do riacho Pajeú, que tinha como matriz energética o extrativismo vegetal (HENRIQUE, 2007).

A capital, em 1926, contava com 1.851 lampiões a gás distribuídos pelas ruas, avenidas, logradouros e edifícios públicos. Só em 1935, com a rescisão do contrato com a The Ceará Gás Company Limited, a energia elétrica foi estendida aos logradouros públicos, pois o contrato realizado em 1867 por esta companhia inglesa impedia que nas ruas de Fortaleza fossem instaladas as lâmpadas elétricas.

A solução para o problema de fornecimento de energia elétrica foi mais demorada em função da necessidade de grandes investimentos públicos.

Em 1946, a Light foi encampada pela administração municipal e as novas usinas construídas tinham como matriz energética o óleo diesel. Foi instalada uma termoelétrica no bairro do Mucuripe. Em 1954, foi criada a Autarquia Municipal de Serviço de Luz e Força de

Fortaleza – Serviluz, posteriormente, em 1962, denominada de Conefor – Companhia de Eletricidade de Fortaleza, que tinha como função a distribuição e transmissão de energia para a capital. Nos anos 1960, durante a administração do governador Virgílio Távora (1964-1968), chegou ao Ceará energia fornecida pela Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (CHESF) e foi criada uma empresa pública, Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (RIBEIRO, 1995).

Dos bondes puxados a burros, aos ônibus

O serviço de transporte urbano era explorado pela Companhia Ferro Carril, fundada em 3.2.1877. Em 25 de abril de 1880, ela inaugurou suas linhas de bondes puxados a burro, o que facilitou a comunicação entre bairros e com o Centro. Os bondes saíam da Praça do Ferreira rumo ao Boulevard do Rio Branco (Joaquim Távora), Benfica, Alagadiço (Bezerra de Menezes). Menezes descreve o sistema de transporte, bondes, que eram puxados por dois burros, trafegando das 6 da manhã às 9 da noite, tendo como ponto de partida a Praça do Ferreira.

Constava de 25 bondes. Cada bonde podia conduzir 25 passageiros, distribuídos em 5 bancos. Pequenininhos, modestos, dirigidos por um bolieiro, quase sempre enfiados num fraque. Os primitivos bondes pareciam, no formato, uma caixa de fósforos, tendo umas cortinas que escorriam balaustres abaixo em defesa do calor do sol e das bategas da chuva (MENEZES, 1938, p. 27).

Em 1895, a empresa contava com 11.527 metros correntes de linha, atendendo a diversos pontos da cidade e arrabaldes, “tais como o da praia, o da Estação do Caminho de Ferro, o da rua do Padre Mororó, o de Pelotas, o da Fábrica de tecidos, o do Benfica e o da Estação da mesma companhia no Boulevard Visconde do Rio Branco” (BEZERRA DE MENEZES, 1992, p. 39).

O transporte coletivo de bonde à tração animal da Companhia Ferro Carril foi substituído, em 1913, por bondes elétricos da The Ceará Tramway, Light and Power Ltd. O primeiro automóvel chegou a

Fortaleza em 1909. As ruas foram alargadas para atender às necessidades dos bondes e dos automóveis que rapidamente cresciam em número. Algumas ruas centrais foram pavimentadas com paralelepípedo.

Circulavam, nas ruas de Fortaleza, em 1924, 283 automóveis, 206 carroças de tração animal, 30 carros elétricos para passageiros e seis carroções descobertos para o transporte de carga e mercadorias (MACIEL, 1925).

Em 1925, dez linhas de bondes elétricos saíam da Praça do Ferreira. As áreas mais habitadas tinham maior frequência de bondes, partindo em intervalos de dez minutos (Fernandes Vieira e Estação) e de quinze minutos (Alagadiço, Benfica, Outeiro e Via Férrea) (Figuras 14, 15 e 16). De vinte em vinte minutos saíam os bondes em direção à rua Padre Mororó e ao bairro José Bonifácio, e de meia em meia hora os destinados à Prainha e A. Epitácio (COSTA, 2005).

LUZ E FORÇA

The Ceará Tramway, Light & Power Co. Ltd.

Com Sêdo em LONDRES

ESCRITORIO CÊNTRAL
Boulevard Visconde do Rio Branco
(Estação de Bondes)

POSTO DOS BONDES E ESCRITORIO DA LUZ
Praça do Ferreira, 40

USINA ELECTRICA — Rua da Praia

Horario dos carris electricos

PARTIDA DA PRAÇA DO FERREIRA

Linha do Alagadiço — nas horas, 2, 17, 32 e 47 minutos

- • • Benfica — 5, 20, 35 e 50
- • • Outeiro — 7, 22, 37 e 52
- • • F. Vieira — 2, 12, 22, 32, 42 e 52
- • • Mororó — 2, 22 e 42
- • • Estação — 3, 13, 23, 33, 43 e 53
- • • J. P. Bonifacio — 3, 23 e 43
- • • Prainha — nas horas e meias horas
- • • Via Ferrea — 15, 30 e 45
- • • A. Epitacio — aos 15 e 45 minutos.

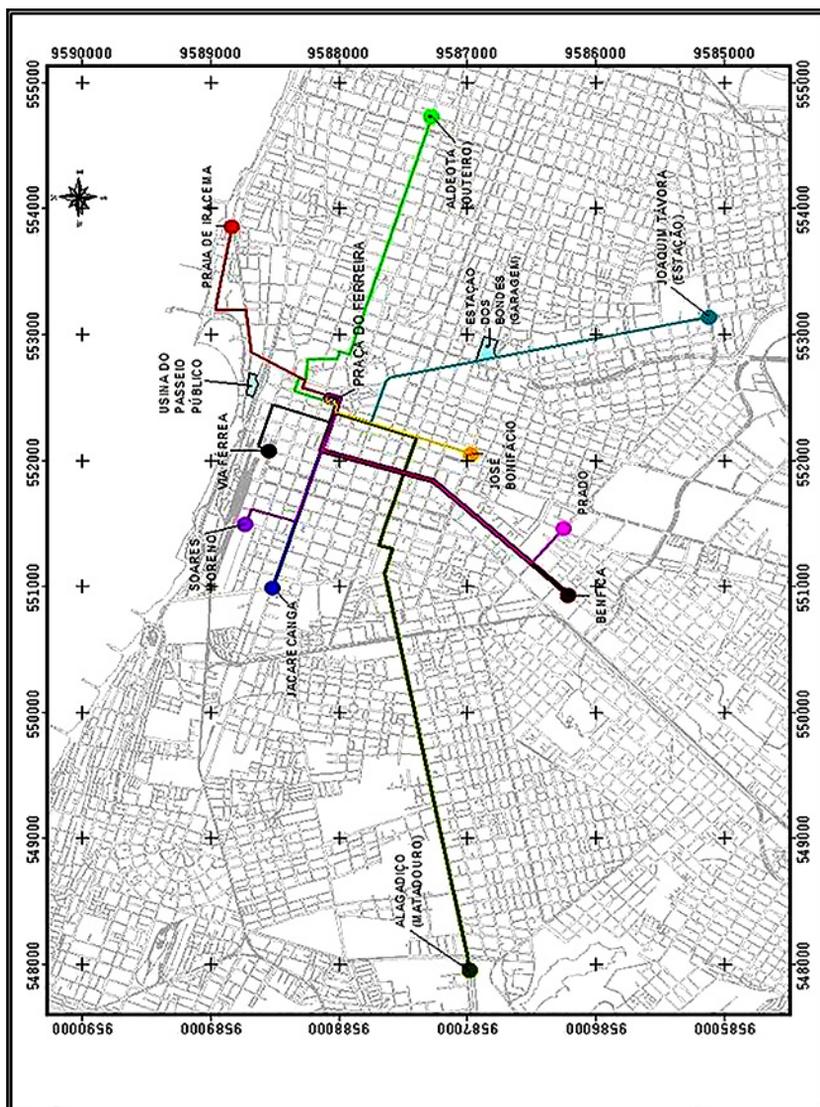
Figura 14 – Horário das linhas de bondes elétricos da empresa Light and Power, em 1925
Fonte: Anuário do Ceará, 1925.

Figura 15 – Os bondes elétricos



Fonte: Arquivo Nirez (1991).

Figura 16 – Carta das linhas de bondes elétricos de Fortaleza, em 1925



Fonte: Henrique, 2007.

Na administração do prefeito Acrísio Moreira da Rocha, em 9.8.1948, foram encampados administrativamente e municipalizados os serviços prestados pela Ceará Tramway Light and Power Limited, depois de críticas da população à má qualidade dos serviços e à estagnação das redes elétricas e das linhas de bonde (RIBEIRO, 1995).

Com os bondes desativados, permissões foram dadas para implantação de linhas de ônibus, que atingiram o número de 56, no final da década de cinquenta, contra as nove existentes em 1948 (RIBEIRO, 1995). O transporte rodoviário deu maior flexibilidade à expansão da cidade, pois os ônibus não exigiam energia elétrica, nem trilhos.

O desenvolvimento dos meios de transporte possibilitou aos moradores habitar fora do núcleo central e propiciou o surgimento e fortalecimento de vários bairros em Fortaleza. As diferentes tecnologias de transporte permitiram às pessoas morar em zonas mais distantes, porém interligadas a seus locais de trabalho em áreas centrais. Os bondes, e posteriormente os ônibus e trens, tornaram alguns bairros mais acessíveis em termos de transporte, o que levou várias famílias e pequenos comerciantes a se instalarem em chácaras ao longo e no final das linhas. Ao implantar infraestrutura e serviços, o poder público direcionava o crescimento da cidade e incorporava outras áreas à malha urbana, dando uma nova configuração ao espaço urbano.

No entanto, a exemplo do que aconteceu na capital da república e em outras cidades brasileiras e europeias, os custos com a infraestrutura implantada pelas concessionárias eram elevados, sendo selecionadas as áreas mais rentáveis para a realização dos investimentos como, segundo Claval, acontecia nas cidades europeias. Bairros com população de maior poder aquisitivo vão sendo mais bem servidos por redes de energia elétrica, água, transporte e outros serviços típicos de áreas urbanizadas.

Modelar desenhar delinear

O tempo com os deslocamentos foi reduzido radicalmente, não alcançando nem um décimo do que foi a um século e meio atrás, pelo menos fora das regiões centrais congestionadas. O trajeto é menos cansativo. No entanto, o elevado custo para implantação de infraestruturas, fez com que estes novos equipamentos fossem reservados a alguns itinerários de maior demanda por

serem mais rentáveis. O espaço urbano se desenha com base nas redes criadas e a configuração do conjunto depende da geometria dos transportes ofertados ao público [...] (CLAVAL, 1981, p. 206).²⁹

Fortaleza na virada do século

A Fortaleza da virada do século apresentava-se muito distante da vila descrita pelo primeiro governador. A dimensão da capital pode ser apreendida na obra *Descrição da cidade da Fortaleza* do escritor Antônio Bezerra de Menezes (1895), republicada, em 1992, pelas Edições UFC. Parte da cidade se estendia pela praia afora e outra galgava uma suave colina em frente e não longe do porto.

[...] a área média da cidade até onde tem chegado à construção alinhada pela câmara municipal contém 5km² e 950.000m² em 34 ruas, que se dirigem aproximadamente do norte a sul, e 27 de nascente a poente, todas paralelas, bem alinhadas... Além destes tem ainda três boulevards, ruas largas de 22m [...] (p. 35-36).

No lançamento para a cobrança da “décima urbana”³⁰, a cidade, que se estendia principalmente para o sul e oeste, contava com quatorze praças e 6.154 prédios de tijolos alinhados. O rio Pajeú marcava a paisagem fortalezense, dividindo a cidade em duas partes distintas, sendo a do nascente denominada Outeiro da Prainha. No seu percurso, este rio alimentava diversas chácaras e suas águas eram represadas em um pequeno reservatório de alvenaria de 13.333m² (açude do Pajeú), que abastecia os habitantes da circunvizinhança.

²⁹ Le temps passé à parcourir une distance diminue dans des proportions importantes – il n’est plus que le dixième de ce qu’il était il y a un siècle et demi, du moins en dehors des régions centrales encombrées. Le trajet est moins fatigant. Mais le coût des infrastructures, beaucoup plus élevés, fait que ces nouveaux équipements sont réservés à quelques itinéraires suffisamment fréquentés pour être rentables. L’espace urbain se moule sur les réseaux créés et la configuration d’ensemble dépend de la géométrie des transports offerts au public [...] (CLAVAL, 1981, p. 206).

³⁰ Espécie de imposto territorial urbano.

Em termos de investimentos urbanos e edificações públicas, estas mudanças são mais visíveis na descrição de Arthur Dias no livro *Brasil atual* (1904), em trecho reproduzido na Revista do Instituto do Ceará (1913):

O aspecto geral da cidade é alegre e bonito. Até certo ponto, Fortaleza é um contraste com as demais capitais do tempo dos portugueses, pela simetria e alinhamento de suas ruas, que recordam um tabuleiro de xadrez (DIAS, 1913, p. 230).

Dias descreveu os edifícios públicos que mais lhe agradaram: a Escola Normal, na praça Marquês de Herval, o Mercado Público, a Estação da Estrada de Ferro de Baturité, a Câmara dos Deputados, a Intendência Municipal, o Palácio do Governo, a Santa Casa da Misericórdia, o Quartel do 2º Batalhão de Infantaria, a Escola de Aprendizes Marinheiros, com 170 alunos, a Alfândega, “sempre em atividade, porque, apesar do mau porto, o comércio do Ceará deixa bons créditos ao orçamento federal”. Dentre os edifícios religiosos destacou a Catedral, as igrejas do Patrocínio e do Coração de Jesus. E considerou que: “O gás, o telephone, os jornaes, as bibliothecas, clubs diversos, dão a Fortaleza uma physionomia animada e aristocrática, que lhe vae cabalmente no seu papel de capital” (DIAS, 1913, p. 233).

Logo após a Proclamação da República (1889), o grupo de Nogueira Accioly assumiu o controle político do Ceará. Em 1892, Accioly se tornou senador e vice-presidente e, em 1896, se elegeu presidente do Estado. De 1896 a 1912 o Ceará esteve sob o domínio desta oligarquia, enquanto a intendência da capital permaneceu a cargo do coronel Guilherme Rocha. Deste período, ressalta-se a inauguração do Mercado de Ferro, em 1897, e do Teatro José de Alencar, em 1910, e a remodelação das três principais praças (Ferreira, da Sé e Marquês de Herval, atual José de Alencar). Além das realizações dos poderes públicos, destacam-se construções da burguesia local, como lojas, hotéis, mansões e chácaras, principalmente a sede da Associação Comercial, projetada em Paris, em 1908, e a da Fênix Caixerai (Associação dos Comerciantes), inaugurada em 1905 (PONTE, 1993).

No início do século XX, Fortaleza transformou-se definitivamente no principal centro econômico do estado, modificando a hierarquia urbana cearense. O crescimento urbano deveu-se à centralização e ao dinamismo das atividades administrativas, dos serviços e do comércio, principalmente o de exportação de produtos primários e o de importação de manufaturados. Fortaleza drenava as riquezas produzidas na província e atraía o excedente da população rural. Este dinamismo econômico materializou-se no espaço urbano na forma de investimentos públicos e privados, com implantação de infraestrutura e serviços urbanos, construção de espaços de lazer, de moradias luxuosas e diversificação do comércio interno. Começaram a funcionar os primeiros cursos superiores – Faculdade de Direito (1903), Faculdade de Farmácia e Odontologia (1917) e Faculdade de Agronomia (1918).

Fortaleza ultrapassa o núcleo central: nascem os bairros

Tinhas outro sabor. Tuas ruas cheias de sol, com o calçamento de pedras ponteagudas, as praças com os seus lençóis de areia, os bairros longínquos com a suave frescura e o cheiro gostoso dos cajueiros em flor, tudo isto vem a mente com que enternecida rememoração [...] (MENESES, 1938, p. 11).

A expansão de Fortaleza se fez do litoral para o interior, acompanhando a instalação de instituições públicas e equipamentos urbanos. Teve início na Praça do Conselho (da Sé), ao lado da Matriz e da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção (Figura 17). O centro do poder deslocou-se com a transferência do pelourinho, em 1818, para a Praça da Carolina. Nesta praça, localizava-se, até 1809, a moradia dos presidentes da província, edificação que depois foi permutada com a da Câmara Municipal. Nela ocorria também a Feira Velha, local onde foi construído o mercado público, entre 1815 e 1827 e, posteriormente, o Mercado de Ferro, em 1897. Em 1871, no sul da praça, foi inaugurado o prédio da Assembleia Legislativa.

A Câmara Municipal localizou-se, de 1802 a 1809, à margem esquerda do rio Pajeú, próximo à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Esta antiga capela foi construída por volta de 1730, por escravos,

Figura 17 – Panorâmica de Fortaleza, com destaque para antiga Igreja Matriz (Catedral), destruída em 1930



Fonte: Arquivo Nirez (1991).

em área um pouco afastada do núcleo e, depois, reconstruída em 1755, em pedra e cal. Durante as reformas e, finalmente, a demolição da igreja matriz, a Igreja do Rosário a substituiu entre 1821-1854 e entre 1938 a 1962. O governador Barba Alardo de Menezes transferiu, em 1809, o Palácio do Governo para as edificações que serviam à Câmara Municipal (Rua Sena Madureira, 42). Este prédio sofreu várias transformações. No largo do palácio já estava construído o prédio da Tesouraria Geral da Fazenda (1799-1802) onde funcionou até 1863 quando foi transferido para a rua Formosa (atual rua Barão do Rio Branco). Em 1847, foi construída uma forte muralha de 384 palmos de extensão, que foi uma espécie de passeio público com bancos, grades de ferro e escadaria que dava passagem para a rua de Baixo (Conde d'Eu-Sena Madureira). O Palácio, posteriormente, passou a ser chamado Palácio da Luz. No seu Largo foi erguida a estátua do General Tibúrcio, em 1888, que deu nome a esta praça. Em 1912, o prefeito Idelfonso Albano construiu a muralha com balaústres que a circundam pelos lados da rua Conde d'Eu e rua S. Paulo, embelezando-o com estátuas de bronze (jarros e leões),

passando a praça a ser conhecida como Praça dos Leões. No lado oeste da praça localizava-se a Assembleia Legislativa e o Hotel Brasil, que era frequentado por deputados (MENEZES, 1992).

A Câmara Municipal, em 1833, foi instalada na praça da Feira Nova, no primeiro sobrado de Fortaleza (Francisco José Pacheco de Medeiros). Com o presidente da Câmara, Boticário Ferreira (1843-1859), o centro do poder municipal fixou-se nesta praça, recebendo o nome de Praça Municipal, posteriormente denominada Praça do Ferreira. Neste período, a Praça do Ferreira era sede do Poder Municipal, a praça da Carolina, do Poder Legislativo da província, o Largo do Palácio (Praça General Tibúrcio) do Poder Provincial e a Praça da Matriz do Poder Religioso.

Alguns equipamentos mais insalubres, de acordo com o discurso higienista, foram sendo localizados a sota-vento, mais distantes do centro urbano. Em frente ao Campo da Amélia (Praça da Estação) foi construído, entre 1844 e 1849, o Cemitério S. Casemiro, onde hoje estão os trilhos da Estrada de Ferro. Este foi fechado em 1865, por se encontrar quase dentro da cidade e estar sendo invadido pelas areias do morro do Croatá, bem como por ter recebido cadáveres de coléricos. O novo cemitério São João Batista (1865) foi instalado em área mais distante e isolada, no final da rua das Flores (atual rua Castro e Silva). A Cadeia Pública foi edificada próxima ao cemitério de São Casemiro, entre 1854 e 1866. Nesta área também foi construído o Hospital de Caridade (Santa Casa de Misericórdia), entre 1847 e 1857. Em frente, o antigo Largo da Caridade (Praça dos Mártires) foi ajardinado e transformado no Passeio Público, em 1880. Neste ano, foi inaugurado o prédio da Estação da Estrada de Ferro, defronte ao Campo da Amélia (Praça da Estação).

A Praça Marquês de Herval (hoje José de Alencar), antiga Praça do Patrocínio, a oeste da Praça do Ferreira, foi ajardinada em 1903. Nesta data, ela já contava com a presença de cafés, coreto e alguns prédios importantes: Escola Normal (1894), Quartel da Polícia e Batalhão de Segurança (1893) e Igreja do Patrocínio (iniciada em 1850). Em 1905, foi construída a Fênix Caixerai e, em 1910, inaugurado o Teatro José de Alencar.

Fortaleza cresceu em direção aos arrabaldes, principalmente depois da instalação dos serviços de transporte urbano pela companhia de tramways Ferro Carril Cearense, que liberou os moradores de viverem no núcleo central. O crescimento da cidade orientou-se para as zonas sul e oeste, no sentido oposto ao litoral, pois, na virada do século, a população ainda não valorizava o mar. O rio Pajeú era uma barreira à expansão da cidade para o leste. Fortaleza cresceu acompanhando as antigas estradas de Jacarecanga, Soure, Arronches e de Aquiraz.

As famílias de maior poder aquisitivo começaram a se afastar do Centro. Na zona oeste da cidade, após o Cemitério São João Batista, próximo ao riacho Jacarecanga, surgiu o bairro Jacarecanga, onde se aglutinavam, em sobrados, representantes das burguesias comercial e agrária. Em 1935, foi inaugurado o novo prédio do Liceu do Ceará, na Praça Fernandes Vieira (atualmente Gustavo Barroso).

Para o sudoeste, acompanhando a estrada de Arronches (atual Parangaba), casas foram se aglomerando em torno da Capela de Nossa Senhora do Livramento (1850) e da posteriormente chamada Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1906). A alguns quarteirões em direção ao Benfica, na Praça Visconde de Pelotas, que ficou conhecida como Praça do Encanamento (atual Clóvis Bevilácqua), foram construídas duas grandes caixas de água, quando da instalação da rede de água e esgoto (1926). Nesta praça funcionou por muitos anos o matadouro público e o curral do açougue, que foi transferido para a estrada de Soure (atual Caucaia), na segunda metade do século XIX.

Mais para o sul, na estrada de Arronches, em zona arborizada, onde se localizavam as fontes de água que abasteceram Fortaleza até a seca de 1877-1879, começava a se desenhar, no final do século XIX, o bairro Benfica, com sobrados, bangalôs, chácaras e casas ajardinadas e recuadas. O bairro foi dotado de infraestrutura pelo prefeito Álvaro Weyne (1930-35). Nos anos trinta, era o bairro mais chique de Fortaleza, atraindo a população para as missas realizadas na Igreja dos Remédios e moradores, em função da paisagem das amenidades. Belas casas eram intercaladas por bosques, praça arborizada (Praça da Gentilândia), clubes, Cine Popular e Campo do Prado (antes Escola Técnica e hoje IFCE). Alguns destes casarões foram adquiridos pela

Universidade Federal do Ceará (UFC) a partir de sua criação, em 1954, e sediam a Reitoria e faculdades. O Benfica atualmente é um polo cultural da cidade.

Na estrada de Soure (Caucaia), a oeste, formou-se o bairro Farias Brito, em torno do matadouro público, instalado em prédio construído em 1862. Posteriormente, nesta área, foram edificadas a estação de trem Otávio Bonfim, o convento dos frades franciscanos, a Igreja de Nossa Senhora das Dores (1929-1932), que substituiu a Capela de São Sebastião, e o Cine Familiar (1937). Em 1919, foi inaugurada a Usina Gurgel de beneficiamento de algodão e fabricação de óleos.

Para o sudeste, na área da Lagoa do Garrote, foram construídos o Largo do Garrote (praça Voluntários da Pátria) e o Parque da Liberdade (Cidade das Crianças), em 1890. Ao lado, no Alto da Boa Vista (Colina do Pimenta), foi inaugurada a Igreja do Coração de Jesus, em 1886. Estes equipamentos urbanos ficavam situados ao longo do boulevard Visconde do Rio Branco. Nesta avenida, foi instalada a estação da companhia de bondes. Acompanhando a antiga estrada de Aquiraz vai se formando o bairro Joaquim Távora.

A zona leste teve a expansão limitada pela presença do rio Pajeú. Durante a administração de Alencar (1834-1838), a margem direita já estava ocupada por choupanas, local onde este presidente mandou construir a Cacimba do Povo. Em 1855, foi instalada a Casa de Educandos para os órfãos e desvalidos da província. Esta edificação foi cedida ao Colégio das Órfãs (Colégio Imaculada Conceição), em 1866. Anexa a este colégio foi inaugurada, em 1903, a Igreja do Pequeno Grande, com estrutura em ferro importada da Europa. Em frente, foi edificada, em 1923, a nova sede da Escola Normal, com a aparência de uma escola suíça.

No Outeiro da Prainha construiu-se o Seminário Diocesano (1864), contíguo à capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha (1841). Defronte, na Praça da Conceição, foi inaugurado, em 1922, o monumento ao Cristo Redentor, em comemoração ao centenário da independência do Brasil, o que dará outro nome à praça. No outro lado da praça, foi estabelecido o Teatro São José (1915), opção de lazer para os trabalhadores do Círculo Operário e Trabalhadores de São José (Círculo

de Trabalhadores Cristãos Autônomos de Fortaleza), fundado pela arquidiocese (1913). O boulevard Dom Manuel, projetado por Adolfo Herbster, em 1875, e mais estas edificações mostravam que a cidade tentava ultrapassar o rio Pajeú, o que de fato só ocorreria de forma mais intensa no século XX, com o crescimento do bairro Outeiro. O Asilo de Mendicidade, um grande equipamento, foi construído no Outeiro, futuro bairro Aldeota, durante a seca de 1877-1879, em frente à atual Praça da Bandeira. Em 1892, este prédio foi cedido à Escola Militar. Em 1919, nesta edificação, foi instalado o Colégio Militar do Ceará (BEZERRA DE MENEZES, 1992).

A Praia do Peixe (Praia de Iracema) era ocupada por pescadores, onde existia um porto precário. Entre 1902 e 1906, na área, foi construída a Ponte Metálica, também chamada Ponte da Alfândega. Outra ponte, a dos Ingleses – foi iniciada em 1922 e logo depois interrompida, pois Fortaleza necessitava de um porto mais amplo, seguro e acostável. A Ponte Metálica continuou atendendo a cidade até a construção do Porto do Mucuripe, iniciada em 1938. A atividade portuária na Praia de Iracema atraiu para si a Secretaria da Fazenda (1926), a Alfândega (1893), armazéns e casas importadoras e exportadoras, como a Casa de Comércio Theodore Boris & Irmão, fundada em 1869 e instalada no Ceará em 1872.

A Praia de Iracema passa a atrair casas de veraneio, pois o banho de mar assume um caráter terapêutico no início do século XX. Antes mesmo da influência do discurso médico-higienista esta era uma prática antiga de Fortaleza (DANTAS, 2003). O médico e botânico Freire Alemão (1964, p. 214), membro da comissão científica de 1859, descreve o costume dos homens da cidade de passear na praia e tomar banho no mar à noite e mesmo o de “cear peixe aí numa casa conhecida nas belas noites”.

Dantas (2000), em sua tese « Essai de géopolitique d'un espace de colonisation tardive: de la découverte à la mutation touristique contemporaine », mostrou que o fenômeno da ocidentalização aumentou sensivelmente o processo de incorporação das zonas de praia como lugares de lazer e de habitação das classes abastadas, desde dos anos 1920-1930. À medida que se ampliavam os contatos com os costumes

européus, desenvolviam-se as práticas marítimas no Ceará: os banhos de mar, as caminhadas e o veraneio. Os banhos de mar de caráter terapêutico vão sendo substituídos por práticas vinculadas à sociedade de lazer. Portanto, ocorre mudança de mentalidade, pois a sociedade que desprezava o litoral passa a construir casas de veraneio, contribuindo para a urbanização da Praia de Iracema. Fora da área central, um novo espaço de lazer ligado às práticas marinhas é incorporado à cidade. A construção do casarão da família Porto – chamado Vila Morena, em 1926, é um marco na expansão desta zona de praia. Depois, chegam outras famílias da burguesia cearense, clubes (Ideal Clube, Praia Clube, Jangada Clube, Gruta Praia), restaurantes (Ramon), bares (Zero Hora) e hotéis (Pacajus, Iracema Plaza), mudando a paisagem daquela pacata zona de pescadores. Em 1939, é inaugurada a Igreja de São Pedro.

O papel do Centro, como a principal opção de lazer da sociedade fortalezense, foi reforçado com a inauguração do Teatro José de Alencar (1910), de cinemas modernos (Pathé, em 1907; Cine Di Maio, em 1908; Polytheama, em 1911; Cine-Theatro Majestic em 1917; Moderno, em 1920; Diogo, em 1940; e São Luís, em 1958), e com a reforma do Parque da Liberdade (Figura 18), antiga Lagoa do Garrote (1922). Em dezembro de 1931, foi inaugurado, na Praça do Ferreira, o Excelsior Hotel, o primeiro arranha-céu, o edifício de alvenaria mais alto de Fortaleza. Além disso, o Centro contava com diversas praças, cafés, restaurantes e clubes (Cearense, em 1868; Iracema, em 1884; e Náutico, em 1929) (PONTE, 1995).

A construção de novos prédios escolares – Grupo Escolar Visconde do Rio Branco (Bairro Joaquim Távora), Grupo Escolar Rodolfo Teófilo (Bairro Benfica), Grupo Escolar Fernandes Vieira, depois chamado de Juvenal Galeno (Bairro Jacarecanga) e a Escola Normal Justiniano de Serpa (Praça Justiniano de Serpa), durante a gestão de Idelfonso Albano, quando presidente da província (1921-23), beneficiou alguns bairros. A população crescia e o poder público necessitava descentralizar os investimentos.

A área central foi beneficiada com a inauguração da rede de água e esgoto de Fortaleza na administração do intendente Godofredo Maciel (1924-1928). Para melhorar a ligação entre bairros, Maciel providenciou

a abertura de vias para conectar os bairros Fernandes Vieira (hoje Farias Brito) e Urubu (Álvaro Weyne). Concluiu um sistema de avenidas, ligando o Centro com o Quartel Federal e a Secretaria da Fazenda, chegando até a praia de Iracema. Prolongou a Avenida Bezerra de Menezes (estrada de Soure), a saída para a zona norte do estado (PONTE, 1995).

Figura 18 – Parque da Liberdade, conhecido como Parque das Crianças, inaugurado em 1922



Fonte: Arquivo Nirez (1991).

A modernização do sistema de transporte, a melhoria no sistema de circulação da cidade, com abertura de vias interligando bairros e a implantação de serviços urbanos foram elementos que influenciaram a expansão da cidade.

A crise internacional de 1929 e a Revolução de 30, no Brasil, ocasionaram a quebra nas exportações de produtos primários brasileiros. A divisão regional do trabalho e a organização do espaço brasileiro sofreram alterações. Iniciou-se o processo de industrialização do país. Em Fortaleza, com a queda no preço do algodão, surgiram os primeiros estabelecimentos industriais de porte.

A ferrovia, cortando a Zona Oeste da cidade, e a implantação da oficina mecânica da RFFSA (Oficina do Urubu), em 1928, atraíram os primeiros estabelecimentos fabris e a mão de obra neles empregada. As indústrias se instalaram ao longo da via férrea e da Avenida Francisco Sá, estendendo-se até a Barra do Ceará, formando-se neste eixo um polo industrial.

Com as grandes secas e o agravamento da questão agrária, cresceram as migrações para Fortaleza. O Arraial Moura Brasil, bairro pobre, espremido entre os trilhos e à beira da praia, por detrás da Estação Ferroviária e do Cemitério S. João Batista, atraía estes migrantes. A população indigente se alojava em barracos em terrenos próximos à ferrovia, às indústrias, à zona de praia e às margens dos rios, áreas desprezadas pelos grupos sociais de maior poder aquisitivo. Surgiram as primeiras favelas – Cercado do Zé do Padre, 1930; Mucuripe, 1933; Lagamar, 1933; Morro do Ouro, 1940; Varjota, 1945; Meireles, 1950; Papoquinho, 1950; Estrada de Ferro, 1954 (SILVA, 1978).

Fugindo da poluição das indústrias e da proximidade das favelas, a população de mais alto padrão de vida passa a abandonar o bairro de Jacarecanga. Desenvolveram-se bairros residenciais de classe média alta na zona leste – Praia de Iracema, Meireles e Aldeota. As áreas próximas ao mar passaram a ser uma opção de lazer e moradia, atraindo também os clubes que existiam no centro da cidade.

A Aldeota foi até os anos 1950, por algum tempo, um bairro tipicamente residencial, com ruas largas, belos casarões e sobrados, que se espalhavam ao longo da Avenida Santos Dumont. A Aldeota dos anos 1920 ocupava uma pequena área que englobava o Palácio do Plácido de Carvalho, localizado no fim da linha do bonde. O Colégio Militar, a Igreja do Cristo Rei (1930) e o Cine-Teatro Santos Dumont (antes Cristo Rei) eram os pontos de referência nos anos trinta (AZEVEDO, 1991). O crescimento acelerado e o uso misto (comercial e residencial) com população de média e alta renda deram-se mais intensamente a partir dos anos de 1950.

A instalação do novo porto do Mucuripe levou à estagnação do comércio da área em frente ao núcleo central, com o deslocamento dos armazéns e depósitos para as novas docas, na década de 1950. A cons-

trução do porto do Mucuripe provocou uma forte erosão na praia de Iracema, destruindo vários casarões. Além da perda do dinamismo econômico, a Praia de Iracema perdeu a sua função de lazer. Banhistas, clubes e restaurantes passaram a buscar outras praias, como Meireles e a Volta da Jurema.

A partir da década de trinta (Figura 19), começou a ficar mais visível o processo de diferenciação espacial e segregação residencial. A distribuição da população no espaço urbano de Fortaleza ficou nitidamente determinada pelo nível de renda. A cidade crescia e carecia de um plano urbano. Após os projetos urbanísticos de Adolfo Herbster (1875), os prefeitos municipais não haviam empreendido nenhum outro plano até a administração de Tibúrcio Cavalcante (1931-1933). Os prefeitos Guilherme Rocha (1892-1912), Idelfonso Albano (1921-1923) e Álvaro Weyne (1928-1930) construíram obras, ajardinaram praças, porém sem obedecer a nenhum projeto sistematizado (GIRÃO, 1979).

Figura 19 – Rua Major Facundo, com a chaminé da termoelétrica da LIGHT, localizada na ladeira da Santa Casa de Misericórdia, próxima à praia



Fonte: Arquivo Nirez (1991).

A expansão da malha urbana e o crescimento da população através da migração provocaram não só problemas de saúde pública, mas também conflitos de uso do espaço urbano. Não só o espaço era disciplinado e higienizado, mas também a população que chegava deveria ser civilizada, ou seja, absorver o modo de vida urbano, que tinha como modelo a sociedade europeia.

O discurso higienista considerou, de forma diferenciada, os níveis de salubridade dos espaços rurais e urbanos. Para entender como a transformação da capital da província assimilou este discurso e a partir de que momento, faz-se necessário entender o processo de urbanização desta sociedade. A urbanização da sociedade fortalezense é o tema do próximo capítulo.

URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE FORTALEZENSE³¹

No século XIX e até a primeira metade do século XX, as fronteiras entre o mundo rural e urbano eram muito tênues, pelas fortes marcas das atividades e do modo de vida rural no espaço urbano. O fenômeno da urbanização no Ceará foi marcado também pela natureza, ou seja, pelos longos períodos de estiagem que caracterizavam o semi-árido nordestino. A seca desestruturava o espaço rural, provocando a migração. Esta concentração populacional no espaço urbano não era apenas sazonal, pois parte desta população que migrava fixava-se na cidade, interferindo nas práticas urbanas. A população migrante guardava características provincianas, um modo de vida rural, e mantinha algumas atividades, como a criação de animais domésticos, agricultura de subsistência e cultivo de hortas e frutas. Na cidade, estes novos habitantes tinham que se adaptar ao modo de vida urbano, com normas de comportamento e de organização específicas, o que muitas vezes gerava conflitos. O poder público elaborava leis para disciplinar os recém-chegados, que desconheciam os códigos de urbanidade. Houve um lento processo de urbanização desta sociedade. Num segundo momento ocorreu uma mudança de mentalidade desta população, que absorveu o

³¹ Artigo publicado no livro “O Espaço no fim de século: a nova raridade” de DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. São Paulo: Contexto, 1999, com o título Urbanização da sociedade cearense.

modo de vida urbano, que se civilizou e passou a copiar os modelos de urbanidade de outras sociedades, como a europeia.

Podemos dizer que a sociedade cearense tem sofrido um processo crescente de urbanização. Mas o que seria a urbanização da sociedade? A transformação de toda sociedade em urbana, ou seja, a concentração da população em áreas urbanas? O aspecto material da concentração populacional parece ser de evidente relevo, mas o aspecto “ideológico”, referente às ideias, deve ser levado em consideração. Atualmente, todos concordam que é possível uma população, mesmo sem habitar a cidade, assimilar modo de vida urbano. O urbano é uma forma e um processo de diferenciação do espaço social, gerador de um modo de vida específico.

Para Claval (1981, p. 31), a urbanização apresenta um duplo sentido, pois “o termo cidade evoca a ideia de agrupamento e esta a de uma forma diferente e superior de civilização”.³²

A urbanização da sociedade cearense e, principalmente da fortalezense, será aqui analisada como resultado do crescimento populacional da cidade e, posteriormente, como fruto das mudanças em seu modo de vida.

Este processo de urbanização não é específico da sociedade fortalezense, mas também se aplicaria às outras cidades do nordeste semi-árido brasileiro, que também foram marcadas pela seca, pelo disciplinamento e pelo modelo ocidental europeu de civilização. Podemos até extrapolar esta análise para outros países colonizados, respeitando as diferenças naturais e a cultura local.

Neste capítulo, faremos uma análise, numa perspectiva histórica, do processo de urbanização da sociedade fortalezense. Para isto, partiremos das definições de urbanização e tentaremos aplicá-las à realidade de Fortaleza, a partir do século XIX.

³² [...] “le terme de cité contient à la fois l’idée de groupement et celle de forme de civilisation différente et supérieure” (CLAVAL, 1981, p. 31).

Urbanização – crescimento da população urbana

O nordeste brasileiro, a partir do século XIX, foi marcado por longos períodos de estiagem, que provocaram a migração e a concentração da população nas cidades, principalmente nas capitais, pois estas, pela proximidade do poder público, ofereciam mais apoio aos “retirantes”. Posteriormente, com a Lei de Terras (1850), agravou-se este quadro. A estrutura fundiária concentradora contribuiu para a expulsão do homem do campo. Os equipamentos urbanos, a infraestrutura, os serviços e a possibilidade de empregos também eram fatores atraentes para a população do campo. Numa sociedade rural, o surgimento desse fenômeno urbano explicava-se também pela degradação das condições de vida no campo (COSTA, 1999).

As secas periódicas desestabilizavam a economia local, obrigando grandes levas de pessoas a se deslocarem para áreas mais úmidas ou para as cidades, desestruturando o espaço ou criando uma nova organização espacial, típica dos períodos de grandes estiagens. Grande parte desta população migrava para terras distantes da Amazônia, para trabalhar nos seringais, ou do Centro-Sul, que oferecia mais oportunidades de emprego. Outra parte fixava-se nas cidades, que não estavam preparadas para receber esta massa de trabalhadores e seus familiares. O sertão ia ficando, pois, esvaziado, e as cidades apresentavam-se superlotadas, enfrentando problemas de déficit habitacional, infraestrutura urbana e saneamento, fome, miséria, violência, gerando o chamado caos urbano.

No século XIX, os migrantes, chegando a Fortaleza, alojavam-se sob árvores, nas praças, no Passeio Público, nas ruas, em terrenos vagos. A administração pública tentava impor ordem no espaço do migrante da seca, construindo abarracamentos, distribuindo alimentos, oferecendo assistência médica e, em troca, exigia desta população o trabalho para realização de obras públicas.

No espaço do migrante, imperava a superconcentração de pessoas enfraquecidas, favorecendo a promiscuidade, o que dificultava manter o mínimo de higiene cotidiana. Este ambiente era propício à propagação de doenças e ao surgimento de epidemias, daí a associação

que passou a ser feita entres pobres e insalubridade, contribuindo para a segregação socioespacial.

A história do Ceará foi marcada pelas migrações e pelas secas que geralmente eram acompanhadas por epidemias e grande mortalidade. A seca que mais vítimas deixou foi a “seca dos dois setes” que durou de 1877 a 1879. Esta seca foi acompanhada por grande movimento da população. Fortaleza, que tinha uma população de 20.098 habitantes, segundo o censo de 1872, atingiu, em dezembro de 1878, 160.000, o que significou falta de alojamentos, água, alimentos, remédios, infraestrutura urbana e sanitária, gerando problemas de saúde pública. Em agosto de 1878, Fortaleza tinha 113.900 indigentes abarracados em seus subúrbios (BARROS LEAL, 1979).

Estas secas, além dos sérios prejuízos sociais e econômicos para o Ceará, contribuíram para o crescimento de várias cidades litorâneas. Posterior a estes fenômenos cíclicos, parte desta população, que não migrava para fora da província ou do estado, fixava-se na capital e em seus arredores.

No século XX, com a estagnação da economia da região amazônica (crise da borracha), a população migrante dirigia-se principalmente para o Centro-Sul ou fixava-se na capital. A ampliação das atividades terciárias (comércio e serviços) e a instalação de indústria de beneficiamento de produtos primários em Fortaleza atraíam novos moradores para esta cidade. Fortaleza teve um acentuado crescimento populacional e a malha urbana expandiu-se com a formação de bairros ao longo das linhas de bonde elétrico.

A urbanização fortalezense foi marcada pelo fenômeno das secas. Não seria exagero afirmar que elas contribuíram para a formação do fenômeno urbano no Ceará, aqui caracterizado como aumento da concentração da população. Esta concentração num mesmo espaço é, em si, um elemento importante pelas implicações mentais que se operam sobre os indivíduos.

Para o geógrafo americano David Clark, o crescimento urbano “é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular”. Enquanto que a urbanização

[...] é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade (CLARK, 1985, p. 61-62).

Para Claval (1981, p. 28) a cidade cresce, favorecendo a especialização e a diversificação do corpo social. A urbanização acentua a divisão do trabalho e ao mesmo tempo implica uma maior capacidade de exploração do ambiente e de produção de excedentes mais úteis.

A urbanização responde a uma necessidade de aprofundamento e de diversificação da vida social, favorecendo as trocas e diferentes relações: ela tem a vantagem de permitir a convivência com os parceiros mais diversos, que proporcionam mais ideias ou mais conhecimento; a cidade oferece a segurança das muralhas, o acesso ao sagrado e a conciliação com as forças superiores. A urbanização corresponde então a uma transformação desejada por muitos, pois ela permite alcançar um gênero de vida superior [...] (CLAVAL, 1981, p. 32).³³

O termo urbanização foi amplamente usado para descrever tanto o crescimento das cidades como o impacto das cidades sobre a sociedade. Crescimento urbano e urbanização são os dois processos principais do desenvolvimento urbano. Esses dois processos são historicamente interdependentes, pois, à medida que as pessoas se congregavam nas cidades, sofriam mudanças profundas e irreversíveis em seus modos de vida (CLARK, 1985).

³³ L'urbanisation répond à un besoin d'approfondissement et de diversification de la vie sociale, au souci d'accéder à des échanges et à des relations plus variées: il est avantageux de pouvoir être en relation avec des partenaires plus divers, qui offrent plus d'idées ou plus de savoir-faire; la ville offre la sécurité du nombre des murailles et plus encore elle permet d'accéder au sacré et de se concilier les forces supérieures. L'urbanisation correspond donc à une transformation voulue par beaucoup, car elle se double de l'accès à un genre d'existence supérieur... (CLAVAL, 1981, p. 32).

Nesta segunda parte do texto analisaremos outro aspecto da urbanização, ou seja, a forma como a Fortaleza do século XIX alterava o comportamento dos migrantes, dos novos habitantes que chegavam para se fixar na cidade.

Urbanização – mudança de comportamento

O processo forçado de crescimento da cidade em função da migração nos períodos de longas estiagens provocou um tipo diferente de organização espacial, pois a população de migrantes tentava manter o modo de vida rural. Busca reproduzir na cidade a vida do campo, nos pequenos quintais ou mesmo nas ruas, pois não estava acostumada à separação entre espaço público e privado. Mantém hortas, fruteiras, cria galinhas, porcos e até vacas soltas pela cidade e arredores. Seu modo de vida entra em choque com o padrão urbano.

A Fortaleza do século XIX não era realmente urbana, pois a população não estava impregnada do espírito urbano, ou seja, da urbanidade, definida por Brunet (1992, p. 498) como o caráter do que é urbano. Para Claval (1981), o termo urbanidade é utilizado para designar a polidez que caracteriza o mundo.

A civilidade, a civilização são em primeiro lugar apanágio do cidadão, daquele que cresce/amadurece no conjunto/quadro da cidade. A idéia de comunidade evoluída e larga está/é então associada de maneira íntima/intrinsecamente àquela de agrupamento físico, de cidade.” (CLAVAL, 1981, p. 31).³⁴

Esta concepção de urbanidade é reiterada em *Le mots de la Géographie: dictionário critique*:

Diz-se também civilidade: conjunto de traços de comportamentos positivos, implicando cortesia, respeito ao outro, bons modos e

³⁴ La civilité, la civilisation sont d’abord l’apanage du citoyen, de celui qui a été mûri dans le cadre de la cité. L’idée de communauté évoluée et large est donc associée de manière intime à celle de groupement physique, de ville (CLAVAL, 1981, p. 31).

usos, e que se assegura ser próprio dos cidadãos, por oposição aos habitantes do campo, ditos rústicos e mesmo rudes (de rus, campo, oposto a urbs, cidade) (BRUNET, 1992, p. 499).³⁵

A população que chegava tinha que ser “civilizada”, urbanizada, para aprender, ou seja, para adaptar-se ao modo de vida urbano. O poder público criou leis que regulamentavam este comportamento nas áreas urbanas, como observa-se nos Códigos de Posturas desde o início do século XIX.

O Código de Postura da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza, aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial, em 1835, foi uma tentativa de mudar este estilo de vida marcado pela ruralidade, determinando a apreensão de animais domésticos soltos na rua e a proibição da criação de animais na área urbana. O art. 56 afirma que

Ninguém poderá criar porco dentro desta Cidade, senão em chiqueiro, e que não cause mau cheiro a vizinhança, e fora della no termo não se poderá crear taes animais, se não em cercados fortes de pau a pique, ou chiqueiros (CAMPOS, 1988, p. 74).

Este código disciplina também o comportamento dos novos habitantes da cidade. O art. 14 diz

Que nenhuma pessoa a qualquer hora da noite, dentro desta Cidade será permitido o andar pelas ruas della gritando, e inquietando assim os cidadãos pacíficos, e o sucego público, sob pena de ser condemnado a dois mil reis para as despesas do Conselho, ou quatro dias de prisão, e na reincidência o duplo... (CAMPOS, 1988, p. 65).

A Lei nº 308, de 24.7.1844, publicada pelo presidente José Maria da Silva Bittancourt, aprovando artigos de posturas da Câmara

³⁵ Se dit aussi civilité: ensemble de traits de comportement positifs, impliquant courtoisie respect de l'autre, bonne moeurs et usages, et que l'on assurait être le propre des citoyens, par opposition aux habitants de la campagne, dits rustiques et même rustres (de rus, campagne, opposé à urbs, ville) (BRUNET, 1992, p. 499).

Municipal da Capital, mostrava preocupação com o modo de vestir. Em seu art. 69, determinava multa de mil réis, ou dois dias de prisão, para qualquer pessoa livre ou escrava que entrar “nesta cidade ou percorrer suas ruas, de camisa e ceroula, pela immoralidade e indecência do traje”. Jader de Carvalho (1963), no romance *Aldeota*, mostra o tratamento desrespeitoso dos policiais para com os matutos, o que provocava revolta e violência.

O uso das águas públicas também foi controlado, pois os novos cidadãos já não podiam manter hábitos típicos da zona rural, como tomar banho nu a qualquer hora do dia, em função da concentração da população. O presidente Bittancourt, em 19.8.1844, aprovou a Lei nº 328 que determinava em seu artigo 70:

Fica proibido a qualquer pessoa apresentar-se nua, das seis da manhã a seis da tarde, nos lagos ou riachos desta cidade, sob qualquer pretexto, que seja. Os contraventores soffrerão a multa de quatro mil réis, ou oito dias de prisão (CAMPOS, 1988, p. 78).

O escritor Eduardo Campos no livro *A Fortaleza Provincial: rural e urbana* (1988) mostra a influência interiorana ou rural no urbano durante todo o século XIX.

Aliás, o ‘matuto’ e o ‘sertão’ não se desvinculam da evolução urbanística. Têm presença obrigatória, ditada pelo relacionamento sociológico, pelo proveito quanto ao desfrute dos serviços ofertados pelo próprio município. Daí a preocupação do legislador em compatibilizar, tanto quanto possível, o interesse ou interesses dos dois modos de viver (CAMPOS, 1988, p. 83).

Campos exemplifica este fato ao analisar a legislação de 1864 que dispõe sobre o uso das aguadas, garantindo o seu acesso aos matutos e seus animais em trânsito. O artigo 72 adverte estarem “proibidas as cercas e plantações em rodas das aguadas públicas, como a edificação de casa, quando a distância das mesmas, às margens das ditas aguadas, não exceda pelo menos 60 palmos” (CAMPOS, 1988, p. 83).

O “matuto” era motivo de chacota por parte dos habitantes da cidade e com frequência era enganado e desrespeitado. Diante disso, a administração, visando protegê-lo, determinou, no artigo 7 da Lei nº 1013, de 6.10.1861, que, dentre as várias atribuições dos fiscais, caberia a de “vigiar os matutos para que não fossem atropelados nem enganados na venda de suas mercadorias, prendendo os que deles abusassem”.

Este tratamento não era só dado aos matutos pobres, mas também aos ricos sertanejos e senhores de engenho, que também sofriam com o deboche, o olhar enviesado dos “civilizados” habitantes da cidade a qual dependia do campo, vivia em função da riqueza produzida no mundo rural, que se materializava no espaço urbano na forma de edificações, monumentos, obras públicas, casarões e sobrados, e da aquisição de objetos importados.

O antropólogo Gilberto Freyre (1990), em *Sobrados e Mucambos*, mostra que a praça venceu o engenho:

Quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices, procurando imitá-las: às vezes até romantizando-as e exagerando-as nessa imitação de ‘inferiores’ por ‘superiores’. Outras vezes troçando do matuto rico, do fazendeiro opulento, mas atrasado nos seus modos de falar e nas suas modas de vestir-se, do senhor de engenho fanfarrão e até quixotesco, de toda a ‘gente do matto’, de todo roceiro e de ‘serra acima’. Destacando-lhe os vícios de linguagem, os atrasos de cinqüenta, cem anos em estilos de habitação e de meios de transporte, os ridículos de moral e de etiqueta também atrasada um século, dois, às vezes três. Porque esses atrasos variavam de região para região, dando ao país variedade pitoresca, mas às vezes dramática, de estilo e estágios de cultura. Variavam de região para região como de sexo para sexo, de raça para raça, de classe para classe (FREYRE, 1990, p. 30).

A urbanização da sociedade cearense, como modo de vida, impôs-se aos moradores da cidade, orientada pela administração da província. A população migrante foi forçada a submeter-se a estas normas, determinadas pela legislação e pelo código de posturas, as quais exigiam do homem do campo, que chegava às feiras semanais, o respeito

às normas urbanas (uso de roupas adequadas, proibição do uso de ceoulas, proibição de banhos nus em açudes e riachos da cidade) e, ao se fixar, a adaptação ao novo *habitat* e seus costumes. A legislação propunha-se a orientar e a disciplinar o modo de vestir e de comportar-se na cidade. Para atingir este objetivo, a população e o espaço tinham que ser disciplinados, policiados³⁶. Portanto, a cidade era um ambiente também policiado, controlado, daí tantas legislações para disciplinar a vida nas áreas urbanas.

Urbanização – sinônimo de disciplinamento

A concentração populacional nas cidades exigia o disciplinamento deste espaço e desta população. As cidades eram consideradas sinônimos de doença e perversão. Foram apontadas como os grandes focos disseminadores de epidemias que devastaram a população europeia. Várias teorias médicas relacionaram estas doenças com as condições de higiene, com o ambiente natural e construído e com o modo de vida da população. A falta de moral, o vício e a desordem da família do trabalhador também eram responsabilizados pelos sérios problemas que as cidades apresentavam. Portanto, era preciso higienizar e moralizar o espaço urbano e sua população. Normas rígidas foram impostas visando pôr ordem no espaço e na população e foram divulgados nos tratados médicos. Além da doença, os administradores preocupavam-se também com o embelezamento das áreas urbanas.

Em Fortaleza, a disciplina do espaço estava presente no ato do primeiro governador da província, Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao nomear o primeiro arruador, Manoel Francisco da Silva, em 1800. Em 1813, o engenheiro Silva Paulet foi contratado pela província para

³⁶ A palavra *Pele*, que significa habitat fortificado (cf. a língua francesa *pieu*, *palissade*) dá origem à palavra *polis*, e tem como derivados *polícia*, *política*, *metrópole*, etc. (BRUNET, 1992, p. 508). As palavras *policy*, “política” e “político” são derivadas da palavra grega *polis* que significa “cidade”: do mesmo modo como as palavras “cidade” e “civilização” são derivadas da palavra latina *civitas*. “Os primeiros Estados eram cidades-Estados. Originalmente, a cidade era o Estado; assim, a política, a civilização e a cidade podem ser consideradas como tendo surgido juntas e como representando os diversos elementos de um único complexo” (PARK, 1970, p. 592).

fazer a planta de expansão da cidade. Os governantes e legisladores elaboraram normas, contrataram engenheiros, arquitetos e médicos, visando à ordenação do espaço e o comportamento dos cidadãos, o que podemos observar através dos planos e plantas de expansão da cidade, na legislação e em documentos.

As Câmaras Municipais, a partir de 1^o.10.1832, conforme lei imperial, tiveram novas diretrizes e atribuições. Elas ficaram com o encargo de tudo quanto dizia respeito “à polícia e economia das povoações, e seus termos”. Deveriam deliberar e elaborar suas posturas sobre os seguintes objetos:

§ 1^o: Alinhamento, limpeza, iluminação e despachamento das ruas, cais e praças, conservação e reparos de muralhas feitas pela segurança dos edifícios e prisões públicas, calçadas, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum aos habitantes ou para decore e ornamento das povoações;

§ 2^o: Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento de pântanos e qualquer estagnação das águas infectas; sobre a economia e asseios dos currais, sobre os depósitos de imundícies e quanto possa alterar a salubridade da atmosfera;

§ 3^o: Sobre edificios ruinosos, escavações e precipícios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes por divisa para advertir os que transitarem; suspensão e lançamento de corpos que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela contra o perigo provindo da divagação dos loucos, embriagados, de animais ferozes, ou domados, e daqueles que, correndo, podem incomodar os habitantes: providências para acautelar e atalhar incêndios;

§ 4^o: Sobre as vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúrias e obscenidades contra a moral pública;

§ 5^o: Sobre daninhos, e os que trazem gado sem pastor em lugares aonde possam causar qualquer prejuízo aos habitantes, ou lavouras; extirpação de répteis venenosos, ou de quaisquer animais, e insetos devoradores de plantas e, sobretudo o mais que diz respeito à polícia (CAMPOS, 1988, p. 26).

Diante de tal poder concedido às Câmaras Municipais, o Boticário Ferreira, presidente da Câmara de Fortaleza (1843-1856), tenta disciplinar, urbanizar e embelezar a cidade, obedecendo à planta da cidade elaborada por Silva Paulet. Além de desobstruir ruas, alinhar e aformosear praças, o intendente contratou o arquiteto Adolfo Herbster para elaborar plantas de expansão de Fortaleza e fazer o nivelamento de praças e ruas.

Códigos de Posturas são considerados importantes documentos para discutir o disciplinamento urbano, além de interferir no comportamento dos cidadãos e de seus visitantes, como já vimos no item anterior. Os Códigos de Postura de Fortaleza ordenaram o espaço dos cemitérios, das ruas, das praças, dos hospitais, dos matadouros e do porto. Obrigaram os habitantes a cair as casas depois das chuvas e a manter limpos ruas, calçadas, quintais, riachos e lagos etc. Eles também normatizaram a construção das casas, a altura, “a disposição de cornijas, o tamanho do pano das calçadas etc., tudo servido de informações quanto aos palmos admitidos, estipulados no art. 6 da Lei nº 1.007 de 11.9.1866 (CAMPOS, 1988, p. 86).

Estas normas contribuíram para que Fortaleza mostrasse uma imagem agradável e de cidade organizada a seus visitantes, o que podemos observar em muitos relatos de viajantes.

Urbanização – sinônimo de civilização

Urbanização é também utilizada como sinônimo de civilização. A palavra cidade se origina do latim “civis” (*civis, civitas, cité*, civilidade), que deu origem também à civilização. Portanto, podemos fazer uma relação entre civilização e urbanização. Esta busca para disciplinar a população da cidade significou também a tentativa de civilizá-la, colocá-la dentro dos moldes do mundo civilizado. No século XIX, o mundo civilizado para os brasileiros era o europeu. Uma das justificativas dos governantes para a prática da política de imigração de europeus era favorecer o branqueamento da raça e que este, em contato com o mestiço, contribuísse para a criação de hábitos para o trabalho e apreensão de novas tecnologias. As grandes missões científicas, artísticas e

culturais vieram ao Brasil trazidas pelo imperador com o objetivo de elevar o saber científico e a cultura do povo.

O sociólogo alemão Nobert Elias (1979), em *La civilisation des moeurs*, apresenta, num primeiro momento, a noção de civilização como informações variadas relativas “ao grau da evolução técnica, às regras do *savoir-vivre*, ao desenvolvimento do conhecimento científico, às ideias e usos religiosos”. O termo também pode ser aplicado: “ao *habitat* e à co-habitação do homem e da mulher, aos métodos de repressão judiciária, à preparação do alimento”, e a tudo o que pode se realizar de uma maneira ‘civilizada’ ou ‘não civilizada’. O autor considera que “sempre é difícil resumir em algumas palavras o conjunto de fenômenos susceptíveis de ser designado pelo termo de civilização”. (ELIAS, 1979. p. 11).

Ao pesquisar sobre a função geral da noção de civilização e o elemento que permite qualificar tais atitudes de civilizadas, Elias chega à expressão de consciência ocidental, de sentimento nacional ocidental.

Na verdade, o termo significa o avanço que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos acredita ter conquistado em relação aos séculos precedentes e às sociedades contemporâneas mais ‘primitivas’. É também por meio deste termo que a sociedade ocidental tenta caracterizar o que a singulariza, do que se orgulha: o desenvolvimento de sua técnica, de suas regras de ‘*savoir-vivre*’, a evolução de seu conhecimento científico e de sua visão do mundo, e muitas outras coisas do gênero (ELIAS, 1979, p. 11).³⁷

O modo de vida ocidental, a forma de pensar, tendo como modelo a corte francesa, passa a guiar o comportamento da nobreza e da burguesia europeia nos séculos XVII e XVIII. Nobert Elias mostra

³⁷ En effet, le terme resume l’avance que la société occidentale des deux ou trois derniers siècles croit avoir prise sur les siècles précédents et sur les sociétés contemporaines plus “primitives”. C’est par ce même terme que la société occidentale tente de caractériser ce qui la singularise, ce dont elle est fière : le développement de sa technique, ses règles du savoir-faire, l’évolution de sa connaissance scientifique et de sa vision du monde, et beaucoup d’autres choses de ce genre (ELIAS, 1979, p. 11).

que, na Alemanha, as cortes imitavam, mesmo com meios insuficientes, a vida na corte de Luis XIV e falavam o francês. Todas as “honettes gens”, todas as pessoas importantes, respeitáveis se expressavam em francês. O uso da língua francesa era a marca das classes superiores. E quando se falava o alemão era de bom tom utilizar palavras ou expressões francesas em meio a frases. “A partir dos cortes principescas, o francês ganha espaço nas altas camadas da burguesia” (ELIAS, 1973, p. 20-21).

O Brasil, colônia portuguesa, foi sede do Império de 1808 a 1821. Com a chegada da família real, um novo modo de vida dominante na Europa difundiu-se na sociedade brasileira, principalmente entre os que viviam na capital, Rio de Janeiro, que estavam mais próximo da nobreza que habitava a corte. Novos hábitos e normas foram impostos e divulgados pelas diversas províncias através de legislação, códigos de posturas que as sociedades locais, através do contato e da literatura importada, foram absorvendo.

A chegada da corte gerou problemas de ordem demográfica e habitacional, pois a cidade não estava preparada para receber moradores de hábitos tão diversos em termo de “consumo, lazer, higiene, moradia etc.” Os ritmos econômicos impressos ao Brasil acentuavam as deficiências urbanas da capital. “Por outro lado, indústria e comércio internacionais precisavam modernizar a rede de serviços urbanos e a rotina de subsistência da população, a fim de escoarem seus produtos” (COSTA, 1989, p. 52).

A sociedade brasileira passou por um processo de “reeuropeização”, segundo Gilberto Freire. Uma série de mudanças nos hábitos coloniais “como a progressiva ocidentalização das velhas influências orientais na cidade e na população”, mostra o alcance dessas modificações (COSTA, 1989, p. 53).

Jurandir Freire da Costa (1989), ao analisar o processo de urbanização e higienização da família colonial brasileira no início do século XIX, ressalta o papel dos médicos e da disciplina. Para implementar esta mudança, os meios utilizados foram a lei, a punição e o aparelho jurídico-policia como instância e parâmetro de correção. Ele mostra que “a transformação do espaço urbano procurava atender, exclusiva-

mente, ao bem-estar e ao enriquecimento da aristocracia portuguesa e do capitalismo europeu” (COSTA, 1989, p. 53).

Para exemplificar como se deu a imposição de novos costumes, Costa analisa dois fatos: a lei das aposentadorias e a da ordem de abolição das rótulas. “Pela lei das aposentadorias, os membros da administração real tinham o direito de requisitar casas particulares para sua estadia em cidades onde iam realizar inspeções jurídicas, fiscais etc.” Com a chegada de D. João, aristocratas e serviçais da corte passaram a fazer uso da lei sistemática e inescrupulosamente. Residências das pessoas mais ricas foram tomadas de seus proprietários sem nenhuma indenização ou ressarcimento, o que gerou grande descontentamento e desavenças entre portugueses e “brasileiros” (COSTA, 1989, p. 54).

As rótulas e gelosias, elementos arquitetônicos de influência árabe nas edificações portuguesas, eram empregadas abundantemente nos sobrados e nas casas das classes mais abastadas do Brasil Colônia. Estes elementos foram considerados pelos “aristocratas portugueses, políticos e comerciantes europeus” como “sintoma de atraso cultural e ‘barbárie’ estética, donde a ordem de extinção”. Jurandir Freire da Costa observa que a abolição das rótulas visava prevenir os atentados políticos e favorecer economicamente o comércio europeu. “Além disso, eram fabricadas em madeira, e à indústria europeia interessava comercializar grades de ferro e vidraças” (COSTA, 1989, p. 54-55).

O presidente Alencar (1834-1837) pensou no processo de civilização do povo cearense, ou seja, no “melhoramento da raça” e no seu avanço tecnológico. Para isto, buscou trazer “artistas europeus que viessem trabalhar nas obras públicas da província”. Em ofício de 28.5.1835, considerava que, dentre os melhoramentos que poderia promover, estava a colonização estrangeira, que “me tem parecido um dos mais importantes, e por isto não tenho cessado de aplicar a ella os meos cuidados[...]” (NOGUEIRA, 1889, p. 123-124).

O presidente, em carta de 20.1.1836, ao cônsul geral do Brasil, em Lisboa, ressaltava a necessidade de importar “braços industriosos” que impulsionassem a nossa agricultura, pois a província do Ceará era “assáz extensa e muito despovoada”. Depois de travar uma longa correspondência com o cônsul, em junho de 1837, chegam a Fortaleza 120

colonos das Ilhas de Açores. O historiador Paulino Nogueira, ao analisar os relatórios do presidente Alencar, avalia como positiva a vinda destes migrantes, pois eram:

Todos, homens válidos, trabalhadores e bem comportados, que fizeram fortuna e constituíram famílias numerosas e honradas, que ainda hoje honram-lhes o sangue e o nome com uma descendência abastada e conceituada, composta de estimáveis conterrâneos e dignos concidadãos (NOGUEIRA, 1889, p. 130).

Com o objetivo de melhorar o estado de viação da província, Alencar mandou contratar mão de obra especializada na Europa, como fazia a monarquia. No Palácio do Governo do Ceará baixou a seguinte Portaria em 15.9.1836;

O Presidente da província, autorizado pela Lei Provincial nº 43 de 14 do corrente mez para mandar engajar em S. Cloud 50 trabalhadores adestrados na factura de estradas, para serem empregados nas obras públicas desta mesma (NOGUEIRA, 1889, p. 131).

Este fato foi motivo de chacota na Câmara Temporária no Rio de Janeiro, pois a oposição, que já se levantava veemente contra a administração de Alencar, procurou “metê-lo ao ridículo”. Na sessão de 19 de julho de 1837, o deputado pela Bahia, Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquez de Abrantes, criticou o presidente:

O dictador procura captar a benevolência do Governo Geral, imitando-o em grandes medidas; manda o nosso Governo buscar agricultores a Fellemburg; o Presidente do Ceará manda buscar trabalhadores a St. Cloud na França! ... a St. Cloud, Senhores, sítio que só é notável, porque nelle há um palácio de verão dos Reis da França! ... (risadas). Entretanto eu não posso deixar de felicitar ao Sr. Alencar por se haver voltado tanto para a monarchia! Já não quer trabalhadores sinão Reaes! (NOGUEIRA, 1889, p. 134).

Apenas 16 franceses foram contratados e chegaram ao Ceará em janeiro de 1838. Para Nogueira (1889, p. 135): “A Colonisação européa, promovida por Alencar, bem que diminuta, muito deveo o Ceará”.

Com a abertura dos portos, decretada por D. João VI, as relações comerciais de cada província passaram a ser feitas diretamente com o exterior, o que permitiu não só as trocas de mercadorias, mas também contatos culturais e a fixação de estrangeiros nestas províncias. O Ceará, que foi dependente administrativamente da província de Pernambuco até 1799, tinha suas relações comerciais quase que exclusivamente com a praça do Recife. O governador Luiz Borba Alardo de Menezes, em 1809, “pondo-se a testa da agricultura e do commercio, conseguiu por meio de associações, que os negociantes da capitania abrissem comunicação directa com alguns portos da Europa (Lisboa e Liverpool)” (BRASIL, 1863/1997, p. 413).

Senador Pompeu considerou que esta tentativa teria produzido “excellentes resultados, deu animação à cultura do algodão, e teria desenvolvido os recursos da terra”, se alguns obstáculos como a presença de “corsários francezes, e depois os de Artigas, e mais tarde os de Buenos-Aires, sem fallar nas convulsões políticas de 1817 e 1825, não tivessem contrariado essa indústria nascente” (BRASIL, 1863/1997, p. 413).

No Ensaio Estatístico da província do Ceará, publicado em 1863, o Senador Pompeu afirma que havia “commercio directo desta capital (onde há alfandega) com praças estrangeiras dos Estados-Unidos, Inglaterra, Portugal, França, Allemanha, e Itália.” Existiam na capital sete casas importadoras, sendo uma inglesa, uma alemã, uma suíça, uma francesa, duas portuguesas, e uma brasileira. O comércio se fazia “directamente com o estrangeiro, ou indirectamente por cabotagem, ou finalmente de mercadorias nacionaes com as praças do Imperio” (BRASIL, 1863/1997, p. 414).

Fortaleza também civiliza-se quando entra na rota do mundo, quando se insere na divisão internacional do trabalho, quando passa a exportar algodão, peles etc. e consumir produtos distribuídos em amplitude mundial.

O sociólogo americano Robert Park, da Escola de Chicago, relaciona a ideia de civilização à cidade a qual é “a criação mais imponente do homem, o mais prodigioso artefato humano. Portanto, devemos conceber nossas cidades, não apenas como centros de população, mas como oficinas de civilização e, ao mesmo tempo, como o *habitat* natural do

homem civilizado”. A civilização moderna, diferentemente das civilizações precedentes, atinge uma escala mundial, “atraindo para o seu vasto círculo as mais distantes regiões e os mais isolados povos do mundo”. Esta visão de civilização de Park enquadra-se dentro do atual discurso de globalização. “Por toda a parte encontram-se evidências da integração e interpenetração de povos e culturas” (PARK, 1970, p. 593).

No Brasil das “ilhas econômicas”, as relações comerciais se faziam diretamente com a Europa e EUA. Em Fortaleza, destacou-se a Casa Exportadora dos Irmãos Boris. Graças ao grande poder econômico destes irmãos, o mar era denominado popularmente de açude do Boris. Através da Casa Boris muitos bangalôs de Fortaleza foram decorados com móveis, louças, grades de ferro e outros objetos de origem europeia. Esta casa importou a estrutura metálica do Teatro José de Alencar e dos três galpões do Mercado da Praça da Carolina.

A “aristocracia cearense” vestia-se com tecidos e segundo a moda europeia. As jovens dominavam o francês e o piano. Isto caracterizava a “civilidade”, a “urbanidade” daqueles tempos, como se pode observar em trechos do romance *A Normalista* de Adolfo Caminha (1973), publicado no final do século XIX. Os anúncios, em jornais da época, deixavam captar o interesse pelos produtos consumidos na cidade. O Jornal *Constituição* (5.10.1865) anunciava os produtos chegados de Liverpool, via Lisboa, pela barca Flor de S. Simão: bebidas (genebra holandesa, cervejas “Bass” e “Tenente”; vinho tinto PRR); suprimento variado para cozinha e mesa: azeite doce, alho, arroz indiano, canela, cravo, pimenta da Índia, doce em calda; e mais louça inglesa, cadeiras importadas de “diferentes feitiços”, ferros suecos, cera branca em velas, velas “stearinas”, flor de alfazema, papel para tipografia, chapas para fogão etc. (CAMPOS, 1988, p. 103).

No jornal *Pedro II*, de 1867, um alfaiate se anunciava em inglês. O comércio supria a população feminina “de um tudo em matéria de moda”. As mulheres, que eram mais cidadinas, se interessavam pelos “veludos, as ‘cachemiras’, as sedas, as rendas de Molechinia e das Valenciennes” (CAMPOS, 1988, p. 90).

Durante a segunda metade do século XIX, “impõe-se aos mundanos elegantes a moda francesa (Figuras 20, 21 e 22).

Figura 20 – Publicidades – Almanak Hénault (1913)



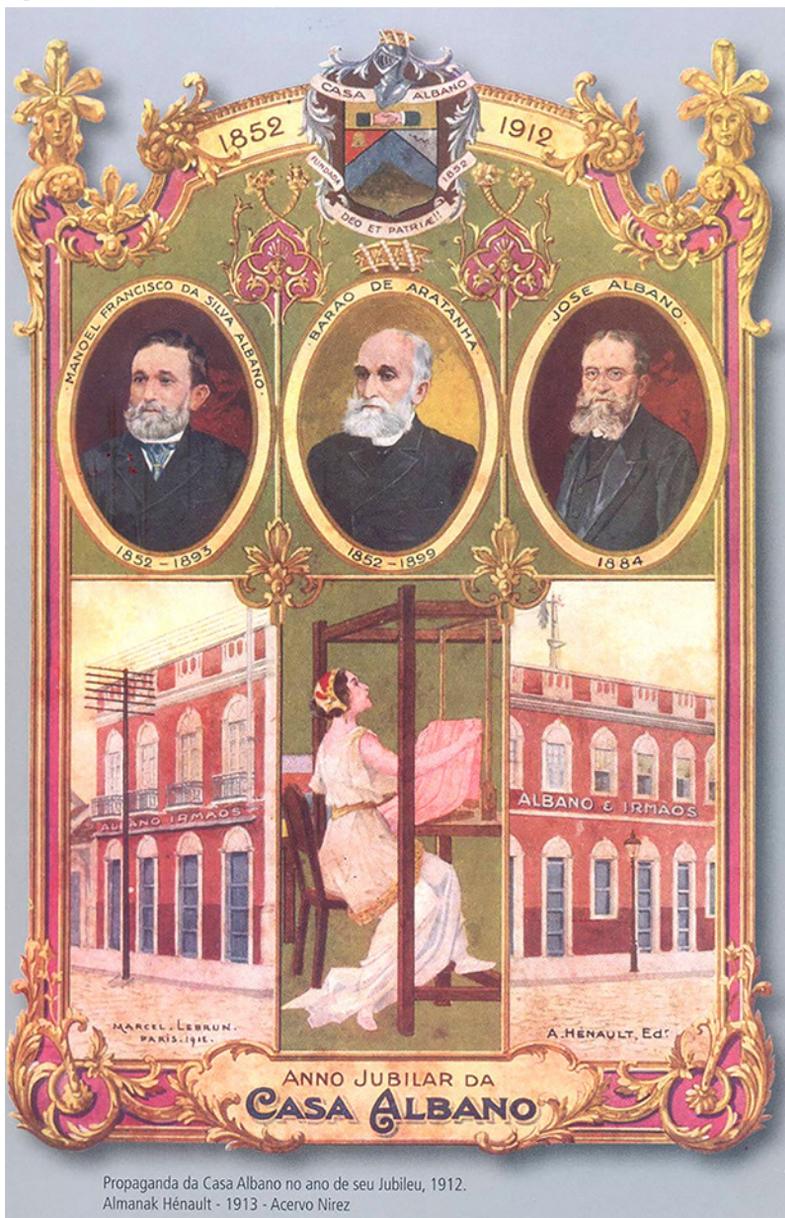
Fonte: Arquivo Nirez (1991).

Figura 21 – Magasine Torre Eiffel – Rua Major Facundo



Fonte: Arquivo Nirez (1991).

Figura 22 – Casa Albano - Almanak Hénault 1913



Fonte: Arquivo Nirez (1991).

Casas, como a ‘Loja Americana’, vendem ‘chapéus franceses muito finos, última moda de Paris’ (...) e de igual procedência tem os mais abonados ‘calçados para Sra.’ e redes, seguramente parisienses, muito afamados[...].” (CAMPOS, 1988, p. 103).

Os poucos teatros existentes eram frequentados pela sociedade fortalezense. Em 1830, as encenações eram feitas no pequeno teatro Concórdia, chamado Casa da Ópera. Depois, com a mudança de endereço, em 1842, passou a chamar-se de Thaliense. As peças eram de autores que faziam sucesso na Europa. No teatro Thaliense, exibiu-se, com sucesso, Emília Neves, em 14.6.1868, encenando a “Dama das Camélias”, de Alexandre Dumas, que se tinha publicado em 1852, na França (CAMPOS, 1988, p. 103). Este teatro resistiu até 1872. Outros surgiram até a construção, em 1910, do teatro oficial – José de Alencar (Figura 23), como o Teatro São José, em 1876, o Teatro de Variedades, em 1877, depois chamado S. Luís (GIRÃO, 1979, p. 138-140).

Os bailes se davam nos palacetes, nos sobrados ricos e mesmo na moradia do presidente: “Na ausência de salões para as festas, o

Figura 23 – Teatro José de Alencar



Fonte: Arquivo Nirez (1991).

Palácio do Presidente, nos dias de grandes comemorações, abre as portas a dançarinos, pessoas de bom-tom que cumprem o ritmo e os passos de quadrilhas francesas, polkas, ‘schotischs’ etc.” (CAMPOS, 1988, p. 90). Com o surgimento do Clube Cearense, em 1867, e do Clube Iracema, em 1884, outros espaços abriram-se para os jogos de recreação (GIRÃO, 1979).

A França, o grande modelo cultural, estava presente através das irmãs de caridade, com o Colégio Imaculada Conceição (Figura 24) e a Santa Casa de Misericórdia, dos padres da Congregação de S. Vicente de Paula (Seminário) e, principalmente, da literatura, suscitando na “elite culta” da província o desejo de criar, em 1872, uma Academia Francesa, em Fortaleza. As classes abastadas mandavam os filhos estudar em Paris, Londres, Montpellier, Lisboa etc., de onde voltavam formados em Medicina, Engenharia... Ingleses e franceses, atraídos pelo comércio de exportação de algodão e de importação, criaram laços, casando-se com moças da terra, e hoje os seus descendentes fazem parte das tradicionais famílias cearenses: os Boris, os Studart, os Ellery, os Smith....

Figura 24 – Colégio Imaculada Conceição (1949)



Fonte: Arquivo Nirez (1991).

Adolfo Caminha, romancista cearense do final do século XIX, “foi sempre fiel à estética naturalista, iniciada na França, com Émile Zola”. A Fortaleza descrita no seu romance *A Normalista* ressaltava a busca de imitar modos europeus. A influência da “civilização francesa” marcava os hábitos da população cearense, principalmente da “burguesia”. O personagem João da Mata criticava a escola de formação religiosa das irmãs de caridade e defendia a escola laica, conquista do ministro da Educação da França, Jules Ferry, no final do século XIX:

Queria a educação como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagoga, onde as meninas desenvolvem-se física e moralmente como a rapaziada de calças, com uma rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas de casa, sem a intervenção inquisitorial da irmã de caridade. Não compreendia (...) como pudesse instruir-se na prática indispensável da vida social uma criatura educada a toques de sineta, no silêncio e na sensaboria de uma casa conventual entre paredes sombrias, com quadros alegóricos das almas do purgatório e das penas do inferno; com o mais lamentável desprezo de todas as prescrições higiênicas, sem ar nem luz, rezando noite e dia - “ora pro nobis, ora pro nobis. (...) O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventilhos: uma calamidade pior que a seca (CAMINHA, 1973, p. 29-30).

O discurso higienista dominante na Europa foi ressaltado ao descrever o personagem Zuza, estudante de Direito, em Recife, filho de família importante da província do Ceará.

Adorava a boêmia, mas a boêmia que não cospe no assoalho e que toma banho uma vez ao menos por dia. Nisso de asseio... era correto ... Ma cabine à coucher, dizia Zuza, mostrando aos amigos este interior confortável de boêmio rico (CAMINHA, 1973, p. 97).

Através da personagem Maria do Carmo, a normalista, descreve os costumes parisienses do presidente da província, Dr. Caio Prado, que morre de febre amarela na seca de 1888.

Não podia se conformar com a idéia da morte do presidente, o homem da moda, o “querido das moças”, o grande amigo do Ceará, que tantos benefícios fizera a essa província, mandando construir açudes no sertão, reconstruindo o passeio público, ativando as obras do porto, facilitando a emigração, prodigalizando esmolos, e, finalmente introduzindo em Fortaleza certos costumes parisienses, como por exemplo, o sistema de passear a cavalo a chouto, de aparar a cauda aos animais de sela. Lembrava as qualidades do fidalgo paulista [...] (CAMINHA, 1973, p. 180-181).

A “mania do brasileiro” querer imitar a arquitetura e a moda europeia, inadequadas à realidade dos trópicos e que não levava em consideração o clima e as necessidades da população local, era criticada por alguns pensadores, como o médico Afrânio Peixoto.

Neste clima, para tratar dos rudimentos de biologia, fisiologia e higiene, quais são as necessidades humanas de alimentação, vestuário, costumes sanitários, defesa contra as infestações e infecções, autoctones e forasteiras? Havemos para nossa nutrição de citar tabelas de Voit, Rubner e Atwater? Adotar e suportar a moda de Paris, Londres ou Nova York, embora em hemisférios opostos? Copiar as posturas municipais das velhas cidades européias, com os defeitos da rotina, todas as prementes necessidades de climas diversos e hábitos descontraídos? Legislar sobre saúde pública, pelos regulamentos dos chamados países cultos, sem nenhum resguardo aos hábitos do nosso povo, dessa indisciplina americana, tão cara em certos momentos, tão perniciosa quando uma necessidade assume o aspecto de coação, e que é preciso contornar para vencer? (PEIXOTO, 1938, p. 315).

O chamado processo de “civilização”, de urbanização da sociedade fortalezense foi lento e marcado pelas ideias dominantes na Europa. Ainda não se estava no atual processo de globalização da sociedade, mas o comércio, a difusão cultural e científica muito contribuíram para a disseminação e domínio da cultura, da civilização ocidental.

O processo de urbanização e de urbanidade, vistos como civilização e civilidade da população cearense, deixou marcas na literatura e

na sociedade local e pode ser recuperado e reconstruído através da consulta nos inúmeros documentos, jornais e livros que retrataram a realidade local nos séculos XIX e XX. A população e a cidade incorporaram várias das normas estabelecidas.

No entanto, esta tentativa de civilizar, higienizar e disciplinar a sociedade fortalezense tornava-se mais difícil em momento de longas estiagens, pois a migração para a capital desorganizava o espaço e favorecia a disseminação de doenças. Os milhares de migrantes de hábitos rurais, acomodados em praças e abarracamentos, tinham dificuldades em entender e respeitar as normas de urbanidade. O próximo capítulo apresenta as dificuldades de gerir o espaço de Fortaleza durante a seca de 1877-1879, que foi acompanhada por uma devastadora epidemia de varíola.

ABARRACAMENTOS: gestão do ambiente urbano nos períodos de secas e epidemias³⁸

A higiene pública das cidades devem ser dirigidas e monitoradas com cuidado. Durante os períodos de epidemia, é preciso garantir a ventilação, a remoção de todos os focos de infecção e a fiscalização dos mercados, observando o estado e a qualidade das mercadorias. Deve-se aguar as estradas durante os períodos mais quentes e remover a lama no inverno e durante a estação chuvosa. A observação de todas estas regras pode, pelo menos, reduzir a ação dos miasmas e a intensidade da doença que estes produzem. Finalmente, a administração deve tranquilizar a população através de publicações apropriadas. Os indivíduos colocados no centro da ação dos miasmas devem observar rigorosamente as regras de higiene [...]. Além disso, deve evitar variações bruscas de temperatura; ter uma dieta saudável, suficiente e sem exageros; deve evitar os excessos da mesa os excessos sexuais, e qualquer exercício muito violento, e toda ocupação muito extenuante; deve se afastar das preocupações morais mais angustiantes, visando evitar a epidemia. Resumindo, deve-se moderar em tudo, e levar uma vida doce, calma e tranquila (BECQUEREL, 1877, p. 241).³⁹

³⁸ Grande parte deste capítulo foi publicado na revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro (vol. 11(1), jan. / abr. 2004), com o título *Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza*.

³⁹ L'hygiène publique des villes doit être dirigée et surveillée avec soin. Durant les époques d'épidémie, il faudra veiller à la ventilation, à l'éloignement de tous les foyers d'infection et à la police sanitaire des marchés, sous le rapport de la bonne qualité et du bon état des denrées. On procédera à l'arrosage des voies publiques durant les grandes chaleurs, et à

A seca de 1877 foi uma das mais danosas já enfrentadas pelo Ceará. Tendo se estendido até 1879, fez-se acompanhar de violenta epidemia de varíola e atraiu para Fortaleza expressivo número de migrantes, multiplicando a população local. A cidade, entretanto, não dispunha de infraestrutura para atender a multidão de miseráveis a se alojar em seus arredores. Apesar do esforço da administração para implementar as medidas recomendadas pelo corpo médico, fundamentadas nos tratados de higiene europeus, como os de Becquerel (1877) – limpeza do espaço urbano, higienização, vacinação e organização da população em abarracamentos a sota-vento da cidade etc. –, nada impediu a disseminação da varíola. A mortandade foi assustadora.

Os longos e sucessivos períodos de estiagem que a província enfrentava desestruturavam a economia e alteravam o ambiente natural e urbano. Grandes contingentes de migrantes ocupavam as praças e os arredores da capital, contribuindo para agravar o desequilíbrio entre a população e a disponibilidade de alimentos e de habitações. Eram períodos nos quais se desorganizavam os serviços públicos, o que exigia, posteriormente, um desmedido esforço para reestruturar o espaço urbano prejudicado pelo aumento do contingente populacional.

Este capítulo visa analisar a gestão do espaço urbano durante os períodos de exceção, das longas secas, em que a migração para as cidades provocava o amontoamento da população, propiciando as condições para um ambiente doentio. As práticas médicas e urbanas visavam evitar a disseminação de doenças e a formação de uma constituição médica epidêmica.

l'enlèvement des boues en hiver et durant les saisons pluvieuses. L'attention accordée à l'observation de toutes ces règles est susceptible, au minimum, de diminuer l'action des miasmes et l'intensité de la maladie qu'ils produisent. Enfin, l'administration essaiera de rassurer le moral des populations par des publications appropriées. Les individus placés dans le centre d'action des miasmes doivent observer scrupuleusement les règles d'une hygiène sévère, tout en se rapprochant le plus possible, cependant, du genre du vie qui leur est habituel. On évitera aussi les variations de température et le froid; on aura recours à une alimentation saine, médiocrement abondante, mais suffisante, légèrement tonique; on évitera avec le plus grand soin les excès de table, les excès génitaux, et tout exercice trop violent, toute occupation trop assidue; on tâchera d'éloigner enfin les préoccupations morales trop pénibles, la crainte trop vive de l'épidémie. Pour résumer, on sera modéré en tout, et on mènera une vie douce, calme et tranquille (BECQUEREL, 1877, p. 241).

O discurso médico sobre o urbano contribuiu para modificar a visão da cidade e legitimar as intervenções do poder público. Em função do desenvolvimento da ciência médica, estes profissionais se tornaram observadores do social e do meio urbano e elaboraram uma nova leitura da cidade, do ponto de vista da saúde.

O cenário: a Fortaleza salubre do século XIX

Antes da terrível seca de 1877-1879, o Ceará viveu um período de crescimento da economia. Fortaleza floresceu como capital da província beneficiada pela sucessão de boas chuvas e colheitas e pelos altos preços do algodão no mercado internacional. A estabilidade climática favoreceu a economia e a salubridade da cidade. De fato, a imagem de Fortaleza, no relato de escritores cearenses e viajantes que percorreram a província em meados daquele século, era a de uma cidade saudável e muito asseada. Localizada à beira-mar, com solo arenoso, clima seco e ameno e uma ventilação capaz de varrer para longe os miasmas, a cidade tinha ainda a vantagem de contar com uma elite política que, mediante legislação provincial, definia uma série de normas urbanas sanitárias capaz de prevenir ou evitar catástrofes maiores em situações calamitosas, como a da seca de 1877.

Orientada pelo discurso higienista e pressionada pelos médicos da província, a administração havia adotado algumas medidas, objetivando garantir a salubridade da população. Por meio de códigos de posturas, disciplinava-se o crescimento da cidade e o comportamento dos habitantes e definiam-se normas de construção. Com base nos tratados de higiene pública, aterravam-se alagados e pântanos, calçavam-se ruas, construíam-se cemitérios, jardins, lazaretos, escolas e quartéis. As edificações insalubres – hospital, cadeia, cemitério – eram localizadas a sotavento do centro da cidade. Essas normas, calcadas no discurso médico, interferiram decisivamente na forma da expansão urbana de Fortaleza.

O aspecto de cidade limpa era ressaltado por viajantes estrangeiros. O casal suíço-americano Agassiz, em 1865, destacou que a salubridade resultava da localização da cidade, “assim collocada entre as montanhas e o mar” (AGASSIZ, 1938, p. 53). O engenheiro paulista

André Rebouças, em seu diário e notas autobiográficas, considerava Fortaleza a cidade mais limpa do Brasil. “A exceção de Tours, não vi nenhuma na Europa que nesse particular a igualasse; parece ter-se pintado e caiado na véspera, para ser vista pelo estrangeiro” (BRAGA, 1960, p. 41).

Com uma população em torno de 16 mil habitantes, contando com os subúrbios ocupados por casas de palha, a taxa de mortalidade anual era de 440 óbitos, em 1863 (BRASIL, 1863/1997, p. 22-23).

O diagnóstico médico foi estabelecido pelo inspetor de Higiene Pública da província, Dr. José Lourenço de Castro e Silva, que considerou a cidade saudável. Em relatório da Inspeção de 22.4.1868 ao presidente da província, destacou a relação entre a salubridade e o clima e deu ênfase ao asseio e à higiene de Fortaleza como elementos importantes para a saúde da população:

O aceio da cidade deve também concorrer para tornar mais benignas essas condições hygienicas. A excepção de algum esterquilinio em lug ares afastados das ruas, nenhum aspecto desagradável ou repulsivo se offerece a vista... Não existe, pois, sob nossa athmosphera nenhum foco deletério que damnifique por suas emanações a benignidade do ar que respiramos (RELATÓRIO, 22.4.1868, p. 2).

Esse médico atribuiu à localização e aos ventos gerais o grau superior de salubridade de Fortaleza em relação a outras cidades do Império. Afirmou que, além dos aspectos de ordem natural, contribuíram para isto a adoção dos modernos preceitos da arquitetura, o asseio da cidade, os hábitos alimentares e a dedicação de seus moradores ao trabalho. Castro e Silva definiu salubridade:

Compreendendo a “salubridade pública” o que diz respeito aos cuidados de asseio da cidade, cousa alguma tenho a notar a não serem alguns depósitos de lixo... Compreendendo ella as substâncias alimentícias, são estas saudáveis, não sendo expostos a venda gêneros corrompidos. Entrão também as casas, construídas hoje segundo os são preceitos, as ruas bem largas e direitas, prestando ao bom estado de salubridade e belleza que

gosa esta cidade. Não existindo officinas que possam damnificar a salubridade pública; estando o hospital da Mizericórdia em muito boas condições, sendo as inhumações feitas convenientemente, devo attribuir a tudo isso que abraça a hygiene pública, o não desenvolvimento das epidemias que tem assolado outras províncias do império (RELATÓRIO, 6.5.1873).

Seca 1877-1879, desestruturção urbana e práticas médicas

Durante a década de setenta, com exceção do ano de 1874 e da grande seca de 1877-1879, a província do Ceará manteve relativa estabilidade climática. Foram anos de excelente estação chuvosa em que a precipitação, na capital, variou de 1.440 a 2.290mm (BRASIL, 1922). Favorecida pelas chuvas, tanto a produção de algodão e de culturas de subsistência como as criações de gado apresentaram notável crescimento, garantindo alimentação farta para a população sertaneja e para a dos centros urbanos.

Este quadro, entretanto, foi drasticamente alterado pela seca de 1877-1879. Com a elevação da temperatura e o reduzido índice de precipitações, as lagoas e riachos secaram, as culturas foram devastadas e o gado foi morrendo de fome e sede. Com a escassez de água e de alimentos no interior, a população sertaneja começou a migrar para as cidades das regiões litorâneas, principalmente para a capital, que não tinha como abrigar aquele excedente populacional.

Fortaleza também sofria os efeitos da seca, registrando índice de precipitações pluviais de 469mm para todo o ano de 1877. Com a elevação da temperatura, produzia-se rápida evaporação das águas estagnadas, deixando expostas as matérias orgânicas decompostas “pela acção do calor e humidade”. O contato com essas sujeiras provocou a disseminação de “epizootias” entre os animais de rua e os domésticos.

Até julho de 1877, apesar da falta de chuva, o presidente da província do Ceará, desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, considerava a situação sob controle. Os relatórios oficiais mencionam apenas alguns casos de febre amarela na capital, que atacava, principalmente, os “estrangeiros e nacionais recém-vindos” e manifestações de

febres intermitentes e paludosas em algumas localidades (RELATÓRIO, 2.7.1877, p. 19). O presidente, partidário fervoroso do discurso higienista, considerava importante o respeito às prescrições médicas para evitar as epidemias.

Em quanto as leis da hygiene não forem consultadas e seguidas como o elemento mais poderoso e o meio preventivo mais útil para aparar os golpes das epidemias, deixando seus focos de infecção e as causas mórbidas que concorrem para desenvolvê-las não será possível contemplar um estado sanitário sempre lisonjeiro e afastar os olhos de alguns desses males que tomam posição saliente na lista dos soffrimentos humanos (RELATÓRIO, 2.7.1877, p. 19).

A administração tentava observar as regras de hygiene pública em Fortaleza, seguindo, dentro do possível, as recomendações dos tratados médicos para diminuir “l’action des miasmes et l’intensité de la maladie”, que eram produzidas em época de epidemia.

No entanto, o ambiente da cidade, com a leva de retirantes a adensar gradativamente a população, favorecia o desenvolvimento de alguns tipos de moléstias e a propagação das epidemias. Esta era a opinião do inspetor Dr. João da Rocha Moreira para quem as febres estavam relacionadas à alteração climática, ao local das habitações, à falta de hygiene e à pobreza da população: “As febres infecciosas de diversos tipos foram as que mais reinaram, formando por si só a constituição médica dominante. As febres paludosas e as affecções do aparelho gastro-hepático grassaram em muitos pontos da província”. Estas febres atacavam, de preferência, as classes menos favorecidas da fortuna, “que por ignorância ou sceptismo habitão as proximidades dos pântanos e nenhuma regra de hygiene adoptam para se preservarem da influencia perniciosa dos miasmas paludosos” (RELATÓRIO, 29.5.1877, p. 3).

A alteração do estado sanitário, que se tornava “melindroso” em decorrência das condições “climatéricas” da província, da “aglomeração do povo em diversas localidades” e da “inobservância das leis de hygiene”, preocupava o presidente Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa. Além de lutar contra as febres, ele providenciou a vacinação, em larga

escala, na capital, pelos médicos do corpo de saúde⁴⁰, e organizou um serviço de recepção aos emigrantes: alojamento, socorros, tratamentos e construção de abarracamentos nas imediações da cidade. Em novembro de 1877, estavam abrigados em abarracamentos 38.931 emigrantes e tinham sido vacinadas 10.000 pessoas na capital (RELATÓRIO, 23.11.1877, p. 11-12).

Os administradores dos abarracamentos utilizavam parte dos recursos vindo de outras províncias e da capital do Império para realização de obras, mobilizando os emigrantes, que demonstravam “ordem, disciplina e morigeração”. O presidente Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, com o objetivo de tornar produtivos os gastos feitos com a assistência pública, criou oficinas de trabalho e iniciou diversas obras, incentivando a ocupação do corpo e mente dos migrantes. Considerava conveniente ocupar as “classes laboriosas que a seca reduzia inactivas”, distraíndo-as da ociosidade, “elemento creador de vícios e perversão dos sentimentos humanos”. Conciliava, assim, a necessidade moral do trabalho e o aproveitamento de braços válidos. Desta forma, corrigia “o consumo estéril que, em épocas anteriores e de igual calamidade, fez-se dos socorros públicos, colhendo-se das lições da experiência o ensino que ella ministrava, para ficarem alguns monumentos commemorativos da passagem pela província dos penosos sacrificios feitos pelo Estado” (RELATÓRIO, 23.11.1877, p. 22).

O conselheiro João José Ferreira Aguiar assumiu a presidência da província no final de 1877, quando a crise se acentuava. Inspirado em conselhos da corporação médica para minorar os efeitos das “terríveis moléstias”, determinou algumas medidas preventivas como: asseio dos abarracamentos, evitação de aglomerações de indivíduos nos mesmos compartimentos, “que por si sós, bastam para corromper

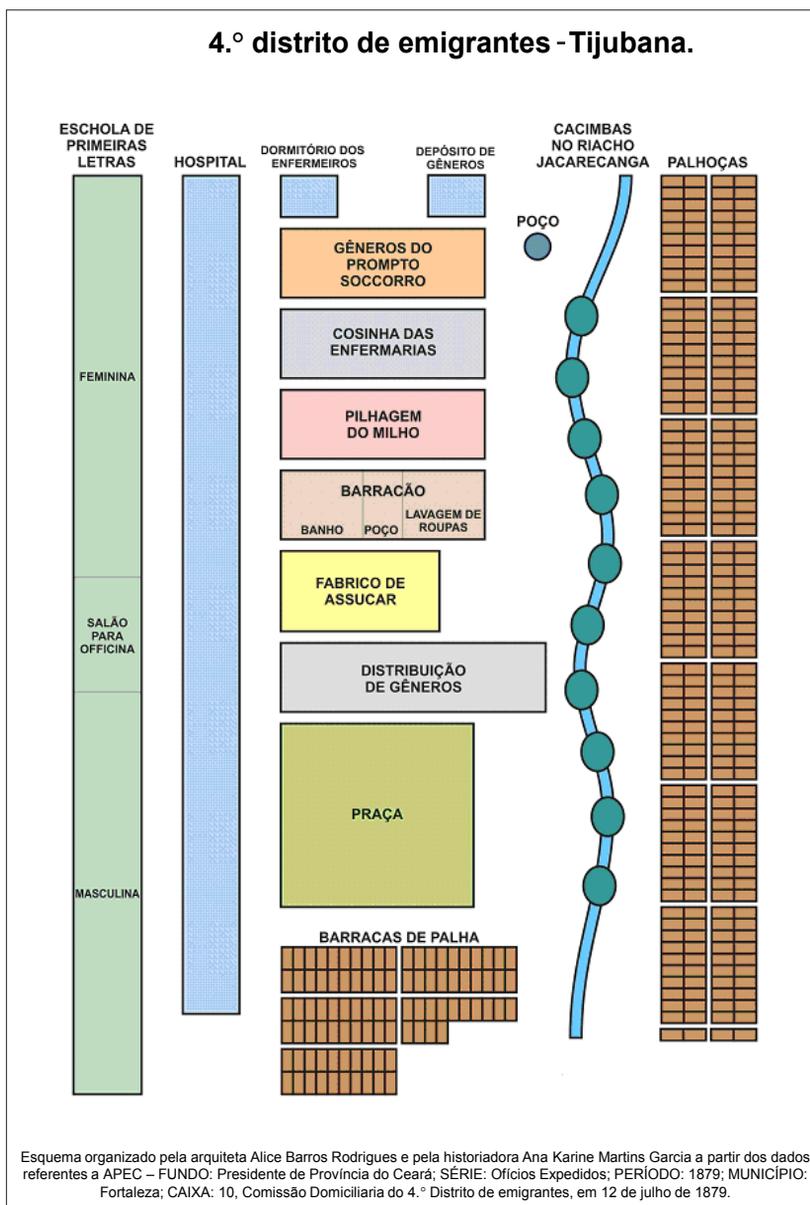
⁴⁰ Do corpo médico faziam parte José Lourenço de Castro e Silva (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1837), Antônio Manoel de Medeiros (Faculdade de Medicina da Bahia, 1852), Meton da França Alencar (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1870), Francisco Jacintho Pereira da Motta, Pedro Augusto Borges (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873), Antonio Pompeu de Souza Brazil (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873) e o inspetor da saúde pública - João da Rocha Moreira (Faculdade de Medicina da Bahia, 1869) (BARROS LEAL, 1979).

o ar e danificar a saúde”; construção de enfermarias; divisão razoável entre as famílias emigrantes, “de maneira a serem mais regularmente socorridas, inspecionadas e tratadas, nos casos de moléstia” (RELATÓRIO, 22.2.1878, p. 6).

A situação se agravou durante o ano de 1878. Em novembro, o novo presidente da província, dr. José Júlio de Albuquerque Barros, apresentou um quadro desolador da província do Ceará, que contava com mais de 200.000 emigrados do interior, agrupados nas cidades e vilas do litoral. Na capital, prédios públicos alojavam retirantes, enquanto praças e travessas eram convertidas em abarracamentos. Entre as causas apontadas pelo presidente para o agravamento do quadro de enfermidades estavam: elevação da temperatura; aglomeração da população em perímetros acanhados e infectos; falta de asseio nas “classes menos educadas”; deficiência e má qualidade da alimentação, especialmente das águas e das carnes; matérias orgânicas em decomposição dispersas nas cidades e nos campos (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 36).

Diante da situação de calamidade, o presidente nomeou uma comissão médica para remover as causas “que maleficamente actuavam no estado sanitário da província” e que passou a ditar normas, de acordo com as teorias dominantes, visando garantir a higiene pública: limpeza da capital, asseio de praças e ruas; remoção para sota-vento da cidade de todos os abarracamentos existentes do lado oposto; construção, em lugares abertos e arejados, de novos alojamentos (Figura 25), dispostos de modo a formarem grandes quadriláteros com uma área central de 200 a 300 metros, estabelecendo em cada um deles uma enfermaria, depósitos de gêneros, cozinha com capacidade para preparar o alimento diário de duas a três mil pessoas, lavanderias e outros acessórios indispensáveis ao asseio; autorização de fornecimento de carne verde e dietas aos enfermos; limpeza das bacias do Pagehú, da lagoa do Garrote; extinção dos charcos da praia; abertura de poços para suprimento de água potável de boa qualidade à população (RELATÓRIO 1.11.1878, p. 37).

Figura 25 – Estrutura do abarracamento Tjubana (4.º Distrito), que alojava emigrantes durante a seca 1877-1879



Fonte: Garcia (2006).

Cabia aos administradores gerais dos abarracamentos e aos inspetores de cada seção o cuidado com a limpeza dos alojamentos e lugares circunvizinhos, empregando, nesse serviço, as famílias sob sua direção para que o lixo fosse soterrado a distância conveniente das habitações e do lado oposto aos ventos reinantes; para que os retirantes se banhassem frequentemente pela manhã em água doce ou salgada, lavassem sua roupa e se abstivessem de quaisquer excessos; para que fossem fornecidas esteiras aos que não tivessem cama ou rede; para que se requisitassem prontos-socorros médicos para enfermos; para que se proibisse a mendicância de grupos de indigentes nas ruas da cidade; para que se empregasse a maior diligência no transporte dos cadáveres para o depósito do cemitério (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 37).

Outras providências também foram tomadas, tais como limpeza dos quintais, “caimento” das casas e desinfecção dos edificios públicos e particulares que tinham servido de alojamento aos migrantes. Estes cuidados higiênicos e as práticas urbanas adotadas contribuíram para melhorar o estado sanitário da capital. “Produziu sinão o desaparecimento das epidemias, ao menos um estado sanitário até certo ponto satisfactorio em circunstâncias excepcionaes... As moléstias declinaram de intensidade e tendiam ao desenvolvimento natural” (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 38).

Os abarracamentos foram transferidos das áreas urbanas para zonas a sota-vento da cidade para que os miasmas, os ares maléficos exalados e as doenças que neles porventura houvesse não fossem transmitidos à população de Fortaleza. Estes migrantes ficavam segregados ou, como diz o presidente, “bem assistidos”, não se justificando permanecerem esmolando ou aglomerados nas praças e ruas. A cidade aparentemente voltava a sua normalidade, o comércio funcionava sem o receio da chegada dos famintos. O presidente José Júlio de Albuquerque Barros orgulhava-se da disciplina imposta ao migrante e do trabalho de organização e controle do espaço neste período de calamidade. “Quem nos últimos mezes salta na capital, e limita-se a percorrer o perímetro da cidade, fica por ventura convencido de que a província está em condições normaes, senão prósperas”. Enquanto isso, nos subúrbios, de acordo com arrolamento realizado em agosto de 1878, encontravam-se 113.900 indigentes abarracados (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 50).

À custa do disciplinamento e isolamento dos “retirantes” em abarracamentos distantes da área central conquistou-se a normalidade. O presidente preocupou-se, ao mesmo tempo, em manter a ordem nos abarracamentos e proteger a população de Fortaleza dos males que poderiam ser transmitidos por esta multidão de miseráveis que invadia a capital.

Em março de 1878, foram reorganizados os serviços na capital. Conforme relatou o presidente, foram criadas quatro comissões para atender a população: de pronto-socorro, de emigração, de socorro domiciliário e de abarracamento. Os indigentes foram divididos em quatro classes: os recém-chegados, que quisessem se alojar nos abarracamentos dos subúrbios; os interessados em migrar para fora da província; os domiciliados na capital; e os abarracados no subúrbio. A administração autorizou esmolas para inválidos, salário para os válidos que fossem empregados nos serviços públicos, rações para os recém-chegados e emigrantes, medicamentos e dietas para os enfermos e transporte para os emigrantes (RELATÓRIO, 1^o.11.1878, p. 48).

Em meados do século XIX, organizaram-se as migrações (1858) para a Amazônia, em busca da riqueza produzida pela borracha e, com menor intensidade, para províncias do sul do Brasil.

Em novembro de 1878, alguns abarracamentos estavam em construção ou em remoção por causa de sua má localização. O abarracamento do Pagehu, a barlavento e situado muito próximo da cidade, estava sendo removido para Jacarecanga e Alagoa-Secca. O da Boa Esperança, localizado à beira-mar, a sota-vento, estava em construção e destinado a substituir o da Lagoa do Garrote, dentro da cidade, que compreendia parte do Alto da Pimenta. Por ter seguido plano adotado pelo presidente, servindo de modelo a outros abarracamentos, o de Jacarecanga era o melhor deles, enquanto o da Via Férrea era formado por choupanas dispersas ao longo da linha do trem e na praça da Estação Central e o dos Engenheiros, construída por engenheiros, constando de quarteirões de casas cobertas de telha.

No final de novembro de 1878, encontravam-se abarracadas nos subúrbios da capital 27.518 famílias, no total de 114.404 pessoas, distribuídas nos seguintes abarracamentos: Meirelles (11.435); S.Luiz e Aldeiota (10.102); Pagehu (5.996); Boa Esperança (2.476); Alto da

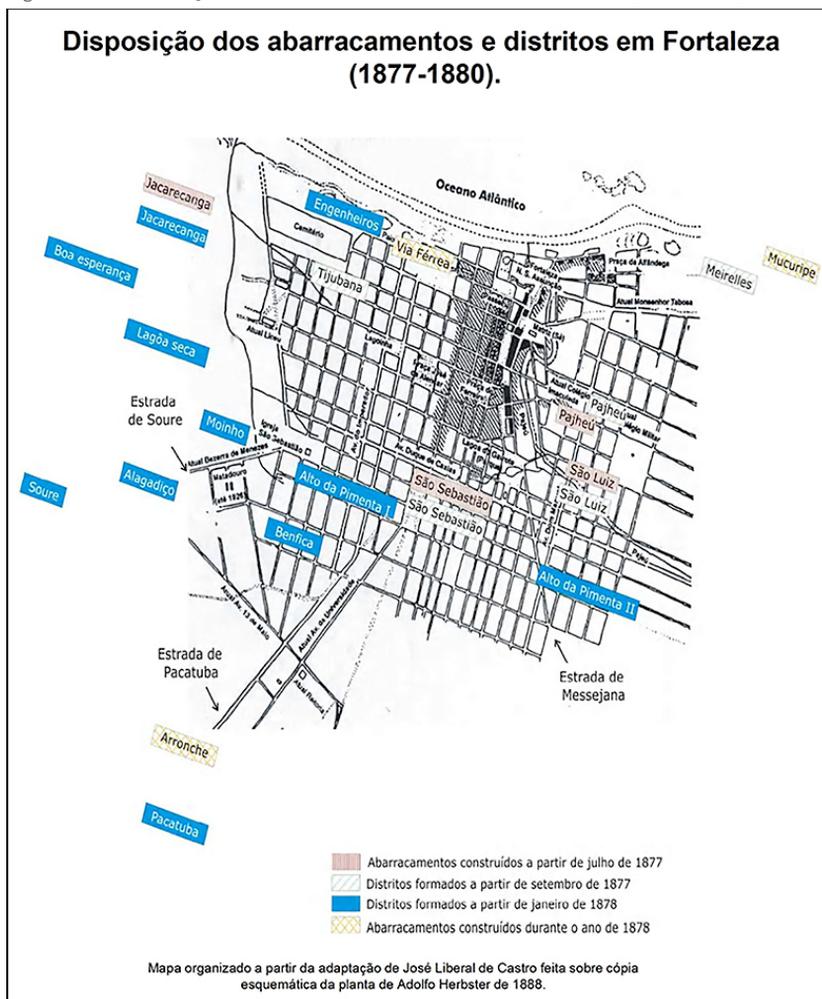
Pimenta (20.035); Bemfica (23.750); São Sebastião (13.800); Tejubana (6.237); Alto do Moinho (9.213); Alagoa-Secca (2.236); Jacarecanga (7.039); Via Férrea e dos Engenheiros (2.085). E destes, 29.944 estavam alistados nos serviços organizados pela presidência (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 54). Tais abarracamentos assemelhavam-se a várias cidades de miseráveis dentro da cidade de Fortaleza (Figura 26).

Partidários do socorro retribuído, os presidentes José Júlio de Albuquerque Barros e Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa acreditavam que o trabalho dignificava o migrante e evitava a ociosidade e o vício. Mediante esta contrapartida, os migrantes realizavam pequenas obras locais: construíam açudes, cadeias, escolas, igrejas, mercados, poços etc. Muitos foram enviados para a construção de estradas e do prolongamento da via férrea de Baturité,⁴¹ obras a empregar grande número de trabalhadores (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 55). Com a suspensão dos socorros no interior, em razão da falta de pasto e de água para os animais que faziam o transporte de alimentos, aumentou a migração para as cidades litorâneas. Apesar de ser difícil contabilizar a população indigente, fixa e adventícia, diante da elevada flutuação, pois “os povos tinham se tornado nômades”, o presidente, partindo dos dados do censo de 1872, quando a população do Ceará era de 711.686, projetou a população de 1877 em 900.000 habitantes. Ele acreditava que a população indigente a ser socorrida era de 480.000 (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 55).

Estes fluxos migratórios para o litoral desestruturaram o espaço e a economia cearense. A capital, cuja população situava-se em torno de 20.000 habitantes, vê sua população multiplicada por seis, gerando sérios problemas de saúde pública e criando ambiente propício para o desenvolvimento de doenças.

⁴¹ A Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité foi criada em 1870 por um grupo de empresários cearenses, tendo à frente o Senador Pompeu. Durante à seca de 1877/1879, ela foi encampada pelo governo imperial. Com o uso da mão de obra migrante, a estrada foi estendida na direção sul, tendo sido inaugurada a estação da cidade de Baturité, em 1882.

Figura 26 – Distribuição dos abarracamentos e distritos em Fortaleza (1877-1879)



Fonte: Carta elaborada pela arquiteta Alice Barros Rodrigues e pela historiadora Ana Karine Martins Garcia a partir dos dados relativos à seca de 1877-1879. Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará (GARCIA, 2006).

A epidemia de varíola em Fortaleza

N'aquelle tempo, circunstancias diversas e múltiplas concorreram para a varíola tomar aquellas proporções... A grande massa de população deslocada do interior e accumulada sobre a capital, a debilidade produzida pela fome, a falta absoluta de hygiene nos abarracamentos onde havia o pernicioso encombrent humano e o estado climaterico especial do momento colocando as resistências dynamicas da vida n'uma verdadeira miséria physiologica em lucta contra os agentes exteriores nocivos a existência, tudo isto, repito, concorreu para a cifra da mortalidade elevar-se amais de 50:000 victimas em toda a provincia! (JUSTA, 1897, p. 14).

Passageiros de duas embarcações oriundas do Pará trouxeram com eles a varíola. Ao constatar que o contágio pela doença já tinha atingido 19 pessoas em Fortaleza, o inspetor de saúde pública, João da Rocha Moreira, determinou que os acometidos de varíola fossem “sequestrados e levados para o lazareto da Lagoa-Funda, distante uma légua d'esta cidade”, onde já se encontravam isolados os tripulantes dos navios. Essas medidas, recomendadas pelos partidários da teoria contagionista, evitaram a disseminação da varíola pela cidade naquele momento (RELATÓRIO, 29.5.1877, p. 3).

Mas nas províncias vizinhas o quadro era bem diverso; a epidemia de varíola se alastrava. O presidente José Júlio de Albuquerque Barros, preocupado com o perigo iminente a rondar o Ceará, renovou as recomendações para a vacinação e revacinação e para o emprego de outros meios preventivos. Solicitou tubos e lâminas de “lympha vaccínica” ao governo, à Europa e aos Estados Unidos, que foram enviados aos médicos comissionados para o tratamento dos migrantes.

No entanto, a população resistia, supondo ser a inoculação antes a causa do mal do que seu preventivo. A maior parte dos indigentes usava de todos os meios imagináveis para impedir ou frustrar a vacinação. Diante disso, o governo enviou às câmaras municipais da província a seguinte recomendação:

Obrigassem a vacinação até sob pena de suspensão de rações, e que no caso de manifestar-se a varíola, isolassem completamente

as pessoas atacadas, estabelecendo cordões sanitários e construísssem a sota-vento das cidades, villas e povoações, em lugares arejados e a conveniente distância, espaçosos lazaretos, onde deveriam ser recolhidas as pessoas afecctadas (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 38).⁴²

As práticas urbanas, fundamentadas nas teorias médicas, não foram suficientes para barrar a epidemia de varíola que atingia as províncias vizinhas. Era difícil impedir a entrada da epidemia numa província fronteira com tantos vizinhos. Apesar das providências tomadas pelos governantes, a varíola chegava pelo mar, como a que veio da Paraíba com os passageiros do vapor Purus, e por terra, trazida pelos “retirantes” fugidos de Mossoró (Rio Grande do Norte) para a cidade de Aracati e depois para Fortaleza.

A vacinação foi impulsionada e os variolosos eram sequestrados e isolados. O presidente oferecia “a gratificação de 2\$000 a quem conduzisse ao lazareto um varioloso”. Com o crescimento do número de doentes e o aumento da mortandade, foi necessário organizar “companhias de carregadores de enfermos e cadáveres”, que estavam proibidos de transitar pelas ruas e praças da cidade (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 38).

Rodolpho Theóphilo calculava que de cem mil apenas cinco mil eram vacinadas, pois não havia instituto vacínico em Fortaleza e a vacina, vinda do Rio de Janeiro, raramente dava resultado. A rejeição da população aumentava, pois algumas vezes tinham efeitos negativos, já que algumas doenças se espalhavam com o método de vacinação de braço a braço. “Em muitos dos vacinados em vez de pústulas vaccínicas sahiam ulceras de caráter syphilitico ou escrofuloso” (THEÓPHILO, 1910, p. 8).

Apesar da ação do governo, a situação dos migrantes em Fortaleza era calamitosa, como a descreve o farmacêutico:

⁴² A população cearense, como ocorreu com a de outras regiões do Brasil, negava-se a aceitar a vacina. Este tema foi tratado por vários historiadores, destacando-se José Murilo de Carvalho, Nicolau Sevckenko e Sidney Challoub.

Assim, expostos a todas as intempéries de um clima, que um prolongado verão de 21 mezes havia, de salubérrimo que era, tornado mephítico; depauperados pela deficiência da alimentação e pelas dores moraes que lhes abatiam o espírito; vivendo, pode-se dizer, numa promiscuidade de cães dentro de uma esterqueira; não tiveram um só elemento de resistência a oppor ao morbus, que os atacou, e cahiram victimados aos milhares” (THEÓPHILO, 1910, p. 7).

A epidemia proliferava rapidamente em Fortaleza. Em agosto de 1877 morreram duas pessoas e, em setembro, 62. Em outubro, no entanto, já foram 481 as pessoas mortas de varíola na capital cearense. Até novembro, todas estas mortes foram registradas entre os isolados do lazareto da Lagoa-Funda, que então mantinha internados 1.884 varíolosos. Para atender ao crescente número de infectados, este lazareto foi ampliado e foram construídos mais dois, um na Boa Vista e outro em São Sebastião, nos Arronches (atual Parangaba), com capacidade para receber 6.000 enfermos (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 38).

O presidente José Júlio de Albuquerque Barros reflete sobre a dificuldade de evitar o contágio e revela temer o efeito devastador desta epidemia, que desde março de 1877 vinha vitimando a população fragilizada pelo longo período de estiagem. “Desde as primeiras manifestações é tão assombroso o caracter e o desenvolvimento da contágio que nullifica todas as providências que em outros tempos e lugares produziam seguros e benéficos resultados” (RELATÓRIO, 1.11.1878, p. 38).

A despeito de todas as medidas adotadas, a administração não conseguiu impedir o progresso da varíola que se estendeu a todas classes sociais, vitimando Marieta Gabaglia, esposa do presidente José Julio de Albuquerque Barros (BARROS LEAL, 1979, p. 56-57).

A mortalidade pela varíola continuou crescendo durante todo o ano de 1878. Em novembro daquele ano atingia 9.844 e, em dezembro, o número de mortos alcançou a cifra de 14.491 pessoas. Para se ter ideia das dificuldades sanitárias da época, só no dia 10 de dezembro de 1878 morreram 1.004 pessoas, e “os cadáveres de mais de 200 ficaram insepultos e pela manhã foram encontrados meio comidos pelos cães, pelos urubus não havendo tempo de enterrá-los” (THEÓPHILO, 1980,

p. 94). Esta mortandade também foi registrada no jornal *The New York Times* de 24.2.1879.

O obituário, em Fortaleza, no ano de 1878, elevou-se a 57.780 mortos. Durante a década de setenta do século XIX, antes desta grande seca, a mortalidade anual em Fortaleza variava entre 651 (1870) e 803 mortos (1876). No ano de 1879, porém, a epidemia de varíola foi se dissipando e a mortalidade foi caindo. Chegou a 134, em janeiro, e 176, em fevereiro, e desceu para 107, em março (STUDART, 1910, p. 44).

A imagem da cidade no ano de 1878 é lembrada por Rodolpho Theóphilo: “Estava vendo à noite o aspecto lúgubre da cidade iluminada por pequenas fogueiras de alcatrão, que a nossa municipalidade, em sua ignorância, mandava acender para matar os micróbios” (THEÓPHILO, 1980, p. 93). Esta também era uma das práticas utilizadas nos momentos de epidemias na Europa dos séculos XVIII e XIX.

Esta calamidade foi divulgada no exterior. New York Herald enviou a Fortaleza “um representante a estudar de visu o teatro de tantos horrores”. O governo inglês solicitou ao cônsul e médico Guilherme Studart um relatório “sobre a peste negra, que devorava o Ceará” (STUDART, 1910, p. 43). Esta epidemia de varíola também foi matéria do periódico inglês *Medical Times and Gazette* (Londres, 1879, p. 156) com o título “Small-pox in Brazil” (CHALHOUB, 1996, p. 210).

“Famine in North-Eastern Brasil. Sad effect of the drough in te province de Ceara – A population of 15,000 in distress – 100 deaths already”: este foi o título de matéria no *The New York Times*, de 17 de novembro de 1877, noticiando os efeitos da terrível seca na província do Ceará, que citava informações do cônsul dos EUA em Pernambuco (Figura 27).

Mais de um ano depois *The New York Times* (24 de fevereiro de 1879), com a manchete “Pestilence and famine in Brasil”, informava que, após três anos e meio sem chuva, a vegetação e tudo o mais tinha morrido e os nativos partido para a capital. Registrava que, além da seca e da fome, a epidemia de varíola também contribuiu para o grande número de óbitos. “O Ceará tinha 250.000 habitantes e quase todas as pessoas contraíram o small-pox” (Figura 28).

Figura 27 – Fome no Nordeste do Brasil

**FAMINE IN NORTH-EASTERN BRAZIL.
SAD EFFECT OF THE DROUGHT IN THE
PROVINCE OF CEARA—A POPULATION OF
15,000 IN DISTRESS—100 DEATHS AL-
READY:**

WASHINGTON, NOV. 16.—The United States Consul at Pernambuco transmits to the Department of State some interesting details respecting the suffering caused in the north-eastern part of Brazil by the recent prolonged drought. In the Province of Ceara, the *secca*, or dry season, has produced most disagreeable effects. In some pastoral districts cattle have become extinct, and the loss up to Oct. 1 was estimated at 80,000 head. This, added to the failure of the cereal crops and the damage to cotton and sugar, has obliged the bulk of the population to migrate to the seacoast. Over 100 persons are known to have perished in Cariry, a distance of about 250 miles from Pernambuco, and, owing to the delay in providing Governmental relief, it is probable that thousands must succumb. There are upward of 15,000 distressed people from the famine district in Ceara alone. The Brazilian Government has distributed already some \$500,000 in relief of the sufferers. It is estimated that this calamity will retard the material progress of the province at least 15 years.

The New York Times

Copyright © The New York Times
Originally published November 17, 1877

Figura 28 – Epidemia e fome no Brasil

PESTILENCE AND FAMINE IN BRAZIL,*From the New-Orleans Picayune, Feb. 20.*

Mr. W. H. Jackson, a gentleman who has recently returned to this city from Brazil, informs us that the accounts of the ravages of famine and pestilence in that country are greatly exaggerated. He states that in the Province of Ceara it has not rained during the last three and a half years, and that the consequence is that all vegetation and everything else dried up in the interior, and the natives had to resort to the capital for food during the months of May and June last. When they arrived at Ceara to the number of 100,000, they lived in the streets for many days, and died of starvation at the rate of 2,000 persons per month. A month elapsed before the Brazilian Government came to their rescue and supplied them with food, which consisted of jerked beef and farina. This stopped to a great extent the number of deaths. In regard to those afflicted by the small-pox, the disease first came to the notice of the public on the 1st of November, when they were dying at the rate of 50 persons a day. The deaths gradually increased until the 1st of December, when they numbered 1,000 per day. During the month of November 8,844 died. They were buried at Lagoa Funda, 12 corpses being placed in a grave without using any coffins. From the 1st of November to the 6th of December 13,865 people died. It is believed that from the famine and drought 150,000 persons died in the year 1878. It is reported that many of the people coming from the interior ate their own children. Ceara had 250,000 inhabitants, and almost every person there contracted the small-pox.

The New York Times

Copyright © The New York Times
Originally published February 24, 1879

O historiador Guilherme Studart, futuro Barão de Studart, médico recém-formado à época pela Faculdade de Medicina da Bahia (1877), testemunha desta tragédia, criticou a ação do governo geral, pois considerava que este “nada ou pouco fez pela extinção da varíola”. Ele contabilizou os altos custos da seca para o Ceará, que provocou o desaparecimento total da indústria criadora, principal riqueza cearense; a ruína de toda fortuna particular, 180.000 mortos, cabendo a Fortaleza 67.267 e 125.000 expatriados. Durante esta longa e pavorosa seca, para Studart, o povo cearense foi

victima da inclemência da natureza, victima da própria imprevidência, victima das desorientações e erros dos administradores, victima das depredações e ganância dos desalmados as dezenas, não Cearenses, que nenhum se apresentou rico depois da calamidade [...] (STUDART, 1910, p. 46).

O Ceará perdeu um terço de sua população pela fuga⁴³ e pela morte. A agricultura desapareceu completamente e a riqueza pastoril, que antes da seca de 1877-1879 era calculada em 24 mil contos de réis, não chegava a mais de 200 contos depois da mesma (GIRÃO, 1984, p. 249).

A ciência médica do final do século XIX não conseguia evitar as grandes epidemias que dizimavam a população. A administração atuava, seguindo ora as recomendações dos médicos da corrente contagionista, ora as da corrente miasmática. Seguiu as ideias da corrente contagionista quando, para evitar o contágio, segregava os variolosos nos lazaretos, fazia a vacinação e praticava a quarentena e os cordões de isolamento. Adotava as ideias da corrente miasmática quando fazia rígido controle do espaço da cidade e dos abarracamentos, e assim combatia os diferentes tipos de febres. Segundo afirmado, a administração da província fez uma limpeza profunda, retirou as imundícies, atacou as fontes de miasmas, saneou os alojamentos insalubres, fiscalizou as fontes de água, distribuiu víveres e vestimentas, impôs hábitos higiê-

⁴³ Joaquim Alves informa que, de 1869 até o final do século XIX, emigraram do Ceará 300.902 pessoas, sendo 255.526 para o Amazonas e 45.376 para o Sul (1982).

nicos e ofereceu trabalho aos migrantes válidos. A ideia de empregar a força de trabalho do retirante na realização de obras públicas fazia parte da higiene moral, da política de combate à ociosidade e ao vício, ao desencorajamento e à bebedeira.

Contudo, todos estes esforços e práticas médicas foram insuficientes para deter a epidemia de varíola. A vacina era limitada e a que chegava ao Ceará era ineficaz e de má qualidade, não surtindo efeito. Além do mais, a população rejeitava a vacina – a ideia de colocar a doença no corpo. A migração entre províncias trouxe o mal e tornou-se impossível isolar todos os doentes, pois o contágio ocorreu rapidamente entre o grande número de abarracados. Todas as classes sociais foram afetadas, mas a mortandade mais avassaladora aconteceu entre a população migrante, porquanto esta chegava à capital extenuada, com o organismo enfraquecido pela fome e pelos grandes deslocamentos, acabando por sucumbir mais facilmente às doenças. O Barão de Studart, em 1909, questionava as condições de higiene no Ceará durante a seca de 1877/1879 e a capacidade de resistência destes migrantes famintos diante das doenças contagiosas.

Poder-se-ia julgar ao certo o que era o Ceará de 1878 sob o ponto de vista da hygiene, das moléstias e da mortalidade? Impossível. Onde a hygiene com a pavorosa agglomeração dos que a desgraça feria? Onde a hygiene, si 300.000 emigrados se agrupavam nas cidades e villas do littoral, apinhados sob as arvores, em choças misérrimas ou em immundos abarracamentos? Que resistência poderiam offerecer as enfermidades, organismos extenuados pela fome e sede, e por todas as dores moraes? Febre de diferentes typos, o beriberi, a anarzaca ceifavam os pobres retirantes; os abarracamentos se convertiam aos poucos em hospitaes; Fortaleza, o derradeiro marco na via dolorosa, era como uma necrópole, e sobre ella, e sobre todos, miseráveis e mal remediados, porquanto já não havia ricos e sim irmãos e sócios de infortúnio, vinha afinal extender seu manto de horror a varíola, a inesquecível epidemia de varíola (STUDART, 1910, p. 41).

Depois desta terrível mortandade, a população sobrevivente ficou, de certa forma, imune. Mas a varíola voltou a se manifestar na

seca de 1900. Neste período, o farmacêutico Rodolpho Theóphilo criou um vacinogênio particular, passando a fabricar vacina de qualidade, e organizou a Liga de Vacinação do Ceará. Foi inestimável sua contribuição para a extinção da varíola no Ceará e, a partir de 1905, eram raríssimos os casos de varíola detectados em Fortaleza.

O discurso e as práticas médicas higienistas eram adotados não somente em períodos de exceção, mas também nos períodos de estabilidade climática, interferindo não só na ordem pública, assim como na ordem privada. No capítulo seguinte, a partir principalmente das teorias aeristas, serão apresentadas as determinações de médicos, visando à disciplina e à higiene do espaço da casa e da rua, e seu impacto na paisagem urbana de Fortaleza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fortaleza, no início do século XX, já não era mais aquela cidade provinciana, com um forte de madeira, poucas casas térreas espalhadas nas dunas, cuja pobreza espantou seu primeiro presidente, Bernardo de Manuel de Vasconcelos, quando chegou em 1799. O presidente não entendia como a capital da província do Ceará era muito inferior à vila de Aracati em que reinava “a civilidade, a polidez de seus habitantes” e apresentava uma “agradável e regular arquitetura” em suas casas, cujos proprietários possuíam “avultados cabedais” e a faziam “assás recomendável”. A vila era então “um montão de areia profundo apresentando do lado pequenas casas térreas, encontrando nesta classe a muito velha e arruinada casa dos governadores”. (OFICIO DE 1^o. 1.1800).

A capital da província do Ceará, situada em região de clima semiárido, sujeita a grandes períodos de estiagem, lidou com as consequências que mais lhe atingiam naqueles períodos: o imenso fluxo migratório de gente pauperizada pela intempérie e o cortejo de doenças que traziam consigo ou que adquiriam depois de precariamente abrigados na capital.

A seca foi elemento fundamental para a configuração urbana de Fortaleza. Os recursos recebidos pela administração da província eram direcionados para construção de obras públicas, utilizando a mão de obra do migrante.

As estiagens eram, ao longo do século XIX e boa parte do XX, quase sempre acompanhadas de epidemias. Doenças dizimavam a população, que migrava do sertão para o litoral em busca de socorro na comparativamente rica capital do Estado. O povo acabava por ser abrigado em condições insalubres, pois a cidade não tinha infraestrutura para receber tamanho acréscimo populacional. Na seca de 1877/1879, o número de abrigados atingiu 100 mil, para uma cidade que contava com 20 mil habitantes.

Esta população de retirantes, considerada de hábitos “rústicos e incivilizados”, tinha que ser alojada, alimentada, vacinada, urbanizada e afastada da área central para evitar a disseminação das epidemias.

No século XIX, com base no discurso médico, houve uma mudança de mentalidade, uma nova percepção da natureza, da cidade, uma alteração na representação da doença e da saúde em função das teorias médicas dominantes na Europa. A cidade foi considerada a principal fonte de doenças físicas e morais, portanto um espaço a medicalizar e que deveria passar por grandes cirurgias urbanas. O higienismo que se propõe intervir no espaço é usado como bandeira política e social. Há uma transfiguração da teoria higienista em uma concepção de higienismo como ideologia.

Esse pensamento médico-higienista interferiu nas práticas médicas e nas práticas urbanas na Europa, mas, ao ser transportado para um país tropical, passou por alterações. O marco foi a chegada da família real ao Brasil, obrigando a capital a se civilizar, europeizar, ocidentalizar, higienizar para receber a corte portuguesa. Estas ideias e práticas se difundem pelo Brasil, país de grande dimensão e diversidade natural e cultural.

Fortaleza foi uma das cidades onde as então modernas ideias higienistas do século XIX foram aplicadas. O pensamento médico europeu dominante foi absorvido e adotado, implicando novas configurações do espaço urbano e do modo de vida de seus habitantes. Ao longo de sua história, a capital passou por muitas intervenções baseadas em diferentes paradigmas. A cidade foi sendo disciplinada desde a chegada do primeiro arruador, em 1800. Em seguida, vieram os engenheiros Paulet e Herbster que elaboraram plantas orientando o sentido em que

devia se dar sua expansão. O padrão adotado foi o do traçado de um tabuleiro de xadrez. Desde 1835, leis e códigos de posturas, fundamentados em tratados de higiene pública, definiram não só como deveriam ser as edificações, mas também qual deveriam ser os hábitos de higiene, alimentação e lazer dos moradores dessa Fortaleza.

Os ambientes doentios, pântanos e alagados foram aterrados, as edificações insalubres afastadas das áreas habitadas e situadas a sota-vento da cidade: cemitérios, hospitais, prisões etc. Expulsam-se também para a periferia os abarracamentos em que se aglomeravam os migrantes. A recomendação dominante era fazer circular o ar, a água, os dejetos, os esgotos. Tudo que estivesse parado, estagnado era doentio e produtor de miasmas. Ruas alargadas, grandes bulevares construídos, praças e parques com fontes com água circulando embelezaram a cidade. E depois de anos de luta as redes de água e esgoto foram implantadas (1924) na área mais central.

Primeiro, a intervenção foi no espaço das ruas, nos espaços públicos, os espaços coletivos. Posteriormente os espaços privados. Edificações são normatizadas nos códigos de posturas que determinam a altura do pé direito, o material de construção, o tipo de piso, a quantidade e o tamanho de portas e janelas.

O século XIX foi um século do princípio das políticas sociais, da higienização e disciplinamento da sociedade e dos espaços urbanos. Século das exposições internacionais, mostrando o progresso tecnológico no mundo. E, paralelamente, a aplicação da máquina a vapor aos meios de transportes acelera não só a circulação de mercadorias, mas também a disseminação das doenças. Ocorrem também as conferências internacionais de higiene pública.

No século XX, os problemas urbanos e de saúde pública perduram, mas com uma nova roupagem. Diante da releitura do papel da natureza, temos uma revisão dos debates da relação sociedade e meio, sobre o meio ambiente.

Os tratados de higiene e medicina pública do século XIX, verdadeiros tratados de Geografia Médica, demonstravam preocupação com o sistema ambiental. Nos anos 1940, o geógrafo francês Maximilien Sorre afirmava que, para entender os problemas sociais, principalmente

os relacionados à saúde, era fundamental analisar as condições naturais em que vivia esta sociedade. Em seu livro *Os Fundamentos de Geografia Humana – Ensaio de uma Ecologia do Homem*, Sorre articula a Geografia Médica com a Ecologia do Homem e torna mais evidente a associação do discurso médico-higiênico com o discurso ecológico (COSTA, 1997).

Entre 1851 e 1912, quatorze conferências internacionais de Higiene Pública foram realizadas visando ao controle das epidemias que desconheciam as fronteiras políticas dos países, dizimavam populações e prejudicavam o comércio internacional. No final do século XX, são os problemas ambientais que ameaçavam a espécie humana e exigiam atitudes e estabelecimento de políticas e normas internacionais. As Conferências de Higiene dão lugar às Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Convenções e tratados internacionais são assinados visando mitigar os impactos ambientais, que também são sociais, e atingem todas as camadas sociais em escala local e global. O discurso ambientalista penetra os mais variados espaços e perpassa todas as áreas científicas, norteando o paradigma de desenvolvimento econômico e direcionando programas sociais e econômicos e utopias na sociedade capitalista desde a década de 1970 (COSTA, 1997).

No século XXI, nos grandes centros de pesquisa brasileiros, vemos um retorno aos estudos sobre meio ambiente e doenças. O que teria em comum esta Geografia da Saúde com a Geografia do Barão de Studart, médico e intelectual cearense, autor de *Climatologia, Epidemias e Endemias do Ceará*, publicado em 1910?

Fortaleza teve sua imagem reconstruída nas últimas décadas. De cidade das secas, hoje cidade do lazer e turismo. Os longos períodos de estiagem, o sol durante todo o ano, que era negativo ao estado do Ceará, tornam-se elemento de atração para o turismo e para o agronegócio, beneficiado pela construção de grandes barragens. A cidade não é um organismo vivo nem deve ser tratada como tal; é uma construção coletiva de ideias e práticas de gerações passadas que vão mais ou menos se acumulando ou se contradizendo. Cada geração do passado enfrentou os problemas com os recursos intelectuais existentes em sua época.

BIBLIOGRAFIA

AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

AMORA, Zenilde Baima, COSTA, Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará In: SPOSITO, Maria Encarnação. *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ARNOULD, Jules. Les villes en général. In: Rochard, Jules (dir.). *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*. Paris: Libraires-Éditeurs, 1897. tomo III.

AZEVEDO, Otacílio de (1896-1978). *Fortaleza descalça: reminiscências*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, Casa José de Alencar, 1992.

BARLAEUS, Caspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau [...]. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BARROS LEAL, Vinicius. *A história da medicina no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1979.

BECQUEREL, Alfred. *Traité élémentaire d'hygiene privée et publique*. Paris: Librairie de la Faculté de Médecine, 1877.

BELMAR, Alexandre de. Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazones em 1860, precedé d'un rapide coup d'oeil sur le littoral

du Brésil. Londres. Trezise, Imprimeur, 4 Beach Street Barbican, 1861. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 12, 1898.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Prefeitura Rio de Janeiro, 1992.

BEZERRA DE MENEZES, Antônio. Descrição da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 9, 1895.

BEZERRA DE MENEZES, Antônio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, Casa José de Alencar, 1992.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração de 1859*. Fortaleza: Edições UFC, 1962.

BRASIL (filho) Thomaz Pompeo de Sousa. Importância da vida humana como factor da riqueza: o desenvolvimento da população da Fortaleza: sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, p. 3-67, 1896.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio estatístico do Ceará*. (1863) Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997. Tomos I e II.

BRIGIDO, Joao. A Fortaleza em 1810. Fortaleza: Editora UFC, 1979.

BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, Hervé. *Les mots de la géographie: dictionnaire critique*. La documentation française. Montpellier-Paris: RECLUS, 1992.

CAMINHA, Adolpho. *A normalista*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.

CAMPOS, Eduardo. *A Fortaleza provincial: rural e urbana*. Introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CARVAIS, Robert. La maladie, la loi et les moeurs. In: SALOMON-BAYET, Claire. *Pasteur et la révolution pastorienne*. Paris: Payot, 1986.

CARVALHO, Jader. *Aldeota*. São Paulo: Exposição do Livro, 1963.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 43-90, 1994.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários. In: CEARÁ. Prefeitura Municipal de Fortaleza. *Fortaleza: A administração Lúcio Alcântara (1979-1982)*. Fortaleza: PMF, 1982.

CASTRO, José Liberal. Uma planta da fortalezense de 1850 reencontrada. *Revista do Instituto do Ceará*. t. CXVIX, Instituto do Ceará, Fortaleza, 2005.

CASTRO, José Liberal. As comemorações do 13 de abril. In: CHAVES, G., VELOSO, Patricia e CAPELO, Peregrina (Org.). *Ah, Fortaleza (1880-1950)*; Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009.

CASTRO, José Liberal. Planos para Fortaleza esquecidos ou desca-minho de desenhos da Cidade. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: 2011 p. 65-1360.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: A Fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciências accessorias para uso das famílias*. Paris: A. Roger e F. Chernoviz, 1890. Volume G-Z.

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: Sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo, utopias e realidades: Uma antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

CLARK, David. *Introdução à Geografia Urbana*. São Paulo: DIFEL, 1985.

CLAVAL, Paul. *La logique des villes: essai d'urbanologie*. Paris: LITEC, 1981.

CLERMOND LOMBARD H. (de Geneve). *Traité de Climatologie Médicale* comprenant le metereologie médicale et l'étude des influences physiologiques, pathologiques, prophylathiques et therapeutiques du climat sur la snaté. Tome III, Paris Librairie J.B. Baillièere et fils, 1877.

CODEF. Fortaleza: *Evolução urbana (1603-1979)*. Fortaleza: PMF/ CODEF, 1979.

CORBIN, Alain. *Le miasme et la jonquille*. L'odorat et l'imaginaire social XVIIIe-XIXe siècle. Paris: Champs Flammarion, 1986.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. *Cidade 2000: Expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza*. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São, Paulo, 1988.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Do Higienismo ao ecologismo: os discursos sobre o espaço urbano. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; COSTA, Maria Clélia Lustosa (Org.). *A cidade e o urbano: temas para debates*. Fortaleza: EUFC, 1997.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Urbanização da sociedade cearense. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. *O Espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. In: *Mercator: Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, n. 2, v. 1, jan./jul. 2002.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *História, Ciências, Saúde* — Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./abr. 2004.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Expansão urbana e organização do espaço em Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da, CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. *Le discours hygiéniste et la mise en ordre de l'espace urbain de Fortaleza*, au Brésil. Tese de Doutorado em Géographie, Aménagement, Urbanisme pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III, França, 2012.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Fortaleza e le Ceará. *Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive: de la colonisation à la mutation touristique contemporaine*. Thèse (Doctorat en Géographie) - Université Université de Paris IV, Paris-Sorbonne, 2000.

DENIS, Pierre. *Le Brésil au XX^e siècle*. Paris: Librairie Aramand Colin, 1909.

DIAS, Arthur. Ceará (Do livro O Brasil atual, 1904). *Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza*. v. 27, p. 228-242, 1913.

ELIAS, Nobert. *La civilisation des moeurs*. Paris: Calman-Lévy Presses Pocket, 1993 (Collection AGORA).

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREIRE ALEMÃO, Francisco. *Os manuscritos de Freire Alemão*. Catálogo e Transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1964.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: RECORD, 1990.

GARCIA, Ana Karine Martins. *A sombra da pobreza na cidade do sol: o ordenamentos dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. D. E. A. em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

GAUDIN, Jean-Pierre. *L'avenir du plan: technique et politique dans la prévision urbaine. 1900-1930*. Paris: Champ vallon, 1985. (Collection Millieux).

GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar, 1979.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: UFC, Fortaleza, 1984. (Coleção Estudos Cearenses).

GUABIRABA, Maria Célia de Araújo. Ceará. *A crise permanente do modelo exportador (1850-1930)*. Fortaleza: Edições IMOPEC, 1989.

HENRIQUE, José Ailton. *As matrizes energéticas e as redes técnicas*

na expansão de Fortaleza (Ceará). Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

HIPPOCRATE. *Airs, eaux, lieux*. Paris: Rivages, 1995.

JUSTA, Antonio. Cultura e propaganda da vacina no Ceará, extinção da varíola em Fortaleza. *Revista Ceará Médico*, Fortaleza, 1930

JUSTA, José Lino da. A varíola e sua prophylaxia: vacinação e revacinação. Conselhos ao povo. Artigo publicado n'a Republica pelo Inspector de Hygiene. Fortaleza, Janeiro, 1897.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LATOUR, Bruno. Le théâtre de la preuve. In: SALOMON-BAYET, Claire (Org.). *Pasteur et la révolution pastorienne*. Paris : Payot, 1986.

BARROS LEAL, Vinicius. *A história da medicina no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1979.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: Fortaleza em questão*. Fortaleza: Stylos Comunicações, 1991.

LÉONARD, Jacques. *Archives du corps*. La santé au XIXe siècle, Rennes, Ouest France/Université 1986.

LOMBARD, H. C. *Traité de Climatologie médicale comprenant Le metereologie médicale et l'étude des influences physiologiques, pathologiques, prophylatiques et therapeutiques du climat sur la santé*. Paris: Librairie J. B. Baillière et fils, 1879. Tomo III.

LUZ, Madel. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

MACIEL, Godofredo. *Relatório de 1925 apresentado a Camara Municipal de Fortaleza*. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926.

MACIEL, Godofredo. *Relatório de 1926 apresentado a Camara Municipal de Fortaleza*. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1927.

MACIEL, Godofredo. *Relatório de 1927 apresentado a Camara*

Municipal de Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1928.

MALMMANN, Elias. *Fortaleza histórica: Álbum*. Fotografias e diversos aspectos da cidade, de seus principais representantes no comércio, indústria, ciências e artes. Fortaleza: 1931.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de Menezes. Memória sobre a capitania independente do Ceará Grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma. Cópia de documento existente no Arquivo Público. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 9, n. 11, 1897.

MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou...* Crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Edésio, 1938.

MONTANUS, Arnoldus. *De nieuwe en Ordekende Weereld (...)*. Amsterdam: Jacob Meurs, 1671.

NOBRE, Geraldo. *Água para o progresso de Fortaleza*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1981.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1954.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará durante a monarquia. Período regencial - 7º presidente - Senador José Martiniano de Alencar. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza: Typografia Studart, 1889.

NOGUEIRA, Paulino. Vida de Antonio Rodrigues Ferreira. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p.13-55, 1887.

OLIVEIRA, André Frota. *Estrada de ferro de Sobral-Camocim*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1994.

PARK, Robert. A cidade e a civilização. In: PIERSON, Donald. *Estudos de organização social: leituras de sociologia e antropologia social*. São Paulo: Martins, 1970. 672p. (Biblioteca de ciências sociais) tomo I.

PAULET, Silva. Descrição Geográfica abreviada da capitania do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 12, 1898.

PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*. São Paulo: Nacional, 1938.

- PEREIRA, Margareth da Silva. *Rio de Janeiro: l'ephemère et la perennité* - Histoire de la ville au XIXème siècle. Thèse (Doctorat en Histoire) - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, França, 1988.
- PESSOA, Samuel B. *Ensaio médico-sociais*. 2. ed. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1978.
- PONTE, Sebastião Rogério. A cidade remodelada (1889-1930). In: SOUZA, S. (Org.). *Fortaleza: a gestão da cidade: uma história político administrativa*. Fortaleza: UFC, 1995.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, Multigraf, 1993.
- PORTO, Eymar. *Babaquara, chefetes e cabroeira*. Fortaleza no início do século XX. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara:Secretaria de Cultura do Ceará, 1993.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. Fortaleza: de cidade a metrópole (1945-1992). In: SOUZA, S. (Org.). *Fortaleza: a gestão da cidade: uma história político-administrativa*. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1995.
- RIBEIRO, José Otacílio Saboya. O Memorial justificativo do Plano Diretor para a cidade de Fortaleza apresentado a Prefeitura de Fortaleza em junho de 1947. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 49, 1955.
- ROCHARD, Jules. Hygiene urbaine. In: ROCHARD, Jules (Org.). *Encyclopédie d'hygiène et médecine publique*. Paris: A. Rousseau/Vigot Frères, 1897.
- ROCHARD, Jules. *Traité d'hygiene sociale*. Paris, Adrien Delahye et Emile Lecrosnier, éditeurs, 1888.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1997.
- RONCAYOLO, Marcel. Mythes et representations de la ville à partir du XVIIIe siècle. In: *Encyclopedia universalis*. Paris: [s.n.], 1989, p. 660-664. v. 23.

SILVA, José Borzacchiello da. O papel de Fortaleza na rede urbana cearense. In: ANDRADE Manoel Correia (Org.). *Capítulos de Geografia do Nordeste*. Recife: União Geográfica Internacional, 1982.

SILVA José Borzacchiello da. *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SORRE, Max. *Les fondements biologiques de la Géographie Humaine*, Paris: A. COLIN, 1943.

SOUZA, Maria Salete. Fortaleza. Uma análise da estrutura urbana. AGB (Org.). In: *Guia de Excursões do 3º Encontro Nacional de Geógrafos*. Fortaleza: AGB/SUDEC/UFC, 1978.

STUDART Guilherme (Barão de Studart). Datas e fatos e fatos para historia do Ceará pelo Dr. Guilehrme Studart. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). Climatologia, epidemias e endemias do Ceará. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza. v. 14, 1910.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Geographia do Ceará*. Fortaleza: Typographia Minerva, 1924.

STUDART, Guilherme (Barão Studart). Resenha de cartas e mappas do Ceará. Ligeira noticia dos seus autores. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, v. 9 . p. 65-136, 1906.

THEÓPHILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Fortaleza: UFC, 1980.

THEOPHILO, Rodolpho. *Variola e vacinação no Ceará (nos annos de 1905 a 1909)*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1910.

URTEAGA, Luis. Miseria, miasmas y microbios: las topografias medicas y el estudio del medio ambiente en el siglo XIX. *Geocritica, Cuadernos Criticos de Geografia Humana*. n. 29, 1980.

Documentos eletrônicos

www.receita.fazenda.gov.br/historico/SRF/Historia/.htm

Desenhos de Raimundo Cella. Museu de arte da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará - www.mauc.ufc.br.

Fotografias de Fortaleza - CDrom. Arquivo Nirez – Miguel Ângelo Azevedo (NIREZ) – Endereço: Rua Professor João Bosco, 560 - bairro Rodolfo Teófilo. Fortaleza - CE

Fotografia do Teatro José de Alencar. Fortaleza. Site da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - www.secult.ce.gov.br.

LEIS DO BRASIL, 1808, 1830 e 1831. <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/Historia/.htm>).

New York Time, le 17.11.1877 - Famine in north-eastern Brazil.; sad effect of the drought in the province of ceara a population of 15,000 in distress 100 deaths already. <http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9A02E2D6103FE63BBC4F52DFB767838C669FDE>

New York Time, le 24.02.1879 - Pestilence and famine in Brazil. <http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9403E4D9123EE73BBC4C51DFB4668382669FDE>

Legislação da Província do Ceará

REGULAMENTO da Directoria Geral de Hygiene - Aprovado Decreto Legislativo n. 1643, de 08.11.1918.

RESOLUÇÃO n. 1.162 de 3 de agosto de 1865 – aprova as Posturas da Câmara Municipal de Fortaleza.

RESOLUÇÃO n. 1.365 de 20 de novembro de 1835 – aprova o Código de Posturas da Câmara de Fortaleza. In CAMPOS, Eduardo. A Fortaleza provincial: rural e urbana. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CEARÁ. RESOLUÇÃO n. 1.365 de 20 de novembro de 1870 – aprova o Código de Posturas da Câmara Municipal de Fortaleza.

RESOLUÇÃO n. 1.818 de 1º de fevereiro de 1879 – aprova o Código de Costuras da Câmara Municipal de Fortaleza.

DECRETO-LEI n. 1643 de 8.11.1918. Aprova, com modificações, o Regulamento da Diretoria Geral de Hygiene, expedido com o Decreto do Poder Executivo n. 145, de 2.9.1918. Fortaleza, Ceará.

RELATÓRIO – Relatórios do Médico da Pobreza, do Inspetor de Hygiene Pública, do Inspetor de Saúde Pública do Ceará e dos Presidentes das Província do Ceará

Setor de micro-filmagem - Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Fortaleza Ceará.

Relatório apresentado ao Presidente da Província pelo Inspetor da Saúde Publica Dr. José Lourenço de Castro e Silva, Fortaleza, 1868.

Relatório apresentado ao Presidente da Provincia pelo Inspetor de Saude Publica do Ceará Dr. José Lourenço de Castro Silva, 06.05.1873.

Relatório apresentado ao Presidente da Provincia do Ceará pelo Dr. Antono Domingues da Silva, Inspetor da Saúde Pública do Ceará, Fortaleza, 20.06.1875.

Relatório apresentado ao exmo. sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da Província do Ceará pelo inspetor de Saude Publica Dr. João da Rocha Moreira, Fortaleza, 29.05.1877 Fortaleza, Typ. do Pedro II, 1877.

Relatório com que o exmo sr. Desembargador Francisco de Farais Lemos passou ao Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa a administração da Província do Ceará no dia 10.01.1877. Fortaleza, Typ. Cearense, 1877.

Falla com que o exmo. sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da Província do Ceará abriu a 2a. sessão da 23a. Legislatura da respectiva Assembléia no dia 02.07.1877. Fortaleza, Typ. do Pedro II, 1877.

Relatório com que o exmo. sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da Província do Ceará ao exmo. Sr. Conselheiro João José Ferreira Aguiar, presidente da mesma Província em o dia 23.11.1877. Fortaleza, Typ. do Pedro II, 1877.

Relatório com que o exmo. sr. Conselheiro João José Ferreira Aguiar passou a administração da Província do Ceará ao exmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca 3º vice-presidente da mesma Província em o dia 22.02.1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1878.

Falla com que o exmo sr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará abriu a 1a. sessão da 24a; legislatura da Assembléia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879.

A AUTORA

Maria Clélia Lustosa Costa

Professora Associada da Universidade Federal do Ceará. Doutora pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. Vice Coordenadora do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) da UFC. Sócia efetiva do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e sua representante no Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC). Coordenadora do núcleo Fortaleza da Rede Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática (INCT). Foi representante da UFC no Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) e da Associação de Geógrafos Brasileiro na Comissão do Plano Diretor de Fortaleza (CPPD). Tem publicações sobre urbanização, segregação socioespacial, problemática ambiental e vulnerabilidade socioambiental. Faz pesquisa também na área de Geografia Regional, Urbana, Geografia Histórica e Geografia da Saúde.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – fundos – Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará
imprensa.ufc@pradm.ufc.br

A Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.

